UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Dissertação de Mestrado

A rearticulação do discurso sobre o desenvolvimento econômico e a reinserção internacional do Brasil a partir da transição energética no governo Lula III

Caio Menezes dos Santos

Pelotas
2026

CAIO MENEZES DOS SANTOS

A rearticulação do discurso sobre o desenvolvimento econômico e a reinserção internacional do Brasil a partir da transição energética no governo Lula III

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Bianca de Freitas Linhares
Linha de Pesquisa: Teoria Política e Teoria Social Contemporâneas

Pelotas
2026

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S237r Santos, Caio Menezes dos

A rearticulação do discurso sobre o desenvolvimento econômico e a reinserção internacional do Brasil a partir da transição energética no governo Lula III [recurso eletrônico] / Caio Menezes dos Santos ; Bianca de Freitas Linhares, orientadora. — Pelotas, 2026.
172 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2026.

1. Transição energética. 2. Teoria do discurso. 3. Lula III. 4. Produção energética. I. Linhares, Bianca de Freitas, orient. II. Título.

CDD 320

Elaborada por Fabiano Domingues Malheiro CRB: 10/1955

Caio Menezes dos Santos

A rearticulação do discurso sobre o desenvolvimento econômico e a reinserção internacional do Brasil a partir da transição energética no governo Lula III

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 22/07/2026

Banca examinadora:

.....
Prof. Dra. Bianca de Freitas Linhares (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Paulo César Neves Barboza
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas

.....
Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes
Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Ana Paula e Gonçalino, por todo o suporte e por me mostrarem como a educação e o trabalho são plataformas fundamentais para a conquista de melhores oportunidades. O exemplo dado e a dedicação empregada permitiram com que eu e meus irmãos pudéssemos sonhar e buscar nossos objetivos.

Aos meus irmãos, por serem meus alicerces e meus primeiros e melhores amigos, agradeço por representarem as maiores referências na minha vida.

À minha avó Maria Augusta, pelo carinho, pelas conversas e pelas constantes orações; e à memória de minha avó Creuza, que nos deixou, mas cujo exemplo de força, amor e alegria segue vivo e presente em mim a todo momento.

Aos meus amigos, agradeço por todo o apoio, em especial àqueles que me cercaram durante todo o meu convívio em Pelotas. A relação que estabelecemos foi de profundo cuidado, seja através dos almoços em datas especiais para reduzir um pouco a saudade de casa, seja pelas conversas mais banais, sentados no sofá sem previsão de ir embora, seja pelos litros de café tomados ou pelos momentos em que o silêncio imperava e apenas a presença já era um conforto.

Agradeço à minha orientadora, professora Bianca de Freitas Linhares, por todo o empenho, dedicação e profissionalismo ao longo desta jornada. Meu desenvolvimento enquanto pesquisador foi resultado desse esforço conjunto e de uma relação pautada pela sinceridade e pela honestidade ao longo de toda a jornada. Muito obrigado por se tornar uma referência para mim.

Também gostaria de deixar aqui meus agradecimentos ao grupo Ideologia e Análise de Discurso, a todos os seus membros dedicados e pela cumplicidade estabelecida. Agradeço calorosamente pela acolhida ao grupo desde o primeiro dia, espaço no qual pude aprender com cada um e suas respectivas pesquisas.

Agradeço, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas pelo papel institucional desempenhado.

Por fim, expresso meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em momentos nos quais a educação e a ciência são contestadas e seus papéis sociais negligenciados, sinto-me honrado por ter sido contemplado com a bolsa de estudos, podendo realizar uma pesquisa que busca agregar valor em prol de um Brasil mais justo e com mais oportunidades.

“Uma economia que não se preocupa com justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está acontecendo no mundo: uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria.”

Maria da Conceição Tavares

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender o discurso do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a transição energética no Brasil. O recorte temporal adotado tem início em sua posse, em 1º de janeiro de 2023, e se estende até a instituição do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), assinado em 22 de janeiro de 2025. A pesquisa parte da hipótese de que a transição energética é significada como elemento de promoção dos interesses do terceiro governo Lula. Desse modo, desenvolve-se o entendimento de que a transição energética é articulada como um fator que busca o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, por meio do desenvolvimento da economia e da cadeia produtiva nacional, de modo a reduzir a desigualdade econômica e garantir a preservação ambiental. Esta pesquisa está ancorada na Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para sua realização, foram utilizados métodos qualitativos por meio de técnicas de pesquisa documental, com apoio do software NVivo para a codificação dos materiais analisados. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico e a metodologia adotados. O segundo capítulo aborda a matriz energética brasileira, contemplando as ações políticas voltadas ao desenvolvimento de cada uma das fontes que a compõem, bem como o perfil de produção e consumo de energia no país. O terceiro capítulo traça um panorama dos pronunciamentos e dispositivos legais promulgados pelo terceiro governo Lula. O último capítulo apresenta os resultados obtidos e identifica como a transição energética é significada no âmbito desse governo. Por fim, a pesquisa conclui que a transição energética é apresentada como uma via para garantir o desenvolvimento econômico e político brasileiro, por meio de uma estratégia de reindustrialização do país voltada a maiores ganhos internos, com geração de emprego e renda e melhoria dos índices socioeconômicos.

Palavras-chave: *Transição Energética; Teoria do Discurso; Lula III; Produção Energética*

ABSTRACT

This research seeks to understand the discourse of the third government of Luiz Inácio Lula da Silva on the energy transition in Brazil. The timeframe adopted begins with his inauguration on January 1, 2023, and extends to the establishment of the Energy Transition Acceleration Program (PATEN), signed on January 22, 2025. The study is grounded in the hypothesis that the energy transition is signified as an element for promoting the interests of the third Lula government. Accordingly, it develops the understanding that the energy transition is articulated as a factor aimed at strengthening Brazil's position on the international stage, through the development of the national economy and productive chain, so as to reduce economic inequality and ensure environmental preservation. This research draws on the Discourse Theory developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. It employs qualitative methods through documentary research techniques, supported by NVivo software for the coding of the materials analyzed. The first chapter presents the theoretical framework and methodology adopted. The second chapter addresses the Brazilian energy matrix, covering the political actions directed at the development of each of its constituent sources, as well as the country's energy production and consumption profile. The third chapter outlines the speeches and legal instruments enacted by the third Lula government. The final chapter presents the findings and identifies how the energy transition is signified within this administration. Lastly, the study concludes that the energy transition is presented as a means of ensuring Brazil's economic and political development through a strategy of national reindustrialization aimed at greater domestic gains, including job and income generation and improved socioeconomic indices.

Keywords: *Energy Transition; Theory of Discourse; Lula III; Energy Production*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Getúlio Vargas mostra mão direita cheia de petróleo, em 1952 37
Figura 2. Em ato comemorativo presidente Lula suja a mão esquerda 40
Figura 3. Tabela com número total de energia produzida (em mil) oriundas de fontes não renováveis 44
Figura 4. Tabela da evolução da produção de energia renovável (em mil tep.) 47
Figura 5. Tabela Percentual das fontes na matriz energética renovável do Brasil 48
Figura 6. Tabela de consumo de energia por setor econômico (em mil tep.) 50
Figura 7. Tabela do consumo de energia por segmento industrial (em mil tep) 51
Figura 8. Tabela de consumo total de energia por modal de transporte no Brasil 51
Figura 9. Reservas brasileiras de minerais críticos e estratégicos para a transição energética 89
Figura 10. Estrutura antagônica 97
Figura 11. Cadeia discursiva 107
Figura 12. Representação da transição energética no discurso da primeira metade do terceiro governo Lula 123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Documentos selecionados para análise por período 28
Tabela 2. Nós e subnós identificados após análise no NVivo 31
Tabela 3. Os principais resultados obtidos nas Conferência das Partes 55
Tabela 4. Metas do Objetivo 7 59
Tabela 5. Medidas para o setor automotivo no Plano de Ação para a Neoindustrialização 86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual da matriz energética brasileira 42
Gráfico 2. Total de energia produzida (em mil tep) 43
Gráfico 3. Relação de produção de energia renovável e não renovável (em mil tep) 44
Gráfico 4. Percentual do Carvão Vapor, Gás Natural e Petróleo no número total de produção energética não renovável 45
Gráfico 5. Consumo final energético (em mil tep.) 49
Gráfico 6. Localidade externas de atos de falas realizados no terceiro governo Lula 73
Gráfico 7. Localidade nacionais de atos de falas realizados no terceiro governo Lula 73
Gráfico 8. Pronunciamentos e entrevistas quanto ao foco temático 75
Gráfico 9. Ouvinte central em que foram enunciados os pronunciamentos e entrevistas realizados por Lula 75
Gráfico 10. Partes envolvidas nos pronunciamentos e entrevistas de Lula 77
Gráfico 11. Participação dos atores políticos nos pronunciamentos sobre transição energética (%) 77
Gráfico 12. Número de atos de fala sobre transição energética pelos sujeitos políticos 78
Gráfico 13. Percentual de pronunciamentos sobre transição energética realizados em 2023 e 2024 79
Gráfico 14. Número de pronunciamentos sobre transição energética por mês e a linha de tendência em 2023 80
Gráfico 15. Número de pronunciamentos sobre transição energética por mês e a linha de tendência em 2024 81

LISTA DE ABREVIATURAS

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO
BEN – BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL
COP – CONFERÊNCIA DAS PARTES
EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA
IBP – INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO
IED – INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO
MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
MDIC – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MME – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
MRE – MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES
ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OTE – OFERTA TOTAL DE ENERGIA
OTEP – OFERTA TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA
PATEN – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PL – PARTIDO LIBERAL
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
TEP – TONELADA EQUIVALENTE DE PETRÓLEO
TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UNFCCC – CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA 19

1.1 Referencial teórico 19
1.2 Metodologia 25

2. PANORAMA DA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA: DO CARVÃO AOS COMPROMISSOS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA 34

2.1 Do domínio à dependência: o panorama histórico do desenvolvimento da matriz energética brasileira 34
2.2 Dados da matriz de produção e consumo energético no Brasil 41
2.3 Novas tecnologias para a produção energética: a transição energética em debate 52

3. AGENDA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA POLÍTICA 62

3.1 Das eleições gerais de 2022 à posse: a transição energética na transição do Executivo Nacional 63
3.2 A transição energética como enunciado: perfil dos pronunciamentos e entrevistas do Terceiro Governo Lula a respeito da transição energética 72
3.3 A formulação do arranjo institucional para assegurar a promoção da Transição Energética no Brasil: Leis, Decretos, Programas e outros dispositivos legais relacionados à temática desenvolvidos no Governo Lula III 82

4. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DA PRIMEIRA METADE DO TERCEIRO GOVERNO LULA 96

4.1 As ameaças a serem enfrentadas: a construção do antagonismo 96
4.2 A formação discursiva do terceiro governo Lula: a transição energética enquanto centralidade das demandas 106

CONSIDERAÇÕES FINAIS 125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 131

APÊNDICE A – PRONUNCIAMENTOS E ENTREVISTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA 148

APÊNDICE B – PRONUNCIAMENTOS E ENTREVISTAS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTRO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERALDO ALCKIMIN 157

APÊNDICE C – DOCUMENTOS COLETADOS DO PALÁCIO DO PLANALTO ... 159

APÊNDICE D – DOCUMENTOS COLETADOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS 161

APÊNDICE E – DOCUMENTOS COLETADOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA . 163

APÊNDICE F – DOCUMENTOS COLETADOS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA 165

APÊNDICE G – DECRETOS E LEIS INSTITUÍDOS PELO GOVERNO FEDERAL SOBRE A TEMÁTICA ENERGÉTICA 170

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender o discurso do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a transição energética no Brasil. O recorte adotado compreende desde sua posse, em 1º de janeiro de 2023, até a instituição do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), assinado em 22 de janeiro de 2025. Embora a gestão tenha iniciado no primeiro dia de 2023, a abordagem da transição energética já se fazia presente durante a campanha eleitoral de 2022, evidenciando que a reflexão sobre o tema é anterior à sua eleição.

Ao longo de sua campanha, Lula explicitou em diversos momentos o compromisso com a transição energética no Brasil, oficializando-o na carta-programa intitulada Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil (Partido dos Trabalhadores, 2022). Nesse documento, estabelecem-se os compromissos com o desenvolvimento econômico sustentável com estabilidade, apresentando este pilar como fundamental para a retomada do crescimento do país. A questão da transição energética é abordada diretamente no 10º ponto, que expõe a necessidade de preservar as riquezas naturais do país e aponta a indispensabilidade de mudanças nos padrões de produção e consumo de energia. Para isso, o modelo a ser adotado, conforme o programa, prevê o avanço da transição energética para garantir o futuro do planeta, ressaltando-se a importância de uma economia verde e inclusiva, baseada na conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade nacional (Partido dos Trabalhadores, 2022).

Desde então, nota-se que a questão da transição energética esteve presente em diversos pronunciamentos do presidente Lula durante suas viagens internacionais, como as visitas à Alemanha e à Arábia Saudita em 2023 (Lula da Silva, 2023a) e ao Reino Unido em 2024 (Lula da Silva, 2024a), além de encontros multilaterais, como com a União Europeia (Lula da Silva, 2024b) e no Fórum de Investimentos (Lula da Silva, 2024c) no mesmo ano, e na Organização das Nações Unidas em 2023 e 2024 (Lula da Silva, 2023b; 2024d). Nesses compromissos, abordou-se a capacidade de transformar o Brasil em uma potência no que tange à transição energética mundial.

Esse objetivo fica evidente em seu discurso durante a COP 28, realizada em 2023 em Dubai (Emirados Árabes Unidos), no qual afirmou: “O Brasil vai liderar a transição energética mundial” (Lula da Silva, 2023c). Ocorreu ainda, nesse mesmo evento, a adesão do Brasil, juntamente a mais de 118 países, ao compromisso de triplicar suas fontes de energia renovável até 2030, além da formalização do Brasil

como sede da COP 30.

A exposição repetida desses compromissos no cenário internacional propiciou uma série de pesquisas exploratórias, tais como os trabalhos de Santos e Linhares (2025), Santos e Hahn (2025; 2026, no prelo) e Santos (2025). Com ênfase na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e em seus pronunciamentos, os resultados obtidos por essas pesquisas apontam uma correlação entre a transição energética e a agenda de política externa brasileira, expressando que a temática se relaciona não apenas com a produção energética sustentável, mas também com questões de governança global e desenvolvimento sustentável.

A correlação entre os interesses de uma produção energética de baixo carbono, alinhado a um desenvolvimento econômico sustentável, pode ser vista desde o primeiro grande evento internacional, após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, o Fórum Econômico Mundial de Davos, realizado na Suíça. O Brasil foi representado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pela Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Sendo nessa primeira participação do governo Lula no âmbito internacional, ressaltado que o objetivo do Brasil é promover uma economia de baixa emissão de carbono (Ministério do Ambiente e Mudança do Clima, 2024).

Dado posto, a questão da transição energética vem sendo amplamente discutida na agenda internacional do terceiro governo Lula, sendo expostos os compromissos brasileiros sobre a temática no cenário internacional. Por essa razão essa pesquisa compreende o terceiro governo Lula – não somente a atuação do Presidente Lula, e dos Ministros citados no parágrafo anterior, mas também considerando o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, por ser responsável pelo principal órgão sobre a temática, e também o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que além de em momentos de ausência de Lula atua como chefe do Executivo, ainda ocupa a posição de Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Embora exista uma série de medidas e ações que reforçam o compromisso do Brasil com a transição energética, é possível identificar o que podem ser entendidas como inconsistências entre os pronunciamentos e os atos do terceiro governo Lula promovidos ao longo da primeira metade de seu mandato. Dentre as ações que apontam incoerência, está a adesão à extensão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), denominada OPEP Plus (OPEP+), em 2023, às vésperas da participação do Brasil na COP 28. Inicialmente, a justificativa para o

ingresso do país na OPEP+ foi a de incentivar a transição energética entre os seus membros (Lula da Silva, 2023b).

Outra ação que põe em risco as metas adotadas pelo Brasil foi o leilão realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2023, de 603 blocos de exploração de combustíveis de origem fóssil, o maior já realizado no país. Ainda no que concerne a essa ação, observa-se que algumas das áreas autorizadas para exploração estão localizadas em regiões de conservação ambiental, enquanto outras não apresentam planos eficazes para garantir a mitigação do impacto ambiental conforme exigido pelas agências de preservação.

O caso mais emblemático desse processo de abertura de novas zonas de exploração foi o da Foz do Amazonas, no qual se evidenciou um impasse político entre o parecer técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e as intenções da Petrobras. Esse conflito ressalta a pluralidade de sujeitos envolvidos no processo de transição energética no Brasil e nos seus desdobramentos para o desenvolvimento sustentável (Silva, 2023a; Silveira, 2023a).

Ainda no ano de 2023, a produção média anual de petróleo ficou em 3,402 milhões de barris/dia, sendo esse valor 12,57% acima do recorde que pertencia ao ano anterior (2022), quando atingiu 3,022 milhões de barris/dia, segundo Agência Nacional de Petróleo, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) (ANP, 2023). Atualmente o Brasil é o 8° maior produtor de petróleo do mundo e o maior da América Latina, segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo - IBP (2025).

Ademais, outro fator que deve ser verificado no que concerne à transição energética é a necessidade de grandes investimentos para a promoção e consolidação da agenda, uma vez que, a cadeia de produção de energia é extensa, considerando desde a matriz energética, as redes de distribuição, bem como os produtos que são dependentes de energia. Nesse sentido, a cadeia de produção energética ao sofrer transformações deve ser projetada não somente na produção de energia propriamente dita, mas também nas cadeias que dependem de energia.

Apresentada a importância da cadeia de produção energética, é fundamental verificarmos como é o perfil da matriz energética do Brasil. Os últimos dados disponibilizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa estatal ligada ao Ministério de Minas e Energia, são do ano de 2023. Nesse ano, as energias renováveis correspondiam a 47,4% da produção de energia, sendo do total 15,4% de biomassa de cana, 12,5% hidráulica, 9% de lenha e carvão vegetal, enquanto as

eólicas apresentavam 2,3% e a solar 1,2%, representando outras energias renováveis (lixívia, biomassa, biodiesel, biogás, e gás industrial de carvão vegetal) 7% da produção (EPE, 2024).

Uma vez que este projeto quer compreender o discurso do terceiro governo Lula sobre a transição energética, é fundamental explicitar que a pesquisa é guiada pela teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em suas diversas obras, nas quais serão ancorados os elementos da pesquisa, se baseando nos principais conceitos apontados pelos autores e seus contribuintes, sendo estes desenvolvidos na seção de referencial teórico.

A presente pesquisa se justifica pela sua relevância, originalidade e viabilidade no campo da Ciência Política. Isso ocorre, devido à escassez da discussão sobre a temática da transição energética na área em que essa pesquisa se propõe, além de que seu desenvolvimento ocorre em período considerado contemporâneo. Nesse sentido, contribui com o debate sobre a agenda energética e os novos modelos de geração de energia atuais, visto que ainda a energia é um recurso fundamental na sociedade e considerada ainda uma demanda em expansão global devido ao desenvolvimento de novas tecnologias.

No que concerne a sua originalidade, a presente pesquisa se distingue por se tratar de um governo ainda vigente, analisando um recorte já consolidado, com isso expondo uma prévia da condução política adotada pelo terceiro governo Lula na questão energética. Por outro lado, expõe-se ainda o fator inédito em abordar a temática sob a perspectiva pós-estruturalista da Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, contribuindo para o desenvolvimento teórico no campo da Ciência Política.

Embora a pesquisa pretenda abordar uma temática recente, compreende-se que a viabilidade para a execução se justifica devido aos dados disponíveis nos repositórios de sites institucionais do governo brasileiro, mas também pela ampla repercussão midiática sobre a temática na imprensa.

Considerando os elementos a princípio entendidos como díspares quanto à produção de energia de baixo carbono, citados anteriormente, a pesquisa para a futura dissertação parte do questionamento: Como a transição energética é significada no discurso da primeira metade do terceiro governo Lula? Sendo a hipótese a ser testada de que a transição energética é significada como elemento de promoção dos interesses do terceiro governo Lula.

No que concerne aos objetivos propostos para a elaboração da dissertação, o trabalho tem como objetivo geral compreender como a transição energética apresentada em discurso pelo terceiro governo Lula, com recorte da posse até a instituição do PATEN, pode ser compreendido segundo a teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Mouffe.

Por sua vez, para se cumprir o objetivo proposto, pretende-se identificar o perfil da matriz energética brasileira; conferir as condições de emergência para o discurso do terceiro governo Lula; verificar os objetivos do governo Lula III; e compreender e verificar os antagonismos da transição energética para o período da primeira metade do terceiro governo Lula.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em mais quatro capítulos, seguidos pelas considerações finais e referências bibliográficas. No capítulo subsequente, será discutida a Teoria do Discurso elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, complementada pelas contribuições de pesquisadores que analisam o tema, de modo a delimitar os conceitos norteadores que fundamentam esta investigação. Nesse mesmo capítulo, expõe-se as etapas metodológicas adotadas, detalhando as técnicas de análise aplicadas e os materiais utilizados.

O segundo capítulo reconstrói o percurso histórico do desenvolvimento energético brasileiro, analisando as articulações políticas que moldaram as principais fontes do país. Essa seção também revela o perfil produtivo nacional ao detalhar as matrizes utilizadas e o seu respectivo consumo. Por fim, o capítulo aborda a inserção da sustentabilidade e do desenvolvimento na governança global, indicando como o debate internacional sobre a transição energética tem se mobilizado para mitigar a emissão de gases de efeito estufa.

O terceiro capítulo examina a representação da transição energética nos discursos de Lula. A análise inicia-se no período eleitoral, contrapondo suas propostas à gestão de Jair Bolsonaro e indicando a relevância dessa pauta. Na sequência, investiga-se o teor dos pronunciamentos feitos na primeira metade do terceiro governo Lula, com o intuito de rastrear a postura governamental frente à transição. O capítulo encerra-se com a apresentação dos principais marcos e dispositivos legais desenvolvidos para o setor energético.

No quarto capítulo, são apresentados os principais resultados da pesquisa, indicando os antagonismos latentes na agenda de transição energética durante a primeira metade do terceiro mandato de Lula. Em seguida, expõem-se os elementos

que compõem a cadeia discursiva em torno desse significante, de modo a compreender como a temática se articula aos objetivos estratégicos do governo federal nesse período. Além disso, promove-se um diálogo denso entre os achados empíricos, a pergunta norteadora e a hipótese que suscitou esta investigação.

1. ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA

O presente capítulo desenvolve o referencial teórico em que a pesquisa está alicerçada e as etapas metodológicas adotadas e realizadas para a sua realização. Em um primeiro momento, apresenta-se o livro Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política radical, desenvolvido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como a obra de referência que fundamenta a Teoria do Discurso aqui utilizada e suas bases epistemológicas.

Para a exposição da referida teoria, explicitam-se as rupturas com o marxismo tradicional e a premissa pós-estruturalista adotada. Por conseguinte, desenvolve-se o conceito de discurso, introduzindo a diferenciação entre o político e a política em correlação com o entendimento de sujeitos políticos, descaracterizando enquanto agentes ou atores, expondo o seu caráter polissêmico. Esta seção expõe, ainda, as categorias que garantem a complexidade e a sofisticação analítica da teoria como contingência, precariedade, elementos, momentos, articulação, lógicas de equivalência e de diferença, hegemonia, significante vazio e, por fim, o conceito de antagonismo.

Em seguida, na segunda seção, é apresentado o processo metodológico da pesquisa, delimitando os sujeitos políticos selecionados para o estudo, o mapeamento das fontes documentais e as diretrizes medidas empregadas para armazenar e a garantir a integridade desses dados. Além disso, expõe-se ainda as técnicas aplicadas para a amostragem e a definição do *corpus* analítico, bem como os *softwares* utilizados para a realização da pesquisa.

1.1 Referencial teórico

Para essa pesquisa será adotado como referencial teórico a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, sendo a obra base denominada “Hegemonia e estratégia socialista: por uma política radical”, lançada em 1985. A teoria dos autores é um rompimento com o pensamento marxista em virtude de um entendimento de que

o pensamento marxista é incapaz de abarcar as relações sociais contemporâneas e sua complexidade (Laclau e Mouffe, 2015, p. 80).

A obra base dessa teoria está relacionada à matriz de pensamento pós-estruturalista, com contribuições de Michel Foucault, Jacques Derrida e Martin Heidegger, além de elementos de diversas áreas como filosofia, linguística e psicanálise. Para compreender o pós-estruturalismo, esta pesquisa adota o entendimento apresentado por Michael Peters (2000), o qual expõe que:

> O pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade. O termo "pós-estruturalismo" é, ele próprio, questionável (Peters, 2000, p. 28).

Peters (2000) complementa que o pós-estruturalismo não deve ser caracterizado apenas como um conjunto de pressupostos compartilhados, um método, uma teoria ou uma escola de pensamento, trata-se de um movimento intelectual que se articula por meio da interdisciplinaridade.

Como exposto anteriormente, essa pesquisa está alicerçada no pós-estruturalismo, desse modo, para os autores a estrutura é complexa e repleta de sentidos. Contudo, Laclau (1993) ainda expõe que a estrutura é limitada, sendo incapaz de estabelecer uma explicação completa da sociedade, sendo apenas assim uma tentativa de estabelecer um sentido o qual será ao final incompleto.

A obra Hegemonia e Estratégia Socialista contribui com o campo científico ao desenvolver ferramentas que proporcionam o entendimento dos fenômenos ocorridos no campo sociopolítico. Por esse motivo, segundo Daniel de Mendonça (2007), essa teoria permite uma análise profunda, visto que considera a complexidade social. Dado o complexo conjunto de categorias dessa perspectiva teórica, esta seção desenvolverá os conceitos norteadores em que essa pesquisa está pautada.

O primeiro conceito a ser desenvolvido é o de Discurso, em virtude de que esse ocupa uma posição privilegiada na presente pesquisa. Para Laclau e Mouffe (2015), o discurso é uma prática além do que se é enunciado pelos sujeitos englobando ainda as ações e práticas adotadas.

Os estudiosos da Teoria do Discurso, desenvolvido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na obra Hegemonia e Estratégia Socialista, apresentam que o discurso é além do que é dito, sendo uma composição entre o que se é dito, mas também não dito (Mendonça; Rodrigues, 2014; Pinto, 2006). Esse entendimento fica

exposto por Mendonça (2009) ao afirmar que Discurso não deve ser entendido somente como um conjunto de textos, porém compreendido como uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal.

O estudo de Celi Pinto (2006) expõe que o discurso é a tentativa de empregar sentido ao real sendo seu intuito a fixação provisória desses sentidos. Por sua vez, Fábio Alves Ferreira (2011) apresenta que o discurso é uma categoria ontológica, sendo um elemento primário na constituição da própria realidade. Por essa razão, em algumas literaturas são tratadas como noções discursivas, visto que o discurso é uma organização das práticas e interações sociais. Por ser uma tentativa de empregar sentido à realidade, para a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), o discurso deve abranger não apenas os elementos linguísticos, mas também os extralinguísticos, pois é uma tentativa de compreender o social.

No que concerne o discurso político, Pinto (2006) expõe que “todo o discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico”. Ainda segundo a autora (2006), o discurso no campo da política se apresenta em uma posição de privilégio em relação aos demais, conforme trecho a seguir:

> Entretanto, o discurso político se destaca de todos neste em particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opaco, o discurso político explicita sua luta pelo poder (Pinto, 2006, p. 92)

Portanto, para Pinto (2006) o discurso na política representa uma busca explícita pelo poder, sendo complementado ainda pela autora que “o discurso político tem lados, é um discurso de visão de mundo... vive através da desconstrução do outro” (Pinto, 2006, p.92). Assim, considerando que o objeto desta pesquisa está atrelado não apenas à dimensão científica da transição energética, mas sobretudo à condução política adotada pelos sujeitos do terceiro governo Lula, a perspectiva de Pinto torna-se fundamental para a análise.

Ao abordar a condução política em si, enquanto campo de práticas de governo, compreende-se como relevante abordar a obra Sobre o Político de Chantal Mouffe (2015) na qual aborda uma diferença na qual é relevante se expor, a diferença entre o “político” e a “política”. Para a autora (2015), a política está referenciada ao nível ôntico enquanto o político está atrelado ao nível ontológico. Isso posto, diferencia-se, portanto, que a política está relacionada às práticas propriamente compreendidas no

campo da política convencional, enquanto o político ao estar vinculado ao nível ontológico refere-se precisamente à forma em que a sociedade é fundada. Esse entendimento se torna relevante quando formos abordar o conceito de antagonismo, pois para Mouffe (2015, p. 8) o “político” é um espaço de poder em constante disputa.

Nessa perspectiva apresentada, os indivíduos da política, comumente denominados como políticos, segundo a perspectiva teórica adotada pela pesquisa são classificados enquanto sujeitos. Isto ocorre pois para Laclau e Mouffe (2015, p. 190) os sujeitos não podem ser a origem das relações sociais, mesmo que dotados de atributos que desencadeiam ações na prática política, pois esses compõem uma formação discursiva. A categoria sujeito para os autores é ambígua, incompleta e polissêmica de modo que não é possível compreender sua totalidade (Laclau; Mouffe, 2015, p. 198).

Para os autores, essa compreensão da lógica social está pautada no entendimento de significados já atribuídos aos elementos, ou seja, todo discurso está relacionado a uma contingência e, portanto, assim será associado à estrutura de sentidos empregados pela temporalidade em que esse discurso está sendo constituído, com isso, a temporalidade determinada é fundamental para a análise da formação discursiva. Entretanto, a partir do entendimento da incapacidade de se empregar plenamente um sentido ao social, o discurso nunca é fixo, por essa razão, esse é precário e, por isso, em constante formação.

Essa precariedade do discurso ocorre devido aos deslocamentos oriundos das mudanças da centralidade da estrutura, por essa razão, empregam-se assim novos elementos ao discurso. Isso expõe que o discurso é ao mesmo tempo contingente, em virtude da historicidade que o compõe, e precário, visto que a sua constituição ocorre de modo parcial. Isso posto, esse entendimento propiciará compreender as condições de emergência da pauta de transição energética no terceiro governo Lula, além de identificar as precariedades sobre a temática.

Para a construção do discurso, na teoria de Laclau e Mouffe (2015), é fundamental o desenvolvimento de outro elemento relevante para a pesquisa, o conceito de articulação. Esse é o processo em que elementos considerados inicialmente distintos são vinculados a outros, conferindo sentido ao social e dando início ao processo de formação discursiva.

A articulação, portanto, correlaciona os elementos que inicialmente são propostos com um significado próprio e distinto, porém ao serem articulados com os

demais elementos, estes estabelecem uma relação em comum. Ao realizar esse processo de correlação, faz com que os elementos abdiquem de parte de seus entendimentos iniciais e individuais. Esse processo, faz com que esses elementos se transformem em momentos, visto que essa articulação estabeleça uma nova relação. Essa articulação propicia assim um processo denominado na teoria como lógica de equivalência.

A lógica de equivalência garante aos elementos um agrupamento com o intuito de empregar sentido a um significante maior, por essa razão as diferenças entre esses são parcialmente anuladas. Por esse motivo, a constituição da cadeia de equivalência é marcada por uma precarização, mesmo assim, as cadeias de equivalências se formam por um entendimento de que para os elementos abdicarem de parte de seu sentido em favor de um significante maior, esses serão contemplados em suas demandas, mesmo que parcialmente. Nesse processo, ao não terem suas demandas atendidas, esses elementos podem se configurar de nova forma, em virtude também da sua pluralidade. Em oposição à lógica de equivalência se encontra a lógica de diferença, sendo esta quando os elementos resistem à total fixação na articulação discursiva, mantendo ativa a lógica da diferença. Assim, embora operem em equivalência, esses elementos preservam uma parcela de sua particularidade que impede o fechamento completo da identidade discursiva. (Laclau e Mouffe, 2015).

A teoria tem como ponto de partida a análise das complexidades sociais, partindo do entendimento consolidado de que o discurso possui um caráter ontológico. Portanto, a disputa pela fixação de sentidos ocorre nesse campo primário, razão pela qual o conceito de hegemonia para Laclau e Mouffe (2015) difere da abordagem tradicionalmente cunhada pelo marxismo clássico nas ciências humanas.

Para os autores, a hegemonia corresponde à forma de relação política que busca estabelecer uma ordem dita universal, que ao alcançarem essa ordem, o novo objetivo se torna a busca pela manutenção hegemônica, com isso ela buscará anular sua precariedade para se manter e assim busca empregar sentidos. Isso ocorre visto que o campo social é marcado por uma constante disputa política, e conforme já exposto, e a sociedade é uma tentativa de empregar sentidos. Um discurso se torna hegemônico a partir do momento em que esse se expande e incorpora a maior quantidade de sentidos possíveis.

O processo de expansão e busca por englobar cada vez mais entendimentos, propicia um esvaziamento de significado, esse fenômeno na Teoria Laclau-mouffiana

denomina-se significante vazio. Mendonça (2009) expõe esse entendimento ao apontar que o significante vazio se origina de um processo em que o discurso se expande a ponto de que seus conteúdos, ao buscarem uma universalização, perdem parte de sua significação devido à sua necessidade de englobar novos entendimentos, com isso não é possível conceber com exatidão seu significado. Ainda conforme Mendonça (2007), os significantes vazios renunciam a sua própria identidade, com o intuito assim de englobar e incorporar o máximo de entendimentos possíveis. O significante vazio, para Pinto (2006), é caracterizado como condensações que o permitem ser atribuído a qualquer coisa, desse modo, esvaziando seu próprio sentido, dentro de um discurso político.

Ao realizar esse processo de construção discursiva, os elementos ao se articularem propiciarão a elevação de um desses para uma posição de destaque, com isso permite que os outros discursos sejam agregados por esse novo elemento de destaque, isso dentro da teoria é conceituado como Ponto Nodal. Pela razão de destaque que esse ocupa, esse fenômeno é considerado estratégico na construção discursiva, uma vez que como expõem os autores, a construção dos pontos nodais propicia a fixação parcial do sentido do discurso. Sobre esse conceito, Mendonça (2003) aponta que os pontos nodais são os que vão garantir a diferença de outros discursos, isso posto, o ponto nodal é o elemento que fará a diferenciação entre a transição energética do governo Lula dos demais discursos sobre a temática, por essa razão também se faz importante o entendimento desse conceito para a formação discursiva, visto que a partir desse se fará a estruturação discursiva propriamente, ao articular os elementos e apresentar como a transição energética se apresenta como um ponto privilegiado na lógica discursiva.

A lógica discursiva parte de uma prerrogativa de disputa, por essa razão é importante compreender o fenômeno de antagonismo, pois esse será entendido como um limitador do discurso. Segundo Laclau e Mouffe (2015), o antagonismo é a concepção da impossibilidade da constituição de um sentido objetivo da lógica discursiva.

Isso pode ser observado, no estudo de Mendonça (2009) que aponta o antagonismo em seu sentido mais estrito, sendo a própria impossibilidade da constituição total do discurso, ou seja, impede a plenitude da sua aplicação. Esse entendimento de que o antagonismo é um fator externo que impede a plena identidade do discurso fica evidente através do seguinte trecho:

> A presença do Outro me impede de ser plenamente eu mesmo... a presença do Outro não é uma impossibilidade lógica: ela existe, logo não é uma contradição (Laclau; Mouffe, 2015, p. 202)

A relação de antagonismo, nesse contexto, conforme apontado por diversos autores que analisam a obra de Ernesto Laclau (Pinto, 2006; Mendonça 2007; 2009, Ferreira, 2011) é o motivo pelo qual, de fato, o discurso não ocorre em sua totalidade nas ações propriamente dita - o antagonismo é sempre uma ameaça externa e possível.

Entretanto, Mendonça (2009) ainda aponta que esse antagonismo pode ser interno, uma vez que as identidades são incompletas, sempre em constante construção, sendo o antagonismo o processo de busca por essa incompletude identitária. Segundo a obra Hegemonia e Estratégia socialista o antagonismo pode ser compreendido através da seguinte lógica:

> A presença de outro me impede de eu ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas (Laclau; Mouffe, 2015, p. 125).

Portanto, o antagonismo, enquanto conceito, ocupa um papel relevante na construção discursiva, uma vez que é em virtude desse fenômeno que o discurso tem sua identidade formada. Embora o antagonismo seja uma oposição que pertence ao mundo social esse se estende ao mundo físico, do mesmo modo que o mundo físico contribui para a formação desse no campo social (Laclau, 2014).

Nessa perspectiva, o conceito está diretamente relacionado com o objetivo em identificar as impossibilidades de implementação plena da transição energética para o terceiro governo Lula, ou seja, as disputas e limitantes dessa lógica. Além do mais, propiciará ainda a compreender a formação discursiva em torno do significante de transição energética, uma vez que a partir dessa disputa os elementos se articulam em prol desse significante.

1.2 Metodologia

Esta pesquisa insere-se na abordagem qualitativa, sendo a metodologia adotada a análise discursiva, com base na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Segundo os autores, o discurso é um conceito no qual as ações e as palavras são empreendidas de forma indissociável, havendo relações

estabelecidas entre elas. Sendo assim, o discurso vai além da mera soma de palavras, constituindo-se como uma consequência da interação entre palavras e ações.

Nesse contexto, para compreender as ações adotadas pelo terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, utilizaram-se documentos oficiais, tais como projetos de lei, decretos e outros dispositivos legais relacionados à temática da produção energética do país. O recorte temporal abrange o período entre 1° de janeiro de 2023 e 22 de janeiro de 2025, correspondendo desde o primeiro dia do terceiro mandato até a instituição do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN).

Além disso, considerando que o discurso compreende também elementos linguísticos, foram analisados os pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva e de membros relevantes sobre a temática da transição energética em seu governo. Para a realização da pesquisa, consideram-se como tais os sujeitos (conforme pressupostos analíticos abordados na seção anterior) que atuam diretamente no processo de construção da política de transição energética, como os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Ministério de Minas e Energia. Nesse mesmo sentido, visando à verificação da hipótese suscitada, incluiu-se também o Ministério da Fazenda, devido à sua presença constante em comitivas brasileiras, além de sua participação ativa em eventos e fóruns, enunciando recorrentemente a temática da transição energética no Brasil.

Para a coleta dos diferentes materiais citados, realizou-se um levantamento em portais oficiais do Brasil, como o acervo público do Palácio do Planalto e a biblioteca da Presidência da República, nos quais podem ser encontradas notas oficiais, pronunciamentos, entrevistas, notícias e comunicados interministeriais. Os pronunciamentos dos ministros que conduzem as pastas anteriormente apresentadas também integraram o processo de coleta e foram localizados no acervo digital de seus respectivos ministérios.

Após o levantamento, coletou-se um total de 12 dispositivos legais (leis, decretos e publicações oficiais) e 328 atos de fala (pronunciamentos, entrevistas e coletivas de imprensa). Destes, 205 foram realizados pelo presidente Lula, 80 pelo ministro Alexandre Silveira, 17 por Marina Silva, 15 por Geraldo Alckmin e os 11 restantes pelo ministro Fernando Haddad. Todos os materiais coletados estão listados em apêndices ao final deste documento.

Com o intuito de garantir a preservação dos materiais, todos os 340 documentos, após coletados em repositórios virtuais, foram registrados no serviço de

armazenamento em nuvem da plataforma Google Drive, processo iniciado em agosto de 2024 e finalizado no término de 2025. Durante o processo de coleta e de elaboração do entendimento do objeto de análise, realizaram-se classificações dos documentos na plataforma Google Planilhas, de modo a compreender o perfil de seu conteúdo e garantir a preservação do material. Convém ressaltar, ainda, que todos os materiais, além de estarem salvos nos serviços disponibilizados pelo Google, foram armazenados em dispositivos eletrônicos físicos para evitar perdas e para que a pesquisa não dependesse exclusivamente da comunicação via redes digitais.

Em virtude da grande quantidade de material, optou-se pelo procedimento de amostragem estratificada para a análise, seguindo estritamente os processos exigidos por essa técnica metodológica. Conforme Barbetta (1999, p. 46), a amostragem estratificada consiste em dividir a população em subgrupos denominados estratos; no caso desta pesquisa, entende-se a população como a totalidade dos documentos coletados. Ainda para Barbetta (1999, p. 46), a estratificação deve partir de um critério de homogeneidade. Nessa perspectiva, a classificação dos documentos no período de apropriação do objeto de análise propiciou uma primeira estratificação por ano e, em seguida, por mês.

Para a definição da amostragem utilizou-se o site QuestionPro. Para a operacionalização dessa amostragem, foram inseridas informações na plataforma. A primeira delas refere-se ao "Tamanho da População" que, segundo a QuestionPro (2026), consiste nos dados sobre a população total abordada pelo estudo, aqui representada por 340 documentos.

Em seguida, estabeleceram-se na plataforma o nível de confiança e a margem de erro, definidos em 95% e 5%, respectivamente. Conforme informações da QuestionPro (2026), o nível de confiança é o grau de certeza, em porcentagem, com o qual se pretende estimar um parâmetro por meio de uma estatística amostral, sendo recomendada pelo próprio site a utilização do parâmetro de 95%. No que concerne à margem de erro, a QuestionPro (2026) expõe que se trata de um indicador da confiabilidade do estudo e da precisão dos resultados, adotando-se nesta pesquisa o índice de 5%.

Após a inclusão dessas três informações, o resultado apresentado foi de 182 documentos. Em busca da homogeneidade, suscitada como elementar no processo de amostragem por estratificação, considerou-se a proporção anual dos documentos:

em 2023, o universo de análise representava 213 documentos (62,60%); em 2024, representava 126 (37,10%); e em 2025, constava um único documento (0,30%).

Entretanto, considerando a relevância do documento publicado em 2025, bem como sua posição de destaque nesta pesquisa por representar o marco temporal final da análise e pela relevância do próprio documento, ele foi automaticamente selecionado para compor a amostra. Dessa forma, restaram 181 documentos a serem selecionados entre os demais anos analisados. Para essa seleção, considerou-se a proporção percentual de documentos publicados em cada ano. Nesse sentido, 2023, que correspondeu a 62,60% do total da amostra, ficou representado por 115 documentos selecionados, enquanto 2024, responsável por 37,10%, contou com 68 documentos para análise.

Outrossim, para a definição dos materiais a serem analisados em cada ano, realizou-se uma nova distribuição proporcional, considerando a frequência mensal de ocorrência dos documentos. Para tanto, calculou-se a participação percentual de cada mês em relação ao total de documentos publicados no respectivo ano, de modo que a seleção da amostra refletisse a distribuição temporal dos materiais, sendo os resultados obtidos da seguinte forma:

Tabela 1. Documentos selecionados para análise por período

Ano	Mês	Número de documentos
2023	Janeiro	6 documentos
	Fevereiro	3 documentos
	Março	3 documentos
	Abril	9 documentos
	Maio	8 documentos
	Junho	12 documentos
	Julho	13 documentos
	Agosto	20 documentos
	Setembro	16 documentos
	Outubro	5 documentos
	Novembro	8 documentos
	Dezembro	12 documentos
	Janeiro	6 documentos

2024	Fevereiro	5 documentos
	Março	6 documentos
	Abril	6 documentos
	Maio	5 documentos
	Junho	9 documentos
	Julho	9 documentos
	Agosto	6 documentos
	Setembro	4 documentos
	Outubro	4 documentos
	Novembro	7 documentos
	Dezembro	1 documentos
2025	Janeiro	1 documento

Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma, para o ano de 2023, foram selecionados: 6 documentos referentes ao mês de janeiro; 3 documentos para fevereiro e março; 9 para abril; 8 para maio; 12 para junho; 13 para julho; 20 para agosto; 16 para setembro; 5 para outubro; 8 para novembro; e 12 para dezembro.

O mesmo procedimento foi adotado para o ano de 2024. Assim, foram selecionados: 6 documentos para cada um dos meses de janeiro, março, abril e agosto; 5 documentos para fevereiro e maio; 9 documentos para junho e julho; 4 documentos para setembro e outubro; 7 documentos para novembro; e 1 documento para dezembro.

A seleção dos documentos em cada mês foi realizada de forma aleatória, respeitando a quantidade previamente definida pela proporcionalidade estabelecida. Para a operacionalização desse procedimento, utilizou-se a plataforma Sorteador.com, que possibilitou a realização do sorteio aleatório dos documentos de cada mês e ano que compuseram a amostra final da pesquisa.

Por fim, os documentos selecionados para a amostragem e posteriormente analisados no software NVivo encontram-se destacados nos apêndices deste trabalho.

Para esta pesquisa, conforme explicitado no parágrafo anterior, utilizou-se também o software NVivo, programa especializado na análise de grandes volumes de

dados qualitativos. Convém salientar que a plataforma permite a inserção de diferentes formatos de arquivos, tais como textos e imagens. Após a importação dos materiais para o NVivo, foi realizada uma leitura analítica dos documentos com o intuito de codificar os elementos discursivos presentes, esses códigos são conhecidos como “nós”. Esses nós foram organizados em categorias e subcategorias, subnós, que posteriormente, puderam ser correlacionadas, permitindo identificar a dinâmica e a interconexão entre os elementos.

Nesse sentido, a escolha do programa justifica-se pela capacidade de sistematização dos dados, o que viabiliza uma análise mais aprofundada e mitiga o risco de perda de conteúdo, mas também devido a sua aplicabilidade correlacionada com a perspectiva teórica adotada pela pesquisa. Após essa etapa estrutural, o software permite que a análise seja conduzida sob a perspectiva teórica adotada. Conforme explicitado, esta pesquisa ancora-se na Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Para a interpretação dos dados, os nós gerados no programa, resultantes da leitura dos materiais, foram tratados como elementos discursivos. Esse arranjo pode ser compreendido como uma cadeia discursiva e como a formação de sua equivalência de significante, visto que suas relações mútuas permitem verificar as cadeias de equivalência e, consequentemente, identificar o discurso construído em torno do significante “transição energética”.

A utilização do NVivo com tais objetivos encontra respaldo metodológico em trabalhos anteriores, como o de Linhares et al. (2020), além de pesquisas exploratórias próprias que serviram para o amadurecimento do uso da ferramenta em correlação com o tema, conforme verificado em Santos e Linhares (2025), Santos e Hahn (2025; 2026, no prelo) e Santos (2025).

Após a leitura crítica do material, foi possível observar os nós e subnós existentes nos materiais selecionados. A figura a seguir apresenta os nós e subnós identificados, assim como a quantidade de documentos em que esses foram localizados e a sua frequência, que pode ser compreendida como a sua recorrência.

Após a classificação dos nós e subnós, foram analisados os de maiores recorrências, tanto no que concerne aos antagonismos presentes, mas também da própria cadeia discursiva no que concerne à Transição Energética. Esses de maiores recorrências foram lidos criteriosamente com o intuito de compreender o seu sentido e também a correlação entre si. O entendimento de cada um dos sentidos atribuídos

aos nós e subnós propiciaram a realização da análise dos elementos e suas interações na formação da cadeia discursiva.

Tabela 2. Nós e subnós identificados após análise no NVivo

Nós	Subnós	Documentos	Frequência
Política Externa	Geral	92	203
	Protagonismo brasileiro	61	100
	Cooperação Internacional	36	51
	Reforma das Instituições	26	41
Transição Energética	Geral	123	189
Antagonismo	Geral	77	169
	Governos Anteriores	33	59
	Estados Centrais	23	39
	Guerras e Conflitos	18	27
	Desigualdade	17	22
	Fome	18	20
	Super Ricos	9	10
	Pobreza Energética	7	9
	Juros	4	7
	Elite Brasileira	5	6
	Congresso Nacional	2	2
	Agropecuária	1	1
Economia	Geral	79	149
	Comércio Internacional	30	41
	Bioeconomia	24	30
	Empresários	14	17
	Incentivos Fiscais	9	9
Investimentos	Geral	70	133
	Internacional	40	65
	Público	44	61
Preservação Ambiental	Geral	79	129
	Emissão de carbono	43	54
	Desmatamento	32	49

Produção Energética	Geral	80	127
	Hidrogênio	30	38
	Eólica	24	25
	Energia Solar	22	23
	Etanol	17	21
	Biomassa	11	12
	Hidroelétrica	8	9
	Nuclear	2	2
Emprego e Renda	Geral	55	90
Indústria	Geral	59	90
	Industria Sustentável	26	31
Transporte	Geral	50	78
Infraestrutura	Geral	46	67
	Infraestrutura energética	24	28
Educação	Geral	26	59
Emergência Climática	Geral	41	53
Tecnologia	Geral	38	52
	Inteligência Artificial	10	16
Desenvolvimento	Geral	40	48
Biocombustíveis	Geral	34	44
Agricultura	Geral	27	33
Valorização	Geral	25	32
	Ambiental	20	23
	Cultural	11	12
Saúde	Geral	18	31
Justiça	Geral	23	30
Assistencialismo	Geral	13	29
	Pessoas	12	25
	Natureza	4	6
Combate à desigualdade	Geral	21	27
Recursos naturais	Geral	21	23

Cobrança de acordos firmados	Geral	16	19
Petrobrás	Geral	12	19
Democracia	Geral	10	18
Programas Sociais	Geral	12	17
Combate à pobreza	Geral	15	15
Acesso à moradia	Geral	8	13
Bancos Públicos	Geral	7	13
Municípios	Geral	7	12
Segurança Energética	Geral	9	10
COP	Geral	9	9
Igualdade Racial	Geral	8	8
Igualdade de Gênero	Geral	7	8
Estabilidade Política	Geral	8	8
Mineração	Geral	4	5
Embraer	Geral	4	5
Governadores	Geral	4	4
Turismo	Geral	2	4
Paz	Geral	4	4
Aviação	Geral	4	4
Cultura	Geral	3	3
Dignidade Social	Geral	3	3
Estrutura Política	Geral	2	2

Fonte: Elaborado pelo autor

2. PANORAMA DA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA: DO CARVÃO AOS COMPROMISSOS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.

Esse capítulo busca apresentar o panorama de desenvolvimento da matriz energética brasileira, de modo a expor o contexto da política nacional e a formação de cada uma de suas fontes de energia.

Em um primeiro momento, será apresentado como cada fonte emergiu no campo político, expondo-se como o uso de cada uma delas correspondeu à conjuntura vigente. Ademais, reforça-se como o Brasil realizou arranjos para o seu desenvolvimento, seja por meio de parcerias internacionais, como no caso da cooperação nuclear com a Alemanha, seja atuando de modo exclusivamente estatal ao compreender o interesse de outros Estados em suas riquezas, a exemplo da criação da Petrobras.

Na segunda parte desta seção, será apresentado o perfil da matriz energética quanto à sua classificação entre renovável e não renovável, além das fontes em si e de sua participação no consumo nacional. Ao expor a produção energética e o seu perfil, compreende-se também a sua demanda, identificando quais setores brasileiros são os que mais consomem energia.

Por fim, apresenta-se o debate sobre a transição energética enquanto temática relevante no cenário internacional e nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, expondo a crescente relevância desse tema em virtude da emergência climática.

Este capítulo, portanto, busca contextualizar e apresentar a conjuntura energética nacional, analisando as dinâmicas internacionais e suas influências na política doméstica.

2.1 Do domínio à dependência: o panorama histórico do desenvolvimento da matriz energética brasileira

A história apresenta que os primórdios da civilização humana foram marcados

pela dinâmica denominada nomadismo, caracterizado pela mobilidade constante e ausência de uma residência fixa, isso ocorreu pela busca desses indivíduos em prol de alimentos e água, sendo fundamentais para a manutenção energética desses indivíduos.

Com a descoberta do manuseio do fogo, que pode ser entendido como uma das primeiras formas de produção energética pelo ser humano, a energia produzida por esse meio propiciou uma evolução da dinâmica desse grupo ao permitir um melhor preparo de alimentos, isso otimizou a absorção de nutrientes e aumentou a eficiência energética disponível para o desenvolvimento biológico e social da espécie.

A superação dos tempos primitivos, em que a demanda energética humana era voltada para a sua manutenção física, a dependência energética se mostra cada vez mais relevante ao serem adotadas atividades consideradas essenciais atualmente, como iluminação, aquecimento, refrigeração, transporte e comunicação. Segundo Letcher e Williamson (2004) *apud Dos* Santos; De Sá Rodrigues; Carniello (2021), a demanda energética atualmente pelo ser humano evoluiu de maneira tão intensa que é necessária para assegurar a sobrevivência da humanidade.

Outro fator fundamental no que concerne à produção energética foi o desenvolvimento da denominada Primeira Revolução Industrial, iniciada por volta de 1760 na Inglaterra. Segundo Almeida *et. al.* (2022), esse processo foi impulsionado pela invenção da máquina a vapor, com fonte de Carvão e/ou Lenha, que propiciou a produção em larga escala em nível global.

Nesse sentido, nota-se que a produção antes realizada através da energia oriunda dos indivíduos, ao ser incrementada uma nova fonte de primária produção energética promoveu uma revolução na dinâmica socioeconômica, de modo ainda que garantiu ao Reino Unido a promoção de *status* de liderança mundial no período. Portanto, expondo assim como o domínio tecnológico da matriz energética possui correlação com a capacidade de ganhos dos Estados.

Ao analisar os impactos das revoluções industriais no setor de energia, Almeida *et. al.* (2022), comenta que, durante a Segunda Revolução Industrial, ocorrida entre 1860 e 1914, houve a introdução do Petróleo enquanto fonte de energia. Ainda nesse mesmo período foi construída a primeira hidrelétrica do mundo, em Cragside, Northumberland, na Inglaterra, além da primeira linha de montagem e produção em série de veículos, por Henry Ford, no ano de 1909 (Almeida *et. al.,* 2022).

No fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as bombas nucleares lançadas

em Hiroshima e Nagasaki no Japão demonstraram não somente uma nova tecnologia de arma de destruição de massa, mas também expõe a capacidade de produção energética através do processo de fissão nuclear. Ainda conforme Almeida *et. al.* (2022), a Terceira Revolução Industrial compreendeu um avanço na produção energética com base nessa nova tecnologia nuclear e pensando ainda na questão ambiental, pois os efeitos do aquecimento global e a poluição puderam ser percebidas devido ao aumento do uso de Carvão e Petróleo como principais fontes de produção energética.

No que concerne ao Brasil e ao contexto de Segunda Guerra Mundial, Tolmasquim, Guerreiro e Gorini (2007) apresentam que a demanda de energia no país teve seu desenvolvimento expandido nesse período. Isso, segundo os autores, ocorreu devido ao processo de urbanização acelerado e crescimento demográfico. Ainda no contexto de Segunda Guerra Mundial, durante o Estado Novo (1930-1945), governado por Getúlio Vargas, o Brasil por intermédio do Estado começou a institucionalização do Petróleo e dos recursos minerais (Martins, 2016).

Conforme Martins (2016), no ano de 1934 foi elaborado o Código de Minas, na qual ficou instituído que as riquezas minerais pertenceriam à União, mesmo que estivessem em territórios privados. Além disso, ainda nesse período do Estado Novo, o autor apresenta que foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, sendo o primeiro órgão governamental responsável pelo controle da indústria petrolífera do Brasil. Ainda segundo Martins (2016), as medidas de entendimento nacionalista do petróleo foram superadas durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em que foi submetido ao Congresso em 1947 o Estatuto do Petróleo, em que tinha como objetivo adequar a legislação sobre as fontes energéticas e minerais, sob um viés liberal, de modo a permitir a exploração do petróleo brasileiro por empresas dos Estados Unidos.

As medidas de Dutra voltadas ao petróleo, não agradou tampouco aos nacionalistas quanto aos liberais, de modo que seu estatuto teve a matéria reprovada no Congresso, gerando assim um debate agora de caráter público sobre o modelo de gestão a ser adotado quanto ao petróleo em território nacional (Martins, 2016).

Em 1953, sob adesão massiva da sociedade ao movimento denominado “O Petróleo é nosso”, Getúlio Vargas institui a lei n° 2.004, de 3 de outubro de 1953, em que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima (Brasil, 1953). A lei instituída por Vargas promoveu o entendimento quanto ao monopólio do Estado do petróleo, em

todas as suas cadeias, desde pesquisa, exploração, transporte e refino, além de criar uma nova empresa que seria responsável por esse processo, sendo essa empresa denominada Petróleo Brasileiro S. A., conhecida como Petrobrás. Atualmente a Petrobras ocupa o primeiro lugar na produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, correspondendo a com 22% do total mundial, além de ser a única a empresa a conseguir operar a mais 7.000km de profundidade (Petrobrás, 2026a; Morais, 2013). O debate acerca do petróleo e o seu caráter nacionalista adotado pela população promoveu a célebre foto de Getúlio Vargas com a mão marcada pelo petróleo, representando a nacionalização do petróleo (Figura 1).

Figura 1. Getúlio Vargas mostra mão direita cheia de petróleo, em 1952



Fonte: OGlobo, 2013

No ano seguinte da criação da Petrobrás, em 1954, Getúlio Vargas via Plano Nacional de Eletrificação (PNE), propõe a criação da Centrais Elétricas Brasileiras - denominada pela sigla Eletrobrás. A criação, ao contrário da Petrobrás, sofreu diversas pressões políticas contrárias ao estabelecimento dessa empresa, sendo sua aprovação somente durante o governo Jânio Quadros, em 1961, por intermédio da assinatura da Lei 3.890-A no dia 25 de abril (Axia Energia, 2026). Atualmente a empresa é denominada de Axia Energia, após a privatização durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022).

No ano de 1973, os então presidentes do Brasil e do Paraguai, Emílio Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner, assinaram em Brasília o Tratado de Itaipu. O documento consolidou uma série de estudos técnicos e entendimentos diplomáticos para o aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná, no trecho entre Guaíra e Foz do

Iguaçu, e permitiu a construção daquela que seria a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta: a usina de Itaipu (Itaipu Binacional, 2026).

Conforme estudos de Ribeiro e Santos (2025), a construção de Itaipu foi uma solução não somente para a produção de energia limpa e renovável, mas também uma busca na solução da disputa entre Brasil e Paraguai quanto ao entendimento de seus limites fronteiriços entre os dois Estados. Com isso, expõe-se que o uso compartilhado do Rio Paraná entre os governos de Brasília e Assunção foi um mecanismo de resolução de conflito alinhando ao uso estratégico das capacidades produtivas pelos dois Estados, de modo a correlacionar a política energética com uma disputa diplomática.

Com as crises do Petróleo nos anos de 1973 e 1979, foi retomada a discussão sobre outros meios de fontes energéticas. Na década de 1980, a matriz energética brasileira teve o incremento da produção nuclear, com as usinas de Angra I e Angra. A produção energética via nuclear, conforme explicitado em parágrafo anterior, teve sua popularização após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, ainda sob esse mesmo contexto, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) tratou o assunto como um dos objetivos do seu Programa de Metas (Cabral, 2012). Segundo o estudo de Cabral (2012), a ideia foi retomada durante o governo Costa e Silva (1967-1969), com a instituição da criação da usina de Angra I em 1969, sendo a sua construção iniciada em 1972, finalizada em 1982 e interligada ao sistema elétrico nacional para consumo público em 1985.

Ainda conforme Cabral (2012), a gestão do presidente Médici buscou diversificar alianças. Com isso, em 1969 o Brasil assinou um acordo de cooperação com a Alemanha nos setores de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Esse acordo ficou conhecido como Acordo Brasil-Alemanha, em que se permitiu que o governo de Berlim pudesse adquirir urânio brasileiro, em contrapartida o documento estabelecia a implantação de uma usina de beneficiamento no Brasil, com tecnologia alemã.

Cabral (2012) aponta ainda que o Acordo Brasil-Alemanha previa a construção de oito usinas nucleares, as obras de Angra II e Angra III foram iniciadas em 1976, mas apenas Angra II chegou a ser construída, entrando em operação comercial em 2000. A construção de Angra III foi interrompida, com parte dos equipamentos adquiridos. Em 2025 Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou uma resolução que determina, à Eletronuclear e ao Banco Nacional do Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), a atualização e complementação dos estudos financeiros e de viabilidade para finalização da obra (Ministério de Minas e Energia, 2025).

No ano de 2003, por intermédio do Decreto n° 4.873, de 11 de novembro de 2003, foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado popularmente como “Luz para todos" (Brasil, 2003). O programa tem como objetivo promover o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possuía acesso a esse serviço público (Brasil, 2003).

O programa foi coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, entretanto sua dimensão foi de tamanha relevância que foram mobilizados ao todo 13 ministérios, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Fórum Nacional dos Secretários de Energia dos Estados (Brasil, 2003). O programa foi revogado via decreto n° 10.087, de 5 de novembro de 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro (Brasil, 2019)

Por sua vez, o programa foi retomado por intermédio do Decreto n° 11.628 de 4 de agosto de 2023 com algumas alterações em relação ao projeto anterior. No decreto promulgado em 2023 há a previsão quanto a características das fontes energéticas que devem ser consideradas limpas e renováveis (Brasil, 2023). O programa nessa versão apresenta uma característica mais social e de detalhamento em relação à sua versão de 2003, porém sem articulação entre os ministérios, unidades federativas e Eletrobrás – empresa privatizada na gestão de Bolsonaro –, de modo que a operacionalização fica a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Aneel (Brasil, 2023).

Em agosto de 2006, a Petrobrás anunciou que encontrou petróleo em águas profundas, denominadas regiões de pré-sal. Para Schutte (2012), as características das áreas de pré-sal são: I) depositadas entre 5 mil e 7 mil abaixo do nível do mar; II) Petróleo e gás mantidos por uma camada de sal com espessura de até 2 mil metros; III) espalhados ao longo de 800 km; IV) localizados a cerca de 300 km da costa do Espírito Santos, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina; V) teor de óleo de boa qualidade.

Para a Petrobrás (2026b) a descoberta do pré-sal colocou a empresa em uma posição estratégica e indica que a exploração dessas zonas assume um papel

importante na transição energética global. Esse entendimento, ainda para Petrobrás (2026b), ocorre devido ao fato de que os poços do pré-sal são de altíssima produtividade e menor emissão de gases em relação aos outros hidrocarbonetos do setor, com isso causando menos impacto.

A descoberta do pré-sal trouxe novamente a imagem de um Presidente da República com as mãos cobertas por petróleo, dessa vez o então presidente Lula em 2010 recriou a foto realizada por Getúlio Vargas durante o movimento nacionalista do “O petróleo é nosso” na década de 1950 (Figura 2).

Figura 2. Em ato comemorativo presidente Lula suja a mão esquerda



Fonte: OGlobo, 2010.

A imagem rememora uma imagem de um novo marco para a produção energética brasileira, de modo que se anteriormente Vargas, em 1952, apresenta a imagem em uma conjuntura do processo de nacionalização do petróleo brasileiro, Lula remonta a imagem marcando uma nova etapa do ciclo de exploração nacional. Para Schutte (2012), a descoberta do pré-sal trouxe ao Brasil um aumento na projeção frente ao cenário internacional, o qual era dominado por governos da região do golfo pérsico no oeste asiático. Nessa perspectiva, o petróleo pode ser compreendido como uma fonte relevante de energia, de modo que não somente serve como medida de equivalência de energia, como a unidade denominada TEP (tonelada equivalente de petróleo), mas também como ferramenta estratégica política.

Apresentado assim o panorama histórico no que concerne a agenda energética brasileira, a subseção a seguir tem como objetivo apresentar os dados sobre a matriz e o consumo energético no país.

2.2 Dados da matriz de produção e consumo energético no Brasil

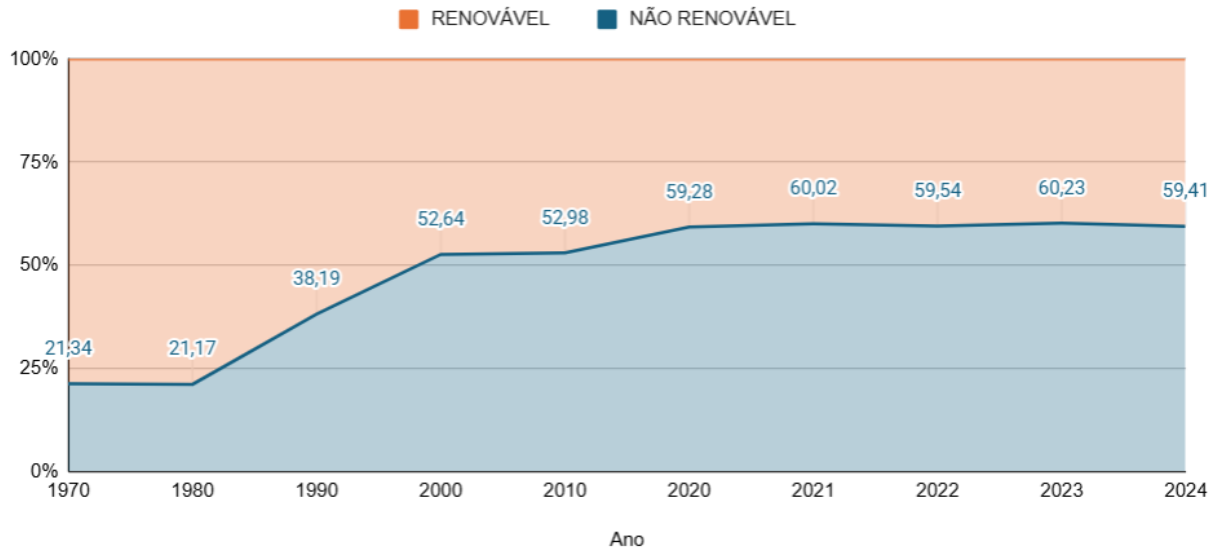
Para identificar o perfil de produção e consumo energético no Brasil foram utilizadas as informações disponibilizadas pela Empresa de Pesquisa Energética através da publicação denominada Balanço Energético Nacional 2025 (2026) na qual todos os dados primários estão disponíveis no Anexo X - Matriz aberta e Comercial 1970 a 2024, a EPE apresentou os dados em unidades de mil tep[1]. que significa tonelada equivalente de petróleo, visto que são produtos energéticos oriundos de diferentes fontes.

Para recorte temporal da análise das informações apresentadas pelo Balanço Energético Nacional de 2025, foi adotado um espaço temporal de 10 anos a partir do primeiro ano que foi em 1970, de modo que a partir de 2020, inclui-se os anos da terceira década do Século XXI, com o intuito de verificar o comportamento recente da matriz energética brasileira. Para elucidar, foram analisados os anos de 1970, 1980, 1990, 2000, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, com base nesse recorte, foi possível identificar informações relevantes, as quais serão apresentadas a seguir.

O primeiro ano em que se buscou realizar o levantamento do perfil da matriz energética do Brasil foi em 1970, conforme dados do Balanço Energético Nacional (BEN). Esse levantamento apresenta que nas décadas de 1970 a 1990, o Brasil apresentava uma matriz energética predominante de fontes renováveis, sendo a superação pelas fontes não renováveis ocorrida nos anos 2000 (gráfico 1).

[1] Unidade de medida de energia que serve para comparar o poder calorífico de diferentes fontes de energia, equivalendo a cerca de 42 giga joules (GJ) ou 10 milhões de quilocalorias.

Gráfico 1. Percentual da matriz energética brasileira



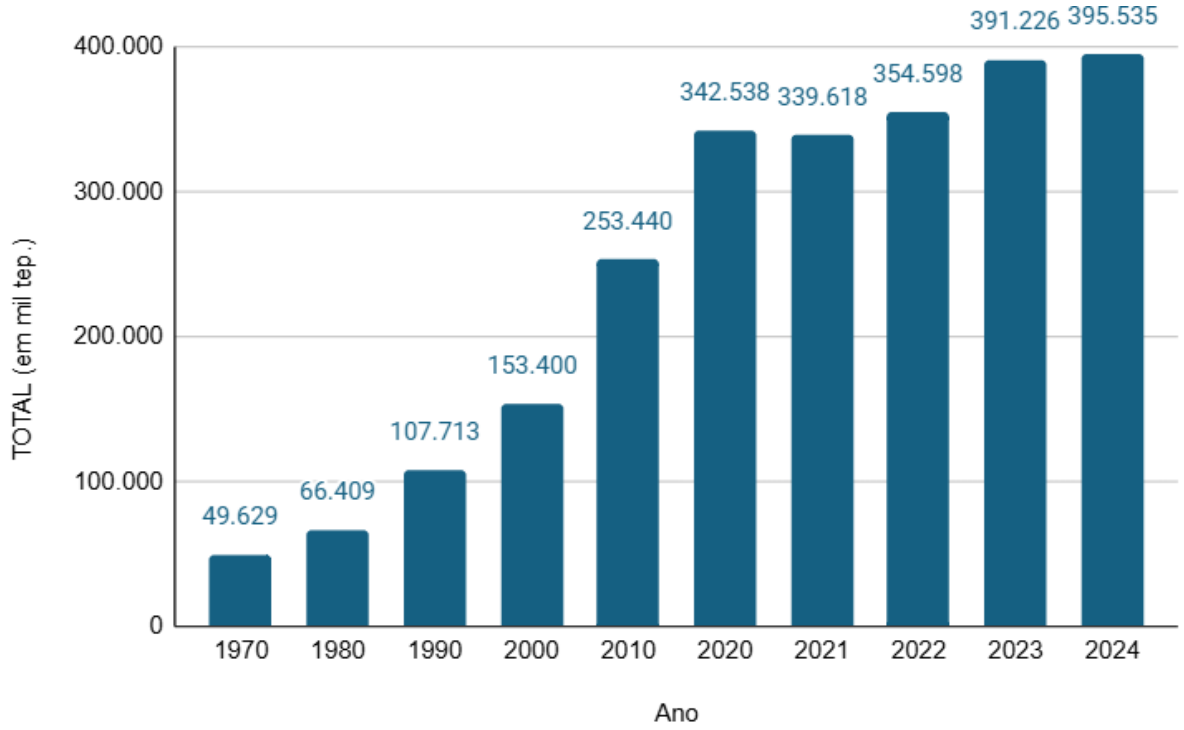
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Ao observamos a figura 1, pode-se perceber que houve um crescimento da matriz energética não renovável com no final do século XX, sendo no ano 2000 a superação do percentual dessa fonte de energia em comparação às fontes renováveis. Em 1970, o percentual de energia não renovável correspondia a 21,34%, sendo levemente reduzido em 1980 para 21,17%, com um avanço para 38,19% em 1990, ainda não correspondendo à metade. No ano 2000 essa evolução foi para 52,64%, sendo mantida nesse patamar nos anos de 2010, mas apresentando um considerável crescimento em 2020 com 59,28% e desde então apresentando uma certa estabilidade, não alterando mais que 1%, entre os anos de 2021 a 2024, com 60,23% a máxima (em 2023) e 59,41% (em 2024).

Entretanto, embora nos anos de 1970 a 1990 a matriz energética brasileira tenha sido caracterizada sobretudo por uma predominância de fontes renováveis, a produção em 1970 correspondia a 49.629 mil tep., sendo levemente aumentada em 1980 para 66.409 mil tep. e no ano de 1990 ampliada para 107.713 mil tep. Seguindo essa mesma tendência iniciada nos anos de 1990, na virada para o Século XXI pode-se perceber um amplo aumento do total de energia produzido, sendo cerca de 100 mil tep. a mais em relação à década anterior. Em 2000 o total de energia produzido foi de 153.400 mil tep., passando para 253.440 em 2010 e 342.538 em 2020. Nessa década, observa-se que em 2021, houve uma leve redução do total de energia produzido, com 339.618 mil, mas tornando a crescer em 2022, 2023 e 2024, apresentando os valores

de 354.598, 391.226, 395.535, respectivamente. Desse modo é capaz ainda de observar que no primeiro ano do terceiro governo Lula ocorreu um aumento de quase 50 mil tep. (gráfico 2).

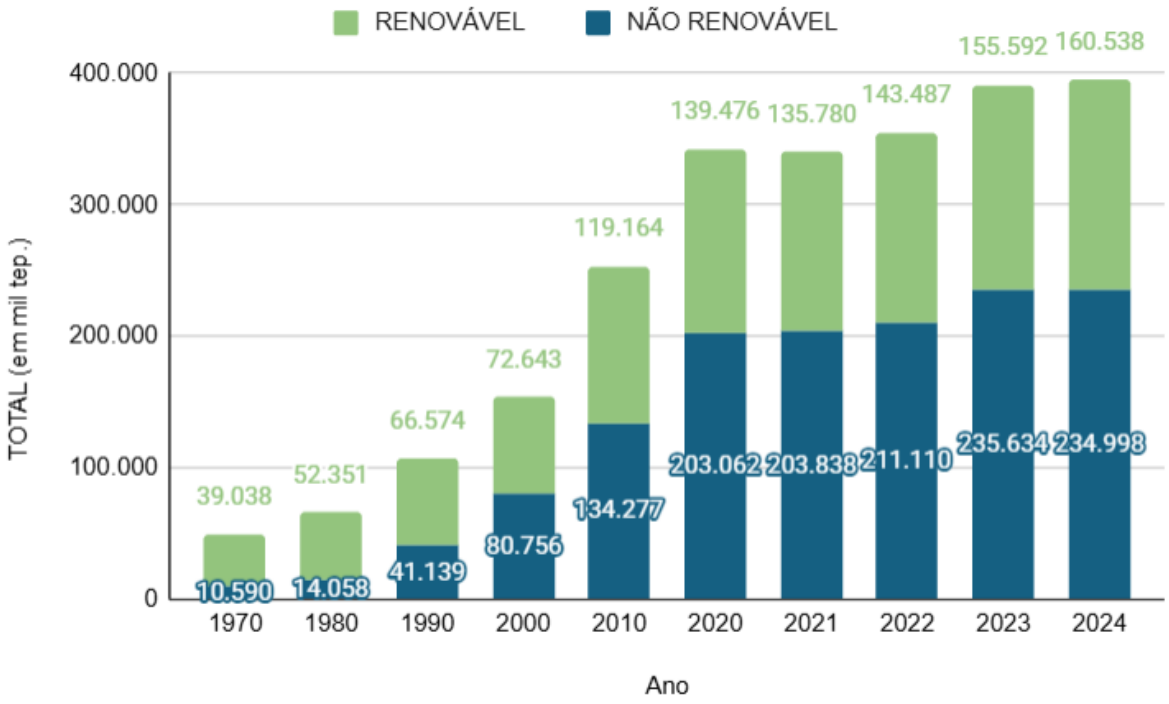
Gráfico 2. Total de energia produzida (em mil tep)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Contudo, ao analisarmos a questão do tipo de energia produzido quanto ao caráter de renovável ou não, em 1990 a energia não renovável teve aumento de 27.081 tep. (enquanto a produção de energia renovável aumentou em 14.223) sendo o aumento das não renováveis, mais que o dobro em relação ao ano anterior que era de 14.058 e foi para 41.139. O avanço no aumento da energia não renovável, teve uma crescente ainda maior no ano 2000 e mais ainda nos anos de 2010 e 2020. Em 2000 o número foi para 80.756, ampliado para 134.277 em 2010 e 203.062 em 2020, ao contrário do decréscimo apresentado na energia total produzida em 2021, esse ano foi marcado por um leve aumento da produção de energia não renovável, aumentando de forma leve de 203.062 para 203.838. Os números nos anos de 2022 e 2023 ainda apresentaram uma crescente respectivamente de 211.110 e 235.634, com uma leve redução em 2024, com total de 234.998 (gráfico 3).

Gráfico 3. Relação de produção de energia renovável e não renovável (em mil tep)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Nessa perspectiva, podemos observar que o Brasil apresentou um crescimento de sua produção energética, contudo pautado pelo desenvolvimento de fontes não renováveis. Portanto, é imprescindível analisarmos a origem dessas fontes, de modo a verificar a estrutura dessa matriz energética e compreender como ocorreu a dinâmica da superação das fontes não renováveis em detrimento das renováveis.

Conforme dados da EPE (2026), as principais fontes de produção energética não renováveis no Brasil são de Petróleo, Gás Natural e Carvão Vegetal, enquanto outras fontes como Carvão Metalúrgico, Urânio (U308) e outras fontes renováveis se apresentam eventualmente na cadeia energética ou com baixa participação no setor de produção. (figura 4).

Figura 3. Tabela com número total de energia produzida (em mil) oriundas de

fontes não renováveis

Fonte primária	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
Petróleo	8.161	9.256	32.550	63.849	106.559	152.635	150.386	156.398	176.038	174.371
Gás Natural	1.255	2.189	6.233	13.185	22.771	46.299	48.462	49.971	54.281	55.629
Carvão Vegetal	611	1.493	1.595	2.603	2.104	2.085	2.640	2.311	2.356	2.154
Carvão Metalúrgico	504	991	320	10	0	0	0	0	0	0
Urânio (U3O8)	0	0	51	132	1.767	206	343	516	1.084	1.008
Outras não renováveis	60	129	391	978	1.075	1.838	2.007	1.914	1.874	1.836

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

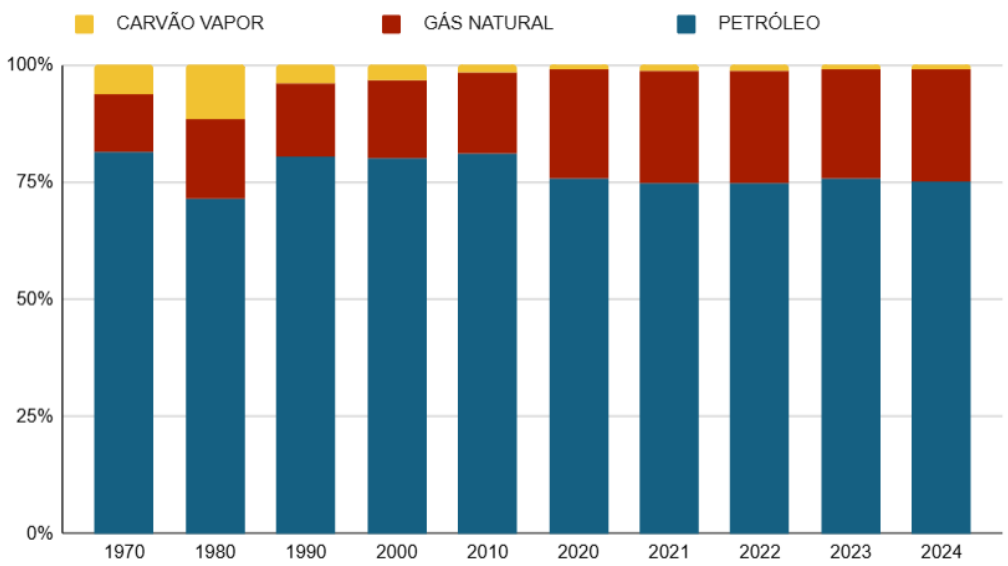
Ainda, conforme a figura 4, nota-se um crescimento no número total de petróleo produzido dos anos 2000 a 2010, evidenciando que a descoberta do pré-sal como fonte de energia impulsionou a produção brasileira no setor. Esse crescimento persiste entre 2010 a 2020, sendo gradualmente elevado entre 2020 a 2024.

Nessa mesma perspectiva, o Gás Natural apresentou expansão em número total de energia produzida, sendo mais que o dobro entre os anos de 1990 para 2000 e de 2010 para 2020. Além disso, observa-se que a produção de Gás Natural nesse intervalo de tempo, sempre apresentou crescimento, evidenciando assim a sua relevância na cadeia de produção energética.

Considerando então os setores de Petróleo, Gás Natural e Carvão Vapor como principais elementos na cadeia produtiva, no gráfico 4 pode-se observar que o setor petrolífero corresponde a cerca de 75% de toda a cadeia não renovável, sendo somente nos anos 1980 inferior a essa marca. Além do mais, o setor de Gás Natural tem tido um forte avanço, suprimindo a participação do Carvão Vapor.

Gráfico 4. Percentual do Carvão Vapor, Gás Natural e Petróleo no número total

de produção energética não renovável



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Dado posto, nota-se que apesar do crescimento de fontes não renováveis na matriz energética brasileira superou a de fontes renováveis, evidencia-se que foram esse crescimento esteve atrelado sobretudo às fontes oriundas do Petróleo e de Gás Natural, não havendo participação de outras fontes.

Nessa perspectiva, é fundamental verificar a evolução dos setores renováveis nesse período de modo a compreender as razões do declínio de sua participação na matriz energética e verificar a dinâmica estabelecida nesse setor.

Com base no Balanço Energético Nacional de 2024, produzido pela Empresa de Pesquisa Energética, o Brasil possui cinco principais matrizes no que concerne a produção energética renovável no país, sendo elas: Energia Hidráulica; Lenha; Produtos da Cana-de-Açúcar; Eólica e Solar.

No ano de 1970, a produção total oriunda de energia renovável foi de 39.038 mil tep., passando para 52.351 mil tep. em 1980, marcando ainda um aumento em para 66.574 mil tep. no ano de 1990, esses três períodos ainda são marcados por ter a Lenha como a principal fonte de produção energética renovável.

No ano 2000 a produção total foi para 72.643 mil tep. de modo que a Energia Hidráulica foi a principal fonte proveniente da matriz renovável, sendo incluída a produção de origem eólica nesse período. No ano de 2010, nota-se uma crescente de produtos da cana-de-açúcar em uma década, passando de 19.895 para 48.852 mil tep. somente essa fonte, com total de 119.164 mil tep. se somarmos as outras fontes.

Em 2020, a estrutura da produção energética se manteve, totalizando uma produção de energia em 139.476 mil, sendo o ano de 2021 marcado por uma queda para 135.780. Já nos anos seguintes, o crescimento da energia renovável torna a ocorrer, sendo respectivamente nos anos de 2022, 2023 e 2024 correspondendo a 143.487, 155.592 e 160.538.

Figura 4. Tabela da evolução da produção de energia renovável (em mil tep.)

Ano	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
ENERGIA HIDRÁULICA	3.423	11.086	17.777	26.179	34.683	34.089	31.202	36.732	36.636	36.275
LENHA	31.852	31.083	28.537	23.054	25.997	26.457	27.407	27.265	27.265	27.372
PRODUTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR	3.601	9.301	18.451	19.895	48.852	55.597	50.640	47.738	55.398	54.159
EÓLICA	-	-	-	0,09	187	4.906	6.217	7.020	8.239	9.258
SOLAR	0	0	16	56	332	1.791	2.371	3.591	5.428	7.229
OUTRAS RENOVÁVEIS	163	881	1.793	3.460	9.112	16.635	17.944	21.141	22.626	26.244
TOTAL	**39.038**	**52.351**	**66.574**	**72.643**	**119.164**	**139.476**	**135.780**	**143.487**	**155.592**	**160.538**

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Ao analisarmos a matriz energética renovável do Brasil, considerando a participação de cada fonte, percebe-se uma diversificação quanto às fontes e sua relevância no setor energético. No ano de 1970, conforme explicitado a energia proveniente da lenha representava mais de 80%, sendo a energia hidráulica e produtos da Cana-de-açúcar representando respectivamente 8,77% e 9,25%, com outras fontes representando menos de 1%. De modo que no ano seguinte, houve uma redução dos recursos provenientes da lenha para 59,37% e aumentando a participação tanto da Energia Hidráulica e Produtos da Cana-de-Açúcar, além de outras fontes renováveis, esse mesmo padrão pode ser observado no ano de 1990.

No 2000, observa-se um certo equilíbrio, conforme figura 7, nas três principais fontes de energia renováveis, de modo que a energia hidráulica é a principal fonte representando 36,04%, enquanto a Lenha correspondeu a 31,74% e Produtos da Cana-de-Açúcar em 27,39%, complementando com 4,76% outras fontes renováveis.

Em 2010, a crescente dos produtos de Cana-de-Açúcar como fontes de energia fez com que esse setor representasse nesse período 41%, superando a liderança da Energia Hidráulica que nesse período representou 29,11%. Além disso, nota-se um declínio da produção oriunda da Lenha, saindo do predomínio de 1970 com 81,59% para 21,82% em 2010. Nesse mesmo período, podemos perceber, apesar em baixa proporção, da inserção de novas tecnologias como Eólica e Solar para a produção energética.

Essas novas fontes de produção energética, tiveram um aumento em sua relevância na matriz energética de origem renovável nos anos de 2020 a 2024, evidenciando seu crescimento e participação nesse recorte temporal, sendo a Eólica em 2024 representando 5,77% e a Solar, nesse mesmo período, com 4,50%. Ainda em 2024 o perfil da matriz energética brasileira de fonte renovável o setor de energia hidráulica representava 22,60%, Lenha com 17,05%, produtos da Cana-de-Açúcar 33,74% e outras renováveis com 16,35%.

Dado posto, com a figura 7, é possível perceber uma diversificação da matriz energética brasileira quanto a participação de suas fontes e também ao número de fontes, ao contrário da matriz energética não renovável que tem como predominância somente três fontes, Carvão Vapor, Gás Natural e Petróleo, com essa última representando mais de 75% da parcela da fonte não renovável.

Figura 5. Tabela Percentual das fontes na matriz energética renovável do Brasil

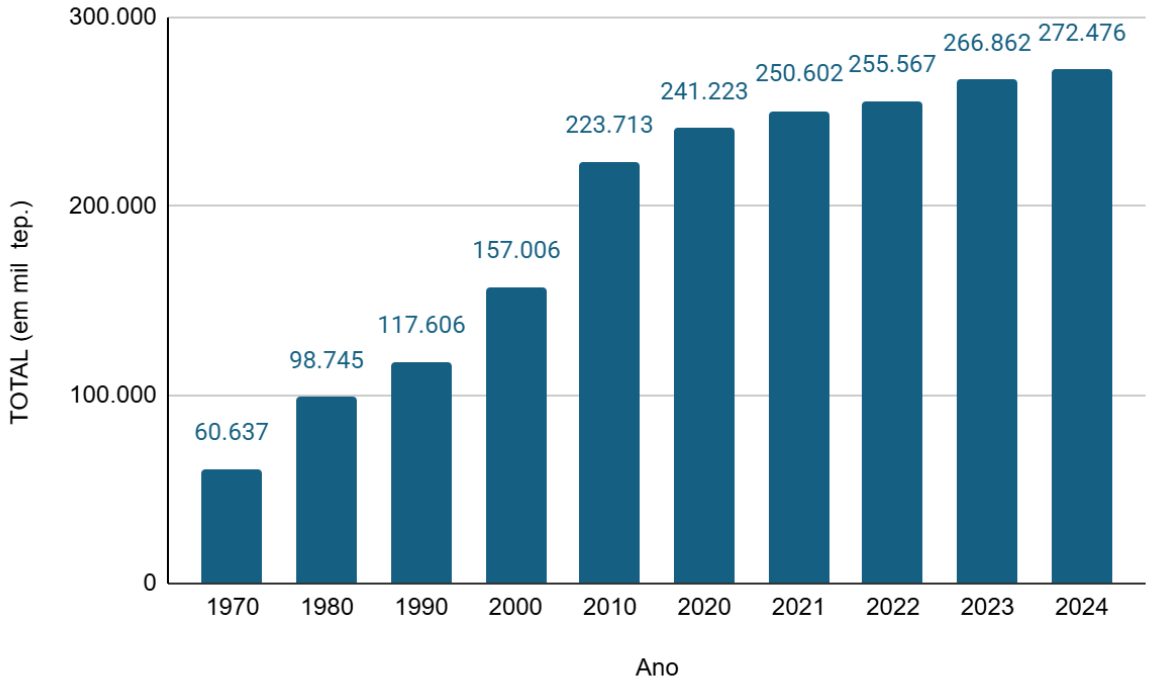
Ano	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
ENERGIA HIDRÁULICA	8,77%	21,18%	26,70%	36,04%	29,11%	24,44%	22,98%	25,60%	23,55%	22,60%
LENHA	81,59%	59,37%	42,87%	31,74%	21,82%	18,97%	20,18%	19,00%	17,52%	17,05%
PRODUTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR	9,22%	17,77%	27,72%	27,39%	41,00%	39,86%	37,30%	33,27%	35,60%	33,74%
EÓLICA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,16%	3,52%	4,58%	4,89%	5,30%	5,77%
SOLAR	0,00%	0,00%	0,02%	0,08%	0,28%	1,28%	1,75%	2,50%	3,49%	4,50%
OUTRAS RENOVÁVEIS	0,42%	1,68%	2,69%	4,76%	7,65%	11,93%	13,22%	14,73%	14,54%	16,35%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Apresentado assim quanto as fontes de produção energéticas no Brasil, tanto as oriundas de fontes renováveis ou não, é importante compreender o consumo de energia total no país e os setores econômicos quanto a sua demanda de consumo. Para essa análise, os dados utilizados são oriundos do Balanço Energético Nacional (BEN) de 2024, disponibilizado pela Empresa de Pesquisa Energética (2026).

Conforme representado na Figura 8, elaborado conforme dados apresentados pelo BEN de 2024 (EPE, 2026), que a demanda por consumo energético no Brasil apresenta uma crescente na demanda. Nessa perspectiva, de acordo com argumentos apresentados anteriormente por Letcher e Williamson (2004) apud Dos Santos; De Sá Rodrigues; Carniello (2021), a demanda energética é um recurso de sobrevivência na sociedade atual, visto que por intermédio desse recurso é possível assegurar as atividades essenciais.

Gráfico 5. Consumo final energético (em mil tep.)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

O gráfico 5 apresenta uma crescente numérica quanto ao consumo total de energia no Brasil, com uma evolução de 60.637 mil tep. no início da série 1970 passando para 272.476 mil tep. em 2024, sendo um aumento de cerca de 350% em 54 anos.

Na série histórica produzida pela EPE de 1970 a 2024, nota-se uma inversão dos setores quanto ao consumo total de energia. No ano de 1970, nota-se que o maior consumo de energia no Brasil era abastecimento residencial, seguido pelos setores industriais, transportes, agropecuário, setor energético, comercial e público. No ano de 1980 ocorre uma superação do consumo residencial pelos setores industriais, principal destino energético brasileiro, seguido por Transportes, segundo maior destino, essa mesma configuração permaneceu no de 1990 e 2000, conforme Figura 9.

Figura 6. Tabela de consumo de energia por setor econômico (em mil tep.)

SETOR	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
TRANSPORTES	13.192	25.715	32.964	47.385	69.614	79.376	85.214	89.431	93.316	95.832
INDUSTRIAL	17.199	37.494	43.527	60.492	85.253	82.182	85.618	87.186	90.169	91.417
RESIDENCIAL	22.076	20.958	18.065	20.744	23.845	28.298	28.577	28.961	30.137	31.047
SETOR ENERGÉTICO	1.551	5.874	12.042	12.847	24.580	26.317	25.423	23.450	24.884	24.485
AGROPECUÁRIO	5.351	5.752	6.027	7.323	10.010	13.012	13.143	13.082	14.041	14.428
COMERCIAL	850	1.794	2.937	4.973	6.775	8.061	8.659	9.328	10.099	10.844
PÚBLICO	417	1.159	1.732	3.243	3.636	3.976	3.968	4.128	4.218	4.423

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

No 2010 temos o próprio setor energético como terceiro maior setor econômico consumidor de energia, de modo que o setor residencial se desloca para a quarta posição. Contudo, o destino de energia para as residências volta a ocupar a terceira posição nos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, nesse mesmo recorte temos o setor energético em 4° maior consumidor, seguido pelos setores agropecuário, comercial e público (Figura 9).

Percebe-se ainda, conforme figura 9, com base no Balanço Energético Nacional de 2024, que o setor de transporte possui um crescimento acelerado em sua demanda em relação ao setor industrial, de modo que em 2022 se torna o setor de maior consumo final de energia, mantendo essa liderança nos anos seguintes.

Dado posto, os setores de transporte e industrial apresentam maior demanda energética no país desde 1980. Nessa perspectiva, salienta-se a importância de identificar os principais segmentos do setor industrial e de transportes que demandam energia, a fito de identificar detalhadamente o perfil de consumo energético no Brasil.

Conforme dados da EPE (2026), o BEN de 2024 informa que os 10 maiores segmentos industriais em demanda energética, em ordem alfabética, são: Alimentos e Bebidas; Cerâmica; Cimento; Ferro-Gusa e Aço; Mineração e Pelotização; Não-Ferrosos e outros metais; Papel e Celulose; Química; Têxtil.

Figura 7. Tabela do consumo de energia por segmento industrial (em mil tep)

Segmentos	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
ALIMENTOS E BEBIDAS	5.710	8.133	8.346	12.515	23.243	24.389	21.839	22.519	26.960	26.390
FERRO-GUSA E AÇO	3.284	8.694	12.225	14.748	16.445	15.249	17.216	16.431	15.684	16.161
PAPEL E CELULOSE	934	2.664	3.612	6.207	10.131	13.150	13.949	15.085	14.435	15.099
OUTROS	1.670	4.372	3.720	5.348	6.899	6.020	7.039	8.096	8.015	8.380
QUÍMICA	1.166	3.741	4.234	6.420	7.214	5.835	6.494	6.382	5.885	5.848
NÃO-FERROSOS E OUTROS MET	455	1.719	3.345	4.329	6.492	4.834	5.387	5.109	5.389	5.563
CIMENTO	1.292	2.757	2.267	3.338	4.255	4.068	4.352	4.483	4.805	4.753
CERÂMICA	1.542	2.511	2.331	3.068	4.485	3.717	4.110	3.943	3.885	3.938
MINERAÇÃO E PELOTIZAÇÃO	263	1.254	1.290	2.221	3.181	2.141	2.297	2.265	2.429	2.634
FERRO-LIGAS	99	502	945	1.174	1.695	2.028	2.082	2.079	1.935	1.897
TÊXTIL	784	1.147	1.212	1.125	1.212	749	854	794	747	754
INDUSTRIAL - TOTAL	17.199	37.494	43.527	60.492	85.253	82.182	85.618	87.186	90.169	91.417

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Com base na série histórica, observa-se uma alternância na dinâmica estrutural quanto à demanda energética dos segmentos, vide figura 10. Desde o início da série histórica, o segmento de Alimentos e Bebidas ocupa a primeira ou a segunda posição, alternando com o segmento de Ferro-Gusa e Aço, quanto à demanda energética, embora sendo o segmento líder em 2010, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

Por sua vez, considerando o setor de transporte e os segmentos representados são os modais: Aéreo; Ferroviário; Hidroviário e Rodoviário. Conforme dados do BEN de 2024, verifica-se uma predominância quase exclusiva do modal rodoviário, de modo que o aéreo ocupa a segunda posição, seguida por ferroviário e posteriormente hidroviário.

Figura 8. Tabela de consumo total de energia por modal de transporte no Brasil

FONTES	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
RODOVIÁRIO	11.361	21.611	29.276	42.766	63.861	75.087	80.318	83.945	87.652	90.006
AÉREO	712	1.735	1.967	3.182	3.241	1.924	2.552	3.161	3.323	3.399
FERROVIÁRIO	531	689	633	511	1.132	1.225	1.213	1.224	1.276	1.306
HIDROVIÁRIO	588	1.681	1.089	926	1.380	1.140	1.130	1.101	1.065	1.121

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EPE (2026)

Conforme perspectiva apresentada, observa-se que a matriz energética brasileira até o ano 2000 tinha como principal fonte de produção energética as matrizes renováveis, sendo superada nos anos seguintes pelas fontes não renováveis. No que concerne as fontes não renováveis, nota-se que as fontes oriundas do petróleo representam cerca de 75%, com o gás natural sendo um

coadjuvante nesse recorte. Dessa maneira pode-se indicar que a extração petrolífera represa uma fatia relevante no mercado energético brasileiro, pois ao realizarmos a comparação das fontes provenientes da matriz renovável, percebe-se uma diversificação da matriz energética nacional.

No que concerne ao perfil da matriz de fontes renováveis, nota-se uma crescente no mercado de produtos oriundos da cana-de-açúcar, mas ainda com relevância significativa das fontes de energia hidráulica e uma crescente tanto nos setores eólicos e nucleares, após os anos 2000, assim como de fontes caracterizadas como “outras renováveis” que representaram mais de 15% da produção energética renovável em 2024.

Ainda nessa perspectiva analítica, destaca-se que o Brasil tem apresentado uma demanda quanto ao consumo energético, de modo que o consumo no país apresentou um significável aumento na série histórica apresentada pela EPE (2026). Quanto ao destino final, destaca-se os setores de transporte e indústrias como os maiores consumidores de energia no país. No setor industrial os segmentos de Alimentos e Bebidas, Ferro-Gusa e Aço, e Papel e Celulose são os principais segmentos quanto à demanda energética. Por sua vez, temos um cenário mais predominante no setor de transportes, em que se percebe o destino quase exclusivo do segmento rodoviário.

Apresentado o desenvolvimento histórico sobre a matriz energética brasileira e o detalhamento quanto as fontes de produções e consumidores finais, a subseção a seguir busca apresentar a evolução do debate sobre transição energética.

2.3 Novas tecnologias para a produção energética: a transição energética em debate

A definição quanto ao início do debate sobre a temática da transição energética não é delimitada em consenso na literatura acadêmica. Contudo, considerando que o objetivo da transição energética é a redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE) (Brasil, 2023), esse debate está atrelado diretamente à temática de sustentabilidade ambiental.

A discussão sobre sustentabilidade ambiental tem como inicio o pós- Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, visto que um dos seus princípios é promover a cooperação internacional sobre problemas

internacionais que possuam caráter econômico, social ou humanitário (Nações Unidas, 1945). Nessa perspectiva, as crises climáticas possuem um caráter global, em virtude de que seus impactos atuam sobre todos os territórios, de modo que é necessário uma governança global para atuação coletiva.

Ao analisar o recorte a nível internacional, o primeiro evento de grande proporção promovido pela ONU sobre o meio ambiente foi a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia. Esse evento resultou na elaboração de 26 princípios que têm como prerrogativa o entendimento coletivo da proteção de recursos naturais, além da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com o estabelecimento de sua sede em Nairobi, no Quênia (Nações Unidas, 1973).

Após dez anos da Conferência de Estocolmo, em 1982, em Nairobi, foi a realizada a Conferência de Nairobi. Essa conferência teve como intuito realizar um balanço do programa proposto em Estocolmo e avaliar a situação ambiental global. Para Dias (2017, p. 9) os resultados foram pouco otimistas em virtude de uma baixa aplicação dos princípios pelos Estados presentes na Conferência de 1982.

Contudo, a década de 1980 apresentaria avanços significativos no que concerne a agenda ambiental global, como a Convenção de Viena, de 1985, e o Protocolo de Montreal, de 1987, que tratam da rarefação da camada de ozônio. O maior avanço enquanto termos conceituais sobre meio ambiente e economia ocorreu em 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) desenvolveu o relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, popularizado com a nomenclatura de Relatório de Brundtland. Esse documento é apresentado como relevante na agenda ambiental pois, por intermédio dele, se popularizou o termo “desenvolvimento sustentável”. Para o relatório, conceitua-se desenvolvimento sustentável como:

> processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987, p. 49).

Ao final da década, em 1988, o PNUMA, juntamente com a Organização

Meteorológica Mundial (OMM), criou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (IPCC, 2026).

A participação brasileira enquanto cenário de discussão ocorre em 1992 com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, evento conhecido popularmente como Eco 92 e Rio 92. Para Oliveira (2012), esse evento ficou marcado pela consolidação do entendimento de desenvolvimento sustentável, de modo que se caracterizou como um importante mecanismo de ação coletiva ao incorporar sujeitos sociais, dos Estados, empresariais de diferentes portes e Organizações Não-Governamentais.

Com esse entendimento de que a agenda ambiental abrange todos os setores da sociedade, foi elaborado ao final do evento um documento denominado Agenda 21. Em um artigo, publicado na revista do Tribunal de Contas da União em 2004, a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva apontou que a Agenda 21 engloba a sociedade como co-responsável pelo projeto de desenvolvimento sustentável agindo em sua comunidade de modo a impactar a sua cidade e seu país. Silva (2004) ainda aponta que a Agenda 21 não se trata apenas de uma agenda ambiental e sim uma agenda para o desenvolvimento com fundamentos voltados à sustentabilidade.

A Agenda 21 prevê atuação coletiva multiníveis em diversos setores da sociedade, sendo uma governança coletiva a respeito da gestão dos recursos naturais, prevê ainda modelos de agricultura e cidades sustentáveis apontando a necessidade de um desenvolvimento que respeite os limites ecológicos e reduza os desequilíbrios sociais. Por fim, ainda aborda uma necessidade urgente do aumento em investimentos voltados para inovações verdes e transição ecológica (Brasil, 2006; Malheiros; Phlippi Jr; Coutinho, 2008).

Ainda como processo resultante da Rio 92, foi a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Essa repartição da ONU tem como principal objetivo a estabilização, em níveis seguros, das concentrações atmosféricas de Gases de Efeito Estufa para que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, além disso, estabelece como princípio, a necessidade do compartilhamento do ônus na luta contra a mudança do clima (Biato, 2005).

Para cumprir seu objetivo, a UNFCCC promove a Conferência das Partes (COP) que é o principal mecanismo institucionalizado para a adoção coletiva sobre assuntos de mudanças climáticas (UNFCCC, 2026).

A conferência é realizada anualmente, promovendo uma rotatividade entre os locais em que são realizadas, sendo que todos os Estados Partes da UNFCCC são representadas. A COP é onde se analisam a implementação da Convenção e quaisquer outros instrumentos jurídicos que a COP adote. Na COP também se tomam as decisões para promover a implementação efetiva das definições da Convenção, incluindo os arranjos institucionais e administrativos (UNFCCC, 2026).

As COPs representam assim um dos principais mecanismos de Governança Global a respeito da sustentabilidade. Até o presente momento foram realizadas 30 conferências, sendo a primeira em 1995 na Alemanha e a última no Brasil no ano de 2026.

Ao se realizar um levantamento das edições realizadas, observa-se que as discussões estão pautadas em um desenvolvimento sustentável com incorporação de temáticas relacionadas à conjuntura vigente, sobretudo a ênfase no debate entre preservação ambiental e financiamento para cumprimento de metas. A tabela a seguir, apresenta as edições realizadas e os principais resultados, sendo um compilado do estudo de Duarte (2022) e dos relatórios finais desses eventos produzidos pela UNFCCC (2022; 2023; 2024; 2025)

Tabela 3. Os principais resultados obtidos nas Conferência das Partes

Edição	**Principais resultados**
COP 1 - Berlin 1995	Início do processo de negociação de metas e prazos específicos para a redução de missões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos.
COP 2 - Genebra 1996	Estabeleceu obrigações legais com metas de redução e emissão de gases de efeito estufa. Além de estabelecer ajuda financeira aos países em desenvolvimento, por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente.
COP 3 - Kyoto 1997	Criação do Protocolo de Kyoto, em que estabelece metas de redução para gases de efeito estufa para os países desenvolvidos.
COP 4 - Buenos Aires 1998	Centrou-se na implementação e ratificação do Protocolo de Kyoto.
COP 5 - Bonn 1999	Abordagem sobre ações de reflorestamento e preservação de florestas.

COP 6 (1ª parte) - Haia 2000	Criação de mecanismos de flexibilidade no estabelecimento de medidas para a redução das emissões e no cálculo dessas reduções.
COP 6 (2ª parte) – Bonn 2001	Discussão quanto aos limites de emissão para países em desenvolvimento e a assistência financeira dos países desenvolvidos.
COP 7 - Marrakesh 2001	Definição dos mecanismos de flexibilização, a decisão quanto a limitação do uso de créditos de carbono gerados a partir de projetos florestais.
COP 8 - Nova Delhi 2002	Início da discussão sobre uso de fontes renováveis na matriz energética. O encontro foi marcado também pela adesão ao Protocolo de Kyoto da iniciativa privada e de organizações não-governamentais, além da apresentação de projetos para a criação de mercados de créditos de carbono.
COP 9 - Milão 2003	Estabeleceu regras para a condução de projetos de reflorestamento, passando a ser condição para a obtenção de créditos de carbono.
COP 10 - Buenos Aires 2004	Aprovação de regras para a implementação do Protocolo de Kyoto.
COP 11 - Montreal 2005	Discussão sobre os índices de redução de emissões a serem cumpridos em 2030.
COP 12 - Nairóbi 2006	Discussão de regras para o financiamento de projetos de adaptação às metas quanto aos países em desenvolvimento.
COP 13 - Bali 2007	Estabelece compromissos quanto à redução de emissões advindas do desmatamento das florestas tropicais.
COP 14 - Poznan 2008	Discutir um possível acordo climático global.
COP 15 - Copenhague 2009	Discussão sobre um novo tratado para substituir o Protocolo de Kyoto.
COP 16 - Cancún 2010	Criação do Fundo Verde do Clima, para administrar os fundos que os países desenvolvidos se comprometeram a contribuir para frear as mudanças climáticas. A quantia prevista foi de US$ 30 bilhões para o período 2010-2012 e mais US$ 100 bilhões anuais a partir do ano de 2020.
COP 17 - Durban 2011	Declaração em conjunto sobre necessidade de agir

	no combate ao aumento da temperatura no mundo.
COP 18 - Doha 2012	Extensão do Protocolo de Kyoto.
COP 19 - Varsóvia 2013	Entendimentos para a construção dos compromissos globais que viriam ser assinados no Acordo de Paris na COP 21.
COP 20 - Lima 2014	Entendimento de que os 195 Estados-membros devem apresentar suas metas e compromissos para a emissão de GEE.
COP 21 - Paris 2015	Estabelecimento do Acordo de Paris em que define que países considerados desenvolvidos devem pagar US$ 100 bilhões por ano em medidas de combate à mudança do clima. Além disso, institui um acordo global em manter o aquecimento global abaixo de 2°C.
COP 22 - Marrakesh 2016	Discussão e planejamento para adoção dos compromissos firmados no Acordo de Paris.
COP 23 – Fiji 2017 (realizada em Bonn - Alemanha)	Criação de um livro de regras que permite a implementação e monitoramento do Acordo de Paris.
COP 24 - Katowice 2018	Aprovação de três declarações sobre uma transição mais justa, sobre mobilidade elétrica e quanto a preservação das florestas.
COP 25 - Chile 2019 (realizada em Madri - Espanha)	Priorização e discussão questões climáticas e energéticas.
COP 26 - Glasgow 2021	Reconhecimento da necessidade de uma transição efetiva e urgente de combustíveis fósseis para os combustíveis renováveis.
COP 27 - Sharm el-Sheikh 2022	Aprovação de um fundo financeiro voltado para nações vulneráveis.
COP 28 – Dubai 2023	Compromisso em triplicar a capacidade global de energias renováveis até 2030.
COP 29 - Baku 2024	Estabeleceu da Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG), que definiu o compromisso de mobilizar US$ 300 bilhões por ano até 2035 para financiar ações climáticas em países em desenvolvimento.
COP 30 - Belém 2025	Elaboração do Mapa do Caminho que prevê Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis, além da mobilização de US$ 1,3 trilhão em

	financiamento climático e incentivo ao desmatamento zero até 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Duarte (2022) e UNFCCC (2022; 2023; 2024; 2025)

Observa-se que as Conferências das Partes (COPs) têm como um de seus principais objetivos a redução das emissões de gases de efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO^2), visto que o aumento da concentração desse componente químico na atmosfera está relacionado ao aumento da temperatura global e, por conseguinte, dos desequilíbrios oriundos desse aumento.

A questão energética passou a ocupar espaço relevante nas discussões da COP 8, realizada em 2002, cujo relatório final destacou a necessidade de ampliar o debate global sobre a inserção de fontes renováveis nas matrizes energéticas nacionais como estratégia para o cumprimento das metas de redução das emissões de carbono (UNFCCC, 2002).

A temática retorna como ênfase somente em 2018 durante a COP 24. O documento final destacou o entendimento entre os países-membros acerca da necessidade de promover uma transição energética global, baseada na expansão de fontes de energia de baixa emissão de carbono e na redução da dependência de combustíveis fósseis (UNFCCC, 2018).

A discussão sobre a produção energética seguiu nos anos seguintes. O ano de 2019 foi um dos principais eixos de discussão entre os membros. Isso propiciou no encontro seguinte a necessidade da redução de combustíveis fósseis, considerada de caráter “urgente”. Também se reconheceu a necessidade de uma transição energética “efetiva” (UNFCCC, 2019).

Outra questão a ser considerada sobre a transição energética é que essa é frequentemente apresentada nos documentos finais das COPs associadas à mobilidade urbana. Na COP 24 foi ressaltada a importância da ampliação da mobilidade elétrica, enquanto na COP 26, realizada em 2021, apontou a necessidade da redução dos combustíveis fósseis (UNFCCC, 2018; 2021).

A questão da agenda energética, ainda no âmbito internacional, teve ênfase com a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização (ODS) das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015, na Assembleia Geral da ONU. O documento denominado como “Transformando nosso mundo: a Agenda

2030 para o desenvolvimento sustentável" estabeleceu um novo marco global no que concerne a desenvolvimento e sustentabilidade.

Em relatórios sobre a temática produzido pelo Silva (2018) a Agenda 2030 resultou em um pacto global dos Estados-membros da ONU, sendo uma readequação da Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e ampliando seu escopo, nessa perspectiva, incluiu-se o objetivo 7, denominado "Energia limpa e acessível".

Segundo a ONU (2015) o Objetivo 7 busca garantir o acesso à energia limpa e acessível, caraterizada como fundamental para o desenvolvimento da agricultura, dos negócios, das comunicações, da educação, da saúde e dos transportes. O Objetivo 7 busca garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos. Para se alcançar esse objetivo, foram estabelecidas metas, as quais podem ser visualizadas a seguir:

Tabela 4. Metas do Objetivo 7

7.1 Até 2030, garantir o acesso universal a serviços de energia acessíveis, confiáveis e modernos.
7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação das energias renováveis na matriz energética global.
7.3 Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.
7.A Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e tecnologia em energias limpas, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias mais avançadas e limpas no que diz respeito aos combustíveis fósseis, e promover o investimento em infraestruturas energéticas e tecnologias de energias limpas.
7.B Até 2030, expandir as infraestruturas e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, em conformidade com os seus respectivos programas de apoio.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Nações Unidas (2015)

Com base nessas metas, nota-se que o Objetivo 7 busca fortalecer as fontes renováveis em todos os Estados, sobretudo em Estados considerados menos desenvolvidos. Além disso, propõe uma melhoria na eficiência energética, incluindo

investimentos em infraestrutura, e aumentar a participação das fontes renováveis na produção energética global (Nações Unidas, 2015). Nessa perspectiva, pode-se observar um entendimento em nível internacional sobre a agenda energética, direcionando para uma priorização das fontes renováveis, porém não explicita em meta a transição energética.

No âmbito nacional, o Brasil enfrentou uma grave crise energética em 2001. Esse período, que ficou conhecido como a "Crise do Apagão", foi o resultado de um colapso na geração de energia elétrica em todo o país. O estudo técnico produzido por Sauer, Vieira e Kirchner (2001) indicou que esse cenário foi desencadeado pela escassez de chuvas no território brasileiro, a qual reduziu drasticamente a capacidade dos reservatórios das hidrelétricas nacionais.

Outro fator que corroborou com a crise energética, segundo o estudo, foi a precariedade da infraestrutura energética. Isso ocorreu devido à falta de planejamento do Estado ao não promover investimentos na infraestrutura energética, enquanto a demanda por energia no país aumentou por parte dos consumidores (Sauer; Vieira; Kirchner, 2001).

A crise energética vivenciada no Brasil no início do século XXI, especialmente durante o racionamento de energia elétrica de 2001, constituiu um dos principais fatores que impulsionaram mudanças nas políticas voltadas ao setor energético brasileiro. Entre essas transformações, a promulgação da Lei nº 10.847 de 2004, expressa essa reformulação no âmbito institucional com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que tem como finalidade a prestação serviços por intermédio de estudos e pesquisas destinadas ao planejamento do setor energético brasileiro (Brasil, 2004).

Segundo informado pela própria EPE, em seu site institucional, a sua criação teve como objetivo resgatar a responsabilidade constitucional do Estado em assegurar as bases para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura energética nacional (EPE, 2026b). Nota-se o termo “desenvolvimento sustentável” como elemento norteador da EPE, destacando assim, uma diretriz a ser adotada pelo Brasil em sua política energética. Esse entendimento também pode ser observado no artigo 3 da lei que propiciou sua criação, em que expressa como objetivo o interesse em incrementar a utilização de energia proveniente de fontes renováveis (Brasil, 2004).

Além disso, no mesmo artigo da lei, são previstas elaborações de metas para a expansão da oferta e distribuição de energia no país (Brasil, 2004). Com isso, em

2006, foi apresentado o primeiro Plano Decenal de Energia (PDE). Iniciado em 2006, esse instrumento é elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), sob coordenação e diretrizes do Ministério de Minas e Energia. Segundo Brasil (2024), o PDE possui um papel considerado importante no apoio para a construção de políticas públicas, além de permitir aos demais setores da economia uma visão a longo prazo do mercado energético brasileiro, sendo uma importante ferramenta de planejamento.

3. AGENDA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA POLÍTICA

Nesse capítulo, apresenta a agenda transição energética enquanto agenda política, de modo que apresenta como essa foi retratada, durante o período de eleições gerais de 2022 até a promulgação do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN).

Em um primeiro momento, apresenta-se a política energética brasileira no âmbito político, contemplando tanto a política energética desenvolvida durante o governo do então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro quanto as propostas constantes no programa de governo da chapa formada por Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, posteriormente eleita para a Presidência da República. Após a exposição das diretrizes propostas para a condução da política energética nacional, são apresentados os demais atores relevantes para a análise desta pesquisa e responsáveis pela condução da agenda energética no país, entre os quais se destacam a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além do Presidente Lula e de seu vice-presidente, Geraldo Alckmin, que também ocupa o cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Em um segundo momento, são analisadas as características dos pronunciamentos realizados durante o terceiro governo Lula que abordam a temática da transição energética. Para tanto, são examinados aspectos relacionados aos locais de realização desses pronunciamentos, ao público-alvo a que foram direcionados, ao país de origem desse público e à quantidade de partes envolvidas, classificadas como interações bilaterais ou multilaterais. Adicionalmente, analisa-se a temática predominante em cada pronunciamento e o período em que foram realizados, com o objetivo de identificar os momentos de maior frequência dessas manifestações ao longo do governo.

Por fim, são apresentados os mecanismos institucionais promulgados pelo terceiro governo Lula no que concerne a transição energética, como decretos, leis e

programas instituídos para a promoção dessa agenda. Isso ocorre em virtude de investigar as principais ações adotadas pelo terceiro governo Lula no que concerne ao compromisso firmado do Brasil liderar a transição energética, identificando os principais objetivos, metas e planejamento para o engajamento desse desejo anunciado em campanha.

3.1 Das eleições gerais de 2022 à posse: a transição energética na transição do Executivo Nacional

Em 23 de dezembro de 2021, de forma unânime, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob relatoria do Ministro Edson Fachin, aprovou a Resolução nº 23.674/2021, que dispõe sobre a regulamentação do processo eleitoral do ano de 2022, caracterizando o sistema eleitoral, prazos e calendários relacionados ao pleito e os ritos a serem cumpridos para assegurar o processo democrático brasileiro (TSE, 2021).

As eleições gerais de 2022 propiciaram a escolha para os mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente. Para o cargo máximo do Executivo brasileiro, foram 11 candidaturas oficializadas pelo TSE, nas quais em 16 de agosto de 2022 puderam vincular seus materiais de campanha de forma pública (TSE, 2022a; TSE 2021).

No dia 2 de outubro, em 5.570 municípios, 156.454.011 brasileiros estavam aptos para escolher seus representantes (TSE, 2022b), dos quais 123.714.335 compareceram às urnas – cerca de 79% - (TSE, 2022c). Após apuração dos votos, na noite do dia 2 de outubro de 2022, ficou definido matematicamente que a disputa para presidente da República seria definida em segundo turno no dia 30 de outubro de 2022, entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que obteve 57.529.504 votos (48,43% dos votos válidos) e Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), com 51.072.345 votos (43,20% dos votos válidos) (TSE, 2022d). O primeiro turno ainda consolidou a candidata Simone Tebet, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em terceiro lugar com 4.915.423 (4,16% dos votos válidos) e Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 3.599.287 (3,04% dos votos válidos), os demais sete candidatos não obtiveram mais de 1% dos votos válidos (TSE, 2022d).

No segundo turno, realizado no dia 30 de outubro de 2022, os eleitores brasileiros foram novamente às urnas para decidir quem ocuparia o cargo de

presidente da República entre 1° de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. O segundo turno sagrou Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vitorioso com 60.345.999 votos (50,90% dos votos válidos) sob Jair Messias Bolsonaro (PL) que obteve 58.206.354 (49,10% dos votos válidos) (TSE, 2022e).

Nessa perspectiva, observa-se que apesar de onze candidatos elegíveis, a disputa foi marcada pela predominância de dois candidatos, Lula e Bolsonaro, com participação em segundo plano de Simone Tebet e Ciro Gomes, enquanto os demais sujeitos tiveram pouca ou inexpressiva participação no pleito político, no que concerne à preferência dos eleitores.

A concentração nesses dois sujeitos, quanto aos votos, pode ser compreendida em virtude de que Jair Messias Bolsonaro buscava a reeleição, enquanto o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, pleiteava o retorno ao cargo de Presidente da República após ocupar a função entre os anos de 2003 a 2010. Nessa perspectiva, considerando Jair Bolsonaro como seu principal adversário nessa campanha, serão apresentados os compromissos dos dois candidatos no que concerne à agenda energética no país com base em suas respectivas propostas de governo.

Em sua proposta de governo, o candidato à reeleição Jair Bolsonaro (Partido Liberal), apresenta no início de seu plano de governo os entendimentos de benfeitorias de sua gestão, nessa parte expressando o conflito que ocorre na Ucrânia[2] como motivo que impactou diretamente a questão energética mundial, mas correlacionando o objeto para justificar a inflação vivida em seu governo (Partido Liberal, 2022, p. 6). No que tange as propostas para 2022, mas correlacionando com suas medidas, Bolsonaro apresenta no capítulo valores e princípios centrais do seu plano de governo a questão da liberdade econômica, apontando que medidas para reduzir impostos impactam no preço da conta de energia da população.

O principal capítulo que retrata a questão energética para Jair Bolsonaro é o terceiro subcapitulo do terceiro capitulo, denominado *Segurança e Defesa* (Partido Liberal, 2022, p. 31), sendo o item C dessa seção responsável por abordar esse objeto. Para Bolsonaro, compreender a produção energética se mostra como uma política de defesa e segurança, o item C é denominado como Fortalecer a Segurança

[2] O conflito em questão refere-se à invasão militar em larga escala do território ucraniano pela Federação Russa, iniciada em 24 de fevereiro de 2022. O evento marcou uma escalada drástica nas tensões geopolíticas regionais que se estendiam desde a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, resultando em profundas transformações humanitárias, econômicas e na governança energética global.

Energética do País (Partido Liberal, 2022, p. 32).

Para o então Presidente, o Brasil deveria se utilizar da crise energética mundial provocada pelo conflito na Ucrânia para o país manter sua oferta atual, em contrapartida, de modo ambíguo, no parágrafo seguinte Bolsonaro expõe que o Brasil deve promover em conjunto com atores internacionais, sem especificar quais, um aumento robusto e diversificado na produção energética (Partido Liberal, 2022, p. 32-33).

Sobre as medidas a serem adotadas para cumprir esse desejo, Bolsonaro apresenta que se pretende utilizar energia sustentável, renovável e limpa, mas de modo que essas não possam comprometer outras cadeias energéticas e explicita o gás natural, os produtos petroquímicos e a cadeia de fertilizantes (Partido Liberal, 2022, p. 33).

Outro ponto apresentado por Jair Bolsonaro retrata sobre a questão da produção de energia renovável no Brasil como a eólica, a solar e as oriundas do hidrogênio. Para o então presidente, a implementação dessas fontes diminuiria a utilização em fontes energéticas baseadas em óleo e carvão, porém um trecho que merece destaque é de que a essa política “não pode comprometer as demandas e o crescimento nacional” (Partido Liberal, 2022, p. 33)

Nos capítulos que correspondem à preservação ambiental e nos demais capítulos da proposta de governo, não são abordadas questões sobre a agenda energética. Além disso, Jair Messias Bolsonaro não apresenta compromissos com a transição energética ou sobre matriz energética limpa (Partido Liberal, 2022).

O Programa de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores que viria a ser eleito no pleito de 2022, denominado como Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil se apresenta como “um projeto que reconstrua o país no presente e transforme para o futuro” na qual em 121 pontos apresenta suas propostas para a gestão do Brasil (Partido dos Trabalhadores, 2022).

Nos primeiros dois pontos do programa de governo, percebe-se uma crítica ao cenário político vigente. O documento aborda a dimensão econômica ao destacar os índices de fome, desemprego, inflação e endividamento, além de tratar das questões humanitárias e de saúde, evidenciando a negligência na gestão da pandemia. Por sua vez, o terceiro tópico retoma esses dois argumentos e os correlaciona com a infraestrutura nacional, classificando o quadro como “desolador” (Partido dos

Trabalhadores, 2022, p. 3). A questão da agenda ambiental aparece na proposta de número 10 em que apresenta o compromisso com a sustentabilidade social, ambiental, econômica e enfrentamento das mudanças climáticas (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 5). Nesse tópico, o documento afirma a necessidade de "mudar o padrão de produção e consumo de energia no país" além de explicitar "avanço na transição ecológica e energética para garantir o futuro do planeta, apoiando o surgimento de uma economia verde inclusiva" (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 5). Desse modo, o programa do então candidato Lula aponta esse compromisso com a transição energética relacionando a agenda com a questão ambiental e com a questão econômica.

No ponto seguinte, o documento denuncia a negligência governamental com a agenda ambiental durante a gestão de Jair Bolsonaro. Em contrapartida, resgata-se a tradição histórica do país no multilateralismo e na cooperação internacional, sinalizando o pleno potencial brasileiro para o desenvolvimento sustentável (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 5-6).

Conforme apresentado no ponto 10, a transição energética vincula-se diretamente ao conceito de "economia verde", termo que reaparece no item 15 ao abordar a geração de oportunidades de trabalho e emprego (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 7). Sob essa perspectiva, identifica-se uma correlação direta entre a agenda de transição energética e demais políticas transversais do governo, com destaque para a criação de emprego e a elevação da renda da sociedade.

Na página 15, inicia-se o capítulo denominado "Desenvolvimento Econômico e sustentabilidade socioambiental e climática" (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 16), com isso reforça a correlação entre a agenda ambiental e econômica, de modo que se pressupõe um desenvolvimento nos índices econômicos com base nos recursos naturais.

Nesse capítulo, o item 48 apresenta a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e comunicação, além de reforçar a urgência de mudanças nos padrões de consumo e produção de energia. A garantia dessas medidas visa assegurar o surgimento de novas indústrias e serviços, bem como a geração de oportunidades de inserção ocupacional (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 16).Seguindo nesse mesmo capítulo, o documento retrata diretrizes a serem adotadas pela Petrobrás. No item 56, o documento aborda que as políticas da gestão Bolsonaro prejudicaram um aumento na produção de energia pela Petrobrás (Partido dos

Trabalhadores, 2022, p. 18). Em seguida, apresenta que o país precisa fomentar e reconstruir sua cadeia de distribuição dos combustíveis produzidos pela Petrobrás, contudo ainda nesse item 57, apresenta que os ganhos do pré-sal não podem ser perdidos e aponta ainda uma necessidade da expansão do parque de refino (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 18).

Esse contexto de expansão reforça a ambiguidade inicial que esta pesquisa busca compreender: como a transição energética é significada no discurso de Lula. Com base no trecho analisado, emerge como elemento investigativo o fato de que a transição, embora declarada como objetivo do governo, não descarta os ganhos e as potencialidades das fontes não renováveis no país. Isso se torna evidente quando o documento explicita a necessidade de ampliar a produção energética por meio da Petrobras.No item 61, o documento expõe uma necessidade de modernizar a estrutura produtiva por meio de uma reindustrialização, além de fortalecer a produção agropecuária e estimular setores e projetos considerados inovadores (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 19). Nesse item, o documento apresenta que para garantir esses objetivos é necessário fortalecer as empresas nacionais, sejam elas públicas ou privadas, por intermédio de financiamentos governamentais e investimento público apontando que serão enfatizados os projetos voltados para a transição energética, além da ecológica e digital (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 19).

O documento segue essa mesma lógica no item 62, ao defender a reversão do processo de desindustrialização no Brasil por meio de uma ampla reindustrialização de novos setores, os quais devem estar alinhados às transições digital e verde (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 19). Essa perspectiva propõe um novo direcionamento para a matriz econômica nacional, associando a retomada industrial à agenda ambiental. Essa transição pautada pela inovação ecológica ganha contornos práticos no item 63, o qual estabelece que o governo estimulará o poder de compra do Estado em complexos industriais estratégicos, como saúde, energia, alimentos e defesa (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 19).No item 75, ainda nesse capítulo voltado para economia e agenda ambiental, o documento apresenta como “imprescindível garantir a soberania e a segurança energética do país” (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 22). Para assegurar esse compromisso, as diretrizes do programa de governo indicam a necessidade da oferta de energia, aprofundando a diversificação da matriz com ênfase na expansão das fontes renováveis atreladas a preços compatíveis com a realidade brasileira (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 22).

Em seguida, o documento aponta os papeis do aparato burocrático do Estado, como Petrobrás, Eletrobrás e Bancos Públicos, indicando que esses não devem ser privatizados e são instituições que permitirão a instrumentalização para assegurar os compromissos firmados, dentre estes a questão energética (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 22 -23). Para Lula, em sua proposta de governo, a Petrobrás atuará como segmento na promoção da transição energética, através do fundo social do Pré-Sal, e em conjunto com a Eletrobrás, garantirá a soberania energética do país. Por sua vez, cabem aos bancos públicos os financiamentos para projetos que vão garantir desenvolvimento econômico sustentável (Partido dos Trabalhadores, 2022, p. 22 -23).

O capítulo encerra apresentando a questão da necessidade de investimentos em educação e segue para o capítulo seguinte que retrata as políticas de defesa e a política externa, não apresentando correlações diretas com a agenda de transição energética (Partido dos Trabalhadores, 2022).

Nesse sentido, nota-se de um entendimento de Lula, no período eleitoral, de uma necessidade de transformação da cadeia produtiva brasileira de modo que é fundamental assegurar uma produção sustentável, a qual por sua vez impactará a economia tanto a nível microeconômico e macroeconômico, além de reduzir os efeitos das mudanças climáticas no país. Para atingir essa transformação, Lula, em seu compromisso de campanha, apresenta uma necessidade de reindustrialização do Brasil, enfatizando setores específicos dentre estes o setor energético, além de indicar órgãos burocráticos que atuarão nesse processo, como bancos públicos, mas também com apoio de empresas como a Petrobrás.

Nessa perspectiva, observa-se que para o programa de Jair Bolsonaro apresenta a temática de transição energética atrelada diretamente como agenda de defesa e segurança. Além do mais, o então presidente aborda a intenção em expandir a matriz renovavel brasileira, porém com um entendimento pautado nos modelos vigentes, sem rompimento com os modelos de produção atual.

Por sua vez, Lula atrela a questão energética como fundamental em seu governo dando mais destaque no setor energético correlacionando com um entendimento de industrialização e também como mecanismo de garantir ao país soberania e estabilidade tanto no aspecto economico mas também social, de modo que ao mesmo tempo busca preservação ambiental.

A temática sobre uma produção energética oriunda de fontes de baixa emissão

de carbono, seguiu como pauta para Lula após a sua vitória confirmada de forma matemática pelo TSE na noite do dia 30 de outubro de 2022 (TSE, 2022e). Em seu primeiro pronunciamento, ainda na noite do dia 30 de outubro, em um hotel na cidade de São Paulo, Lula destaca que a sua vitória representa um desejo da sociedade contra a fome, o desemprego, pela melhoria nos salários, além de acesso aos serviços básicos como educação e saúde (G1 *apud* Lula da Silva, 2023). Em outros trechos de seu pronunciamento, Lula apresenta a expressão “a roda da economia vai voltar a girar” e cumprirá com os desejos da sociedade. O presidente eleito ainda afirma ser necessário reforçar a democracia e o diálogo entre as instituições (G1 *apud* Lula da Silva, 2023).

A temática sobre sustentabilidade e agenda ambiental só aparecem no trecho em que Lula destaca sua agenda externa, mencionando suas viagens internacionais realizadas em período pré-campanha (G1 *apud* Lula da Silva, 2023). Ainda nessa mesma temática, Lula afirma que “vamos re-industrializar o Brasil, investir na economia verde e digital... queremos exportar também conhecimento” (G1 *apud* Lula da Silva, 2023).

Ainda em seu pronunciamento, seguida pela explicitação de seu entendimento de política externa, Luiz Inácio Lula da Silva indica que o “o Brasil está pronto para retomar o seu protagonismo contra a crise climática” e irá proteger seus biomas, sobretudo a Floresta Amazônica, de modo a correlacionar que essa preservação é mais valiosa que as atividades de explorações que geram elevados impactos ambientais e sociais (G1 *apud* Lula da Silva, 2023).

Por conseguinte, Lula expõe que “ao mesmo tempo, vamos promover o desenvolvimento sustentável ... Vamos provar mais uma vez que é possível gerar riqueza sem destruir o meio ambiente.” (G1 *apud* Lula da Silva, 2023). Em seguida, Lula afirma que o Brasil está disposto a cooperar no âmbito internacional para a preservação ambiental, porém em seu discurso não menciona sobre a transição energética (G1 apud Lula da Silva, 2023).

Mais tarde, ainda no dia 30 de outubro de 2023, o então eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza um outro pronunciamento, na Avenida Paulista, localizada em São Paulo, para seus apoiadores. Nesse pronunciamento, não houve menção à questão ambiental, sua fala foi voltada para questões sociais e de campanha, com ênfase à democracia e pautas sociais (G1 *apud* Lula da Silva, 2023).

Em 16 de novembro de 2022, Lula foi convidado a participar da 27ª.

Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2022, denominada como COP 27. O convite foi realizado pelo Governo do Egito, anfitrião do evento em 2022.

Em seu pronunciamento, Lula expôs que o combate à mudança climática ocupará o mais alto perfil na estrutura de seu governo, reforçou ainda que para cumprir esse objetivo é necessário promover o crescimento econômico alinhando com a inclusão social correlacionando esses compromissos com a transição energética, sendo citados investimentos nas matrizes energéticas de fonte eólica, solar, hidrogênio verde e biocombustíveis, apontando que o território nacional é propício para isso (Lula da Silva, 2022).

Em seu pronunciamento, Lula da Silva (2022) apresenta que o combate às mudanças climáticas está diretamente relacionado às agendas ambientais econômicas, de saúde e política. Lula apresenta que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima gastos dentre 2 a 4 bilhões de dólares por ano devido à crise climática (Lula da Silva, 2022). Além disso, para Lula, os desastres climáticos promovem riscos de desaparecimentos de Estados, sobretudo os insulares, afetam também as grandes potências econômicas como Estados Unidos e Estados europeus, além de impactar até regiões com baixa emissão de gases do efeito estufa do planeta, explicitando o continente africano (Lula da Silva, 2022).

Nessa perspectiva, Lula apresenta que o combate aos efeitos climáticos deve ser realizado por intermédio de uma governança global, visto que acomete todos os Estados, porém seus efeitos são maiores nos mais vulneráveis economicamente (Lula da Silva, 2022). O entendimento da desigualdade enquanto fator determinante nessa agenda, Lula expõe a taxa de emissão de carbono pelos Estados com maior grau de desenvolvimento apresentando que “1% mais rico está a caminho de emitir 70 toneladas de gás carbônico per capita por ano. Enquanto isso, os 50% mais pobres do mundo emitirão, em média, apenas uma tonelada per capita” (Lula da Silva, 2022). Por essa razão Lula expõe a indissociabilidade entre a necessidade de reduzir as emissões de carbono com o combate à desigualdade, correlacionando a agenda ambiental e econômica.

Ao aprofundar a agenda econômica, Lula apresenta que realizar políticas ambientais assegura em melhoria na qualidade de vida. Lula apresenta ser necessário fornecer alternativas em meios de transportes nos centros urbanos, por intermédio da promoção de veículos com menor impacto ambiental (Lula da Silva, 2022).

Essa exposição pode ser correlacionada com a conjuntura brasileira quanto ao consumo final de energia, apresentada na Figura XX, em que apresenta os setores de transportes e indústrias como maiores consumidores de energia no país. Ainda em seu pronunciamento, Lula aborda sobre a questão das indústrias, segundo setor de maior consumo energético, em que aponta a necessidade em “gerar empregos em indústrias menos poluentes” (Lula da Silva, 2022).

Por fim, em seu discurso, Lula retorna à necessidade de financiamento internacional às medidas de mitigação dos efeitos climáticos, reforçando os acordos já existentes, como o aporte dos países com maior grau de desenvolvimento, estipulado em 100 bilhões de dólares ao ano durante a COP 15, e expõe a necessidade da implementação desses acordos em caráter urgente (Lula da Silva, 2022)

Exposto então os enunciados de Lula na COP, ao regressar para o Brasil, o presidente eleito, ao final de 2022, em dezembro, são anunciou os seus Ministérios e os respectivos ministros do governo do presidente Lula e seu vice, Geraldo Alckmin. Para o cargo de Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva foi escolhida como ministra, cargo o qual ocupou entre os anos de 2003 a 2008, durante o primeiro mandato e metade do segundo de Luiz Inácio Lula da Silva. Após a posse no cargo, no dia 04 de janeiro de 2023, a Ministra Marina apresentou o desenho institucional da pasta, incorporando o termo “Mudanças Climáticas” sendo a nova nomenclatura “Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas” (Silva, 2023). Durante o ato, a Ministra afirmou que será prioridade, não somente de seu ministério, mas de todo o governo, o “desenvolvimento com sustentabilidade

Para o cargo de Ministro de Minas e Energia, foi indicado Alexandre Silveira, que tem em sua carreira política passagens como Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em 2004 e 2005, e como Deputado Federal em 2006 e 2010. Alexandre Silveira tomou posse em 02 de janeiro de 2023 como Ministro de Minas e Energia e anunciou em seu primeiro pronunciamento a criação da Secretaria Nacional de Transição Energética, que tem como objetivo, segundo suas palavras, “estruturar as políticas públicas necessárias para colocar o Brasil como líder mundial em energia limpa”, caracterizando essa meta como a principal de sua gestão (Brasil, 2023b).

Ao contrário da gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022) em que o Ministério da Economia ocupou a posição principal enquanto instituição governamental voltada para

assuntos econômicos, o governo Lula renomeou a pasta como Ministério da Fazenda e instituiu Fernando Haddad como ministro. Durante a sua posse, Haddad (2023) afirmou que seu ministério atuaria para fomentar e "aproveitar o enorme potencial brasileiro de gerar novas energias, como a eólica, a solar, a do hidrogênio e a oceânica".

Com isso, nota-se que os ministros escolhidos para a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin apresentaram em suas posses a questão da agenda de transição energética como uma meta em seus respectivos ministérios. Desse modo, suas ações representam relevância na política energética brasileira e por essa razão, seus pronunciamentos e ações adotadas serão incorporadas na análise discursiva em que essa pesquisa se propõe a realizar.

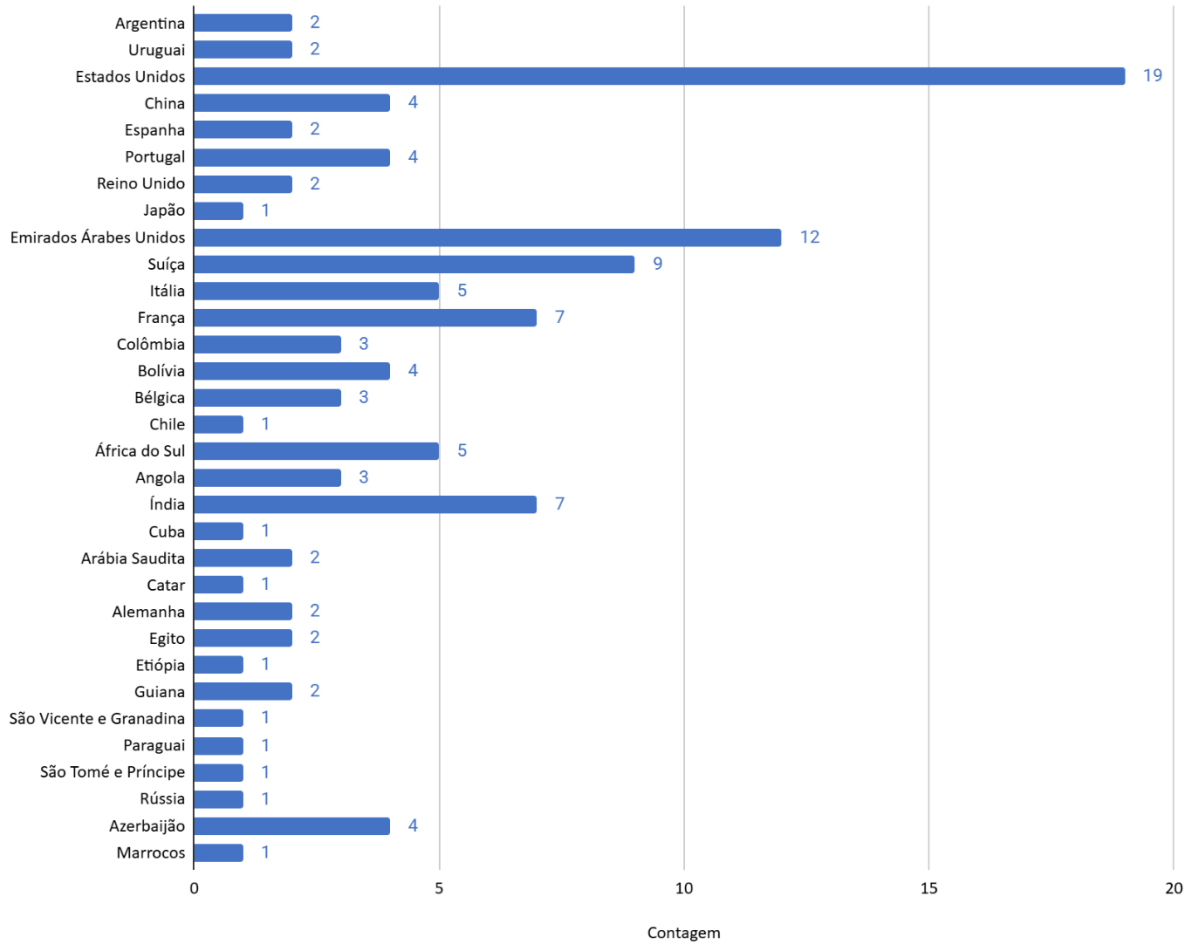
3.2 A transição energética como enunciado: perfil dos pronunciamentos e entrevistas do Terceiro Governo Lula a respeito da transição energética

O período compreendido entre 01 de janeiro a 22 de janeiro de 2025, os principais sujeitos no que concerne à agenda de transição energética do terceiro governo Lula realizaram 329 pronunciamentos e entrevistas em que é abordada a questão de transição energética. Para compreender o perfil desses atos, realizou-se um levantamento para identificar o comportamento comum desses.

Para a pesquisa, todos esses atos de fala foram classificados geograficamente por cidade, estado e país de ocorrência. Além da setorização espacial, analisaram-se a ênfase temática desses discursos e o perfil do público ouvinte. Esse procedimento buscou compreender a natureza das alocuções, de modo a identificar seus principais receptores. Em virtude do expressivo volume de dados, tal categorização permitiu delinear um panorama da estratégia adotada. Ademais, considerando a presença de chefes de Estado entre os interlocutores, buscou-se compreender se alguma região geográfica ou bloco político específico foi priorizado na agenda internacional.

No que concerne aos pronunciamentos e entrevistas realizados, observa-se uma predominância da ocorrência desses no Brasil, sendo ao todo 211 realizado no país. Contudo, excluindo o cenário brasileiro, considerando as localidades estrangeiras, 33 atos de fala foram realizados. Observa-se conforme gráfico 6, a seguir, que os Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos foram os Estados em que mais tiveram ocorrências, com seis documentos e cinco, respectivamente.

Gráfico 6. Localidade externas de atos de falas realizados no terceiro governo Lula



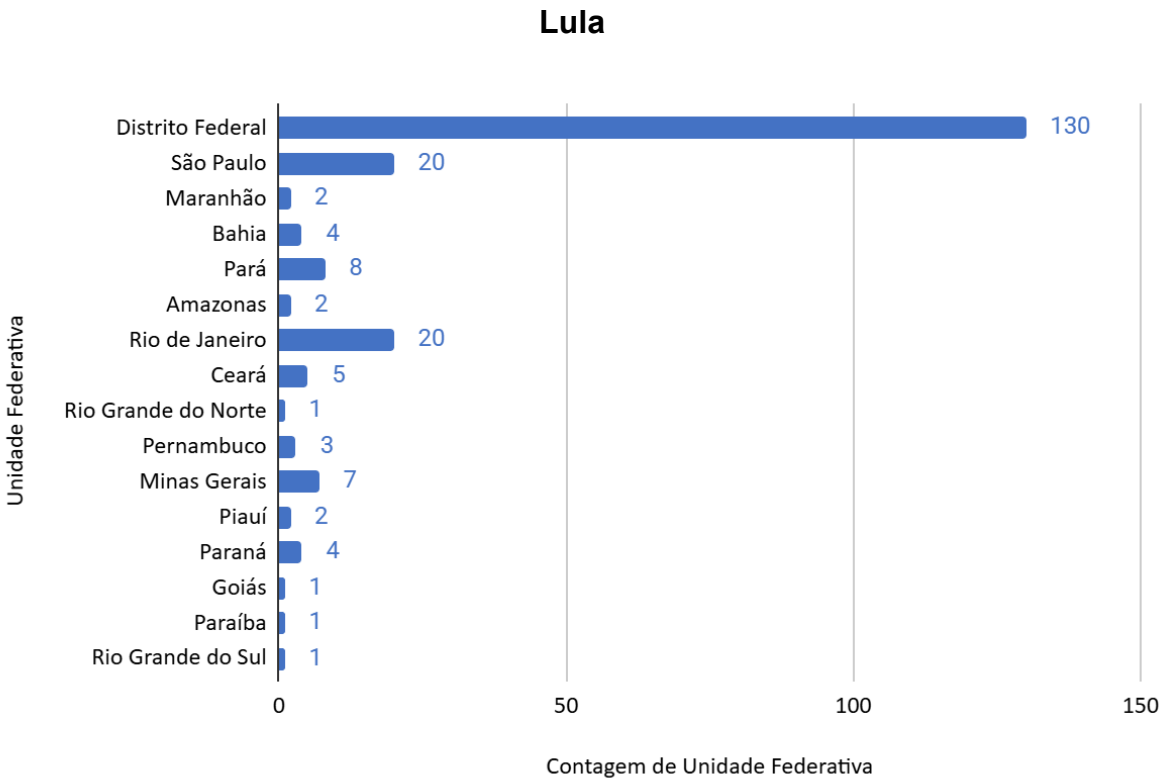
Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se, que ao todo foram realizados atos de fala em 33 países e no que concerne aos continentes, expõe-se que não há uma predominância de continente, embora tenha-se uma ausência de pronunciamentos realizados na Oceania, em virtude de não ter ocorrido nenhuma visita oficial ao continente, os pronunciamentos foram realizados na América, Europa, Ásia e África.

Desse modo, considerando a quantidade de pronunciamentos realizados em território brasileiro, torna-se necessário realizar um recorte do comportamento dos atos realizados internamente.

Conforme gráfico 7, expõe que o Distrito Federal foi a principal Unidade Federativa com 130 atos, em segundo lugar, encontra-se o estado do Rio de Janeiro com 20 atos, seguido por São Paulo com 20 pronunciamentos.

Gráfico 7. Localidade nacionais de atos de falas realizados no terceiro governo



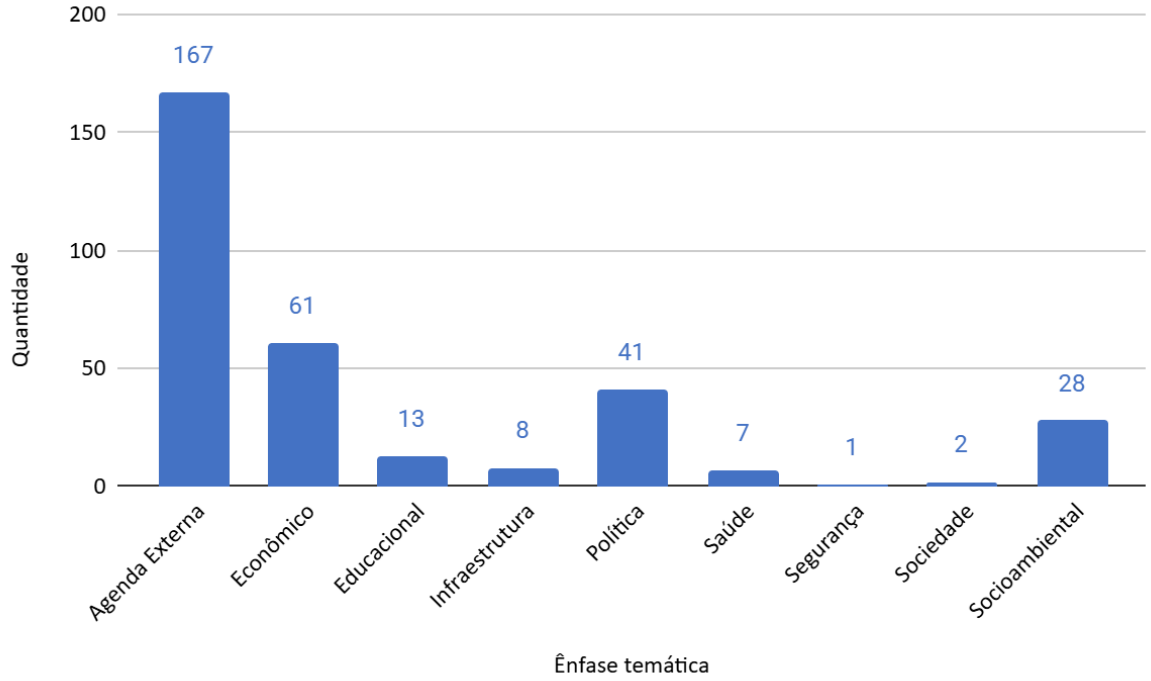
Fonte: Elaborado pelo autor

Expõe-se que a predominância esse perfil, justifica-se pela primeira ser sede do governo e a segunda cidade devido à realização de eventos políticos de grande porte como a Cúpula do G20, Cúpula dos BRICS e outros encontros com lideranças internacionais. Ainda analisando o recorte nacional, observa-se uma predominância nas regiões Norte e Nordeste quanto aos pronunciamentos, tirando o Distrito Federal, não há pronunciamentos na região Centro-Oeste e apenas um na região Sul.

O levantamento quanto à localidade em que os pronunciamentos e entrevistas foram realizados indicam a priori um enfoque ao público interno. Contudo, ao realizar a classificação quanto a ênfase temática predominante nos pronunciamentos, foram identificadas as classificações: Agenda Externa, Econômico, Socioambiental, Infraestrutura, Educacional, Política (institucional), Segurança e Saúde.

O gráfico 8 apresenta que dos 329 atos de fala relacionados à transição energética, 167 são relacionados à Agenda Externa, ou seja, tem como foco a relação do Brasil com o meio externo. Em segundo lugar, os pronunciamentos tem foco econômico com 61 documentos e 41 relacionados a temática política.

Gráfico 8. Pronunciamentos e entrevistas quanto ao foco temático

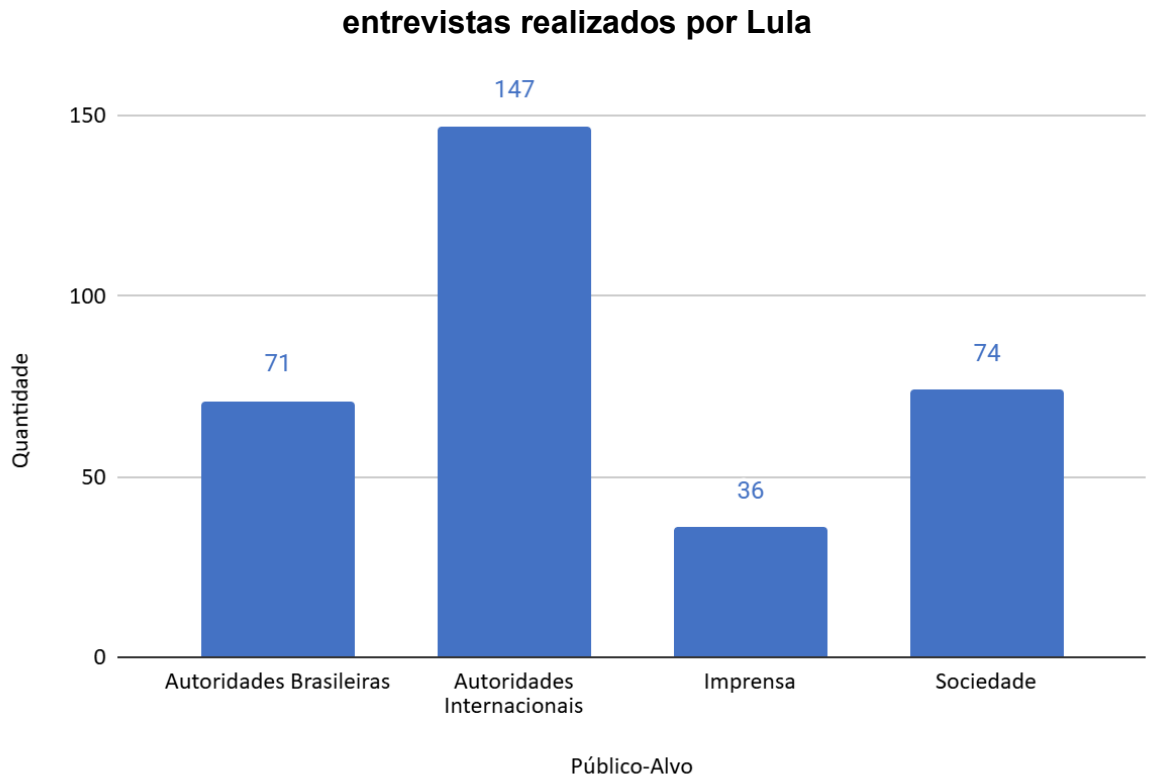


Fonte: Elaborado pelo autor

Nessa perspectiva, considerando a predominância da Agenda Externa enquanto eixo central, porém a realização desses pronunciamentos serem majoritariamente no Brasil, torna-se fundamental identificar o perfil dos ouvintes em que esses atos foram enunciados.

Ao realizar o levantamento quanto ao perfil majoritário do público ouvinte, há uma conexão das informações quanto à localidade e assunto central dos pronunciamentos e entrevistas. O gráfico 9, representada a seguir, aponta que 147 dos documentos de fala foram direcionadas às Autoridades Internacionais (Sujeitos dotados de capacidade de influência na política internacional), seguido pela Sociedade (classe civil e empresarial) com 74 registros, ocupa a terceira posição autoridades brasileiras (Sujeitos dotados de capacidade de influência na política nacional) com 71 documentos de fala e por fim, a imprensa com 36 documentos de fala.

Gráfico 9. Ouvinte central em que foram enunciados os pronunciamentos e

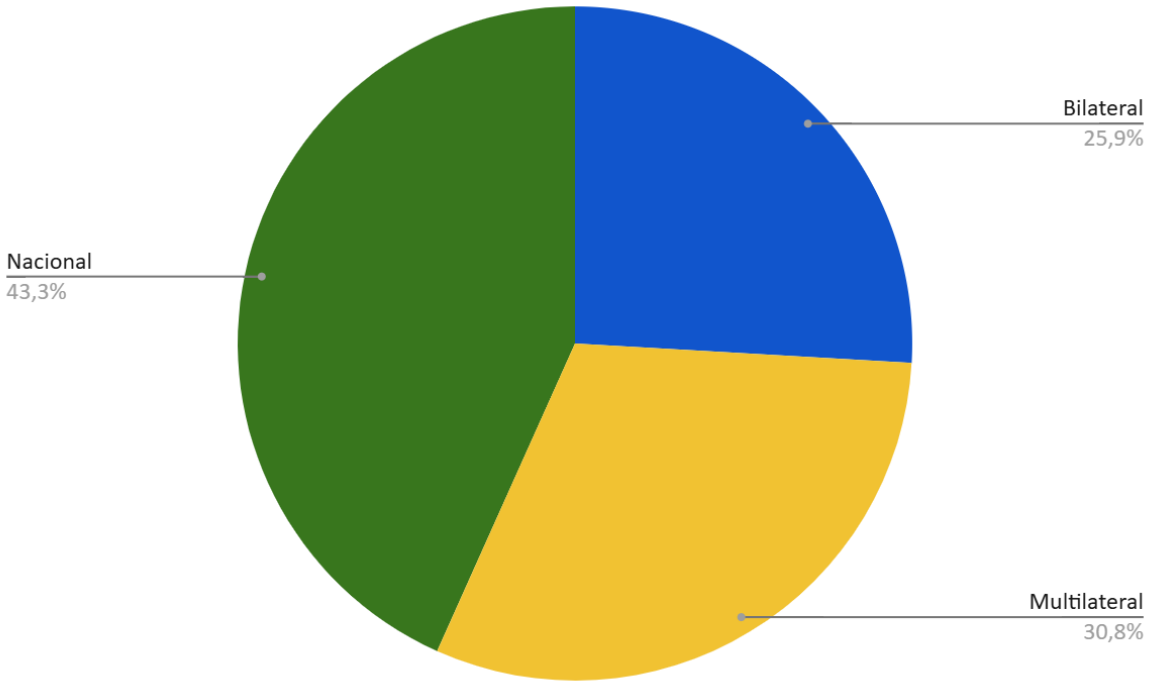


Fonte: Elaborado pelo autor

Nessa perspectiva, considerando que o perfil dos ouvintes tem predominância em Autoridades Internacionais, investigou-se quanto ao número de partes envolvidas nesse escopo, sendo classificados como: I) Bilaterais quando ocorre entre o Estado do Brasil e um único outro Estado, caracterizado por uma relação direta entre os dois; II) Multilaterais quando ocorre o contato entre Brasil e dois ou mais Estados; por fim, III) Nacional quando o pronunciamento tem contato interno, ou seja do Brasil para o Brasil.

Ao realizar o levantamento quanto ao número de contatos e destino, nota-se o cenário nacional representa 43,40%, enquanto o cenário internacional (representado pela soma do caráter multilateral e bilateral) representa 56,60%. Porém ao individualizarmos, observa-se que a comunicação multilateral representa 30,80% do total enquanto bilateral corresponde a 25,90%, conforme gráfico 10.

Gráfico 10. Partes envolvidas nos pronunciamentos e entrevistas de Lula

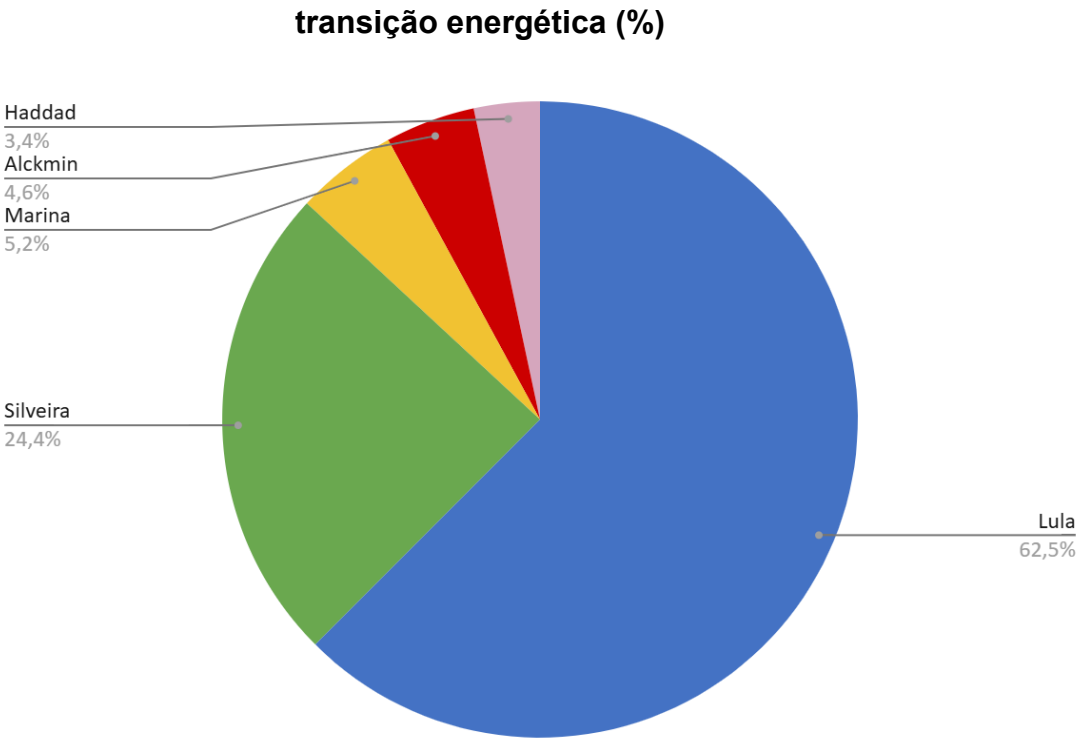


Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nesses dados, pode-se inferir que o terceiro Governo Lula prioriza abordar a temática de Transição Energética no cenário internacional, mas sem desequilíbrios em relação ao cenário nacional. Além do mais, apresenta-se que embora tenha um equilíbrio entre a comunicação bilateral e multilateral, esta última apresenta uma pequena vantagem na estratégia dos atos de fala.

Outrossim, verificou-se a frequência dos atores responsáveis pela enunciação de discursos relacionados à transição energética. Nesse contexto, o Presidente Lula destaca-se como o principal emissor de pronunciamentos sobre o tema, correspondendo a 62,50% dos atos de fala identificados. Em seguida, figura o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, com 24,4% dos pronunciamentos. Os demais registros distribuem-se entre a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (5,20%), o Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (4,60%), e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad (3,40%).

Gráfico 11. Participação dos atores políticos nos pronunciamentos sobre

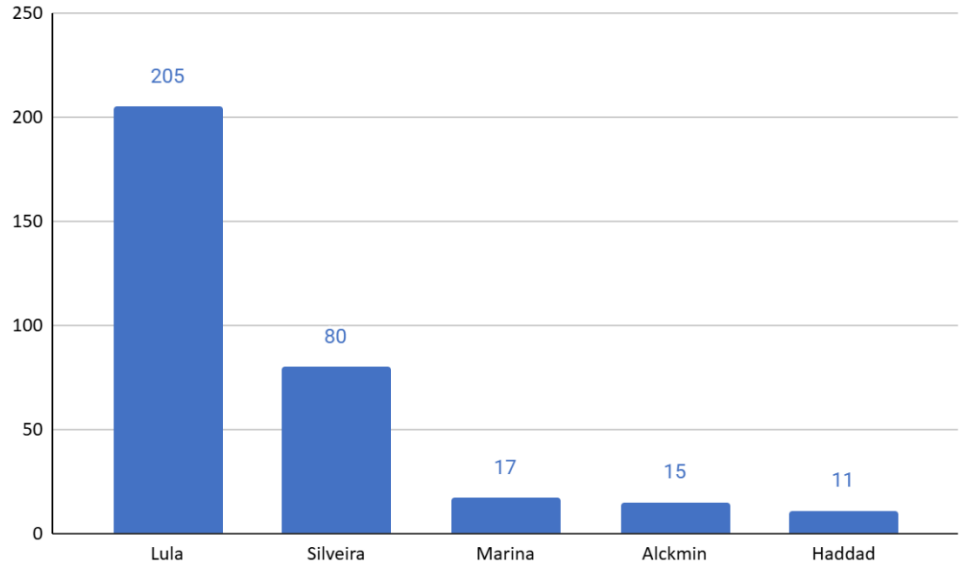


Fonte: Elaborado pelo Autor

Em números absolutos, os dados correspondem a 205 atos de fala realizados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a 80 pelo Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Os demais pronunciamentos foram proferidos pela Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, com 17 atos de fala, pelo Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, com 15, e pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad com 11 atos de fala.

Gráfico 12. Número de atos de fala sobre transição energética pelos sujeitos

políticos



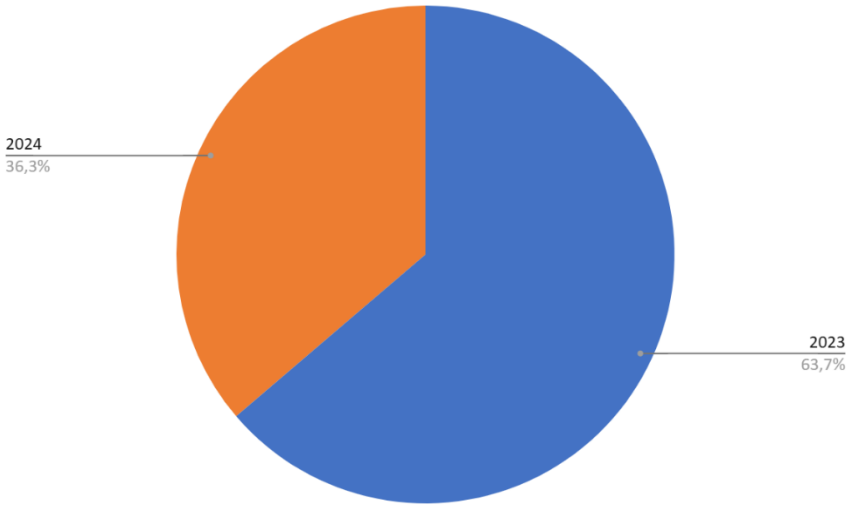
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Quanto ao número de pronunciamentos realizados no período analisado, observa-se que, em 2023, foram identificados 211 pronunciamentos relacionados à temática da transição energética, enquanto, em 2024, foram registrados 120 pronunciamentos. Em termos percentuais, os pronunciamentos realizados em 2023 correspondem a 63,70% do total identificado no recorte temporal adotado por esta pesquisa, ao passo que os pronunciamentos de 2024 representam 36,30%.

Destaca-se, ainda, que, até a instituição do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), não foram localizados pronunciamentos relacionados ao tema nos repositórios oficiais do Governo Federal referentes ao ano de 2025. Dessa forma, os dados apresentados contemplam exclusivamente os anos de 2023 e 2024, conforme ilustrado no gráfico 13.

Gráfico 13. Percentual de pronunciamentos sobre transição energética

realizados em 2023 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor

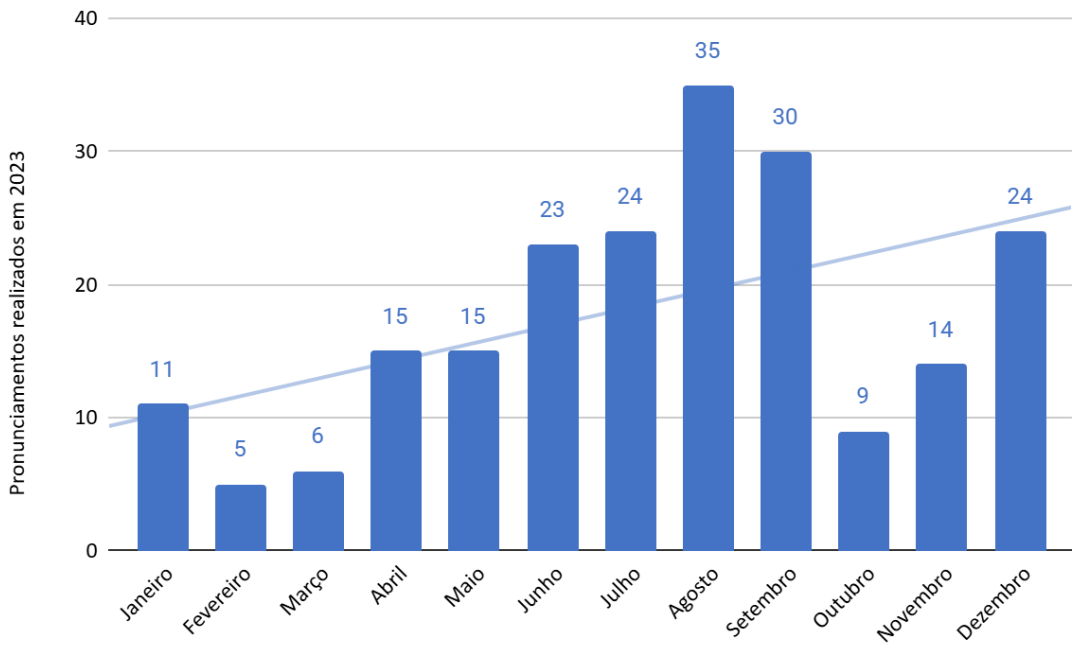
Ao realizar a análise temporal dos pronunciamentos, observou-se que, em 2023, o mês de janeiro registrou 11 pronunciamentos relacionados à temática da transição energética. Em fevereiro, foram identificados 5 pronunciamentos, enquanto março apresentou um aumento de uma ocorrência, totalizando 6 pronunciamentos. Nos meses de abril e maio, foram registrados 15 pronunciamentos em cada período.

A partir de junho, verifica-se uma tendência de crescimento no número de pronunciamentos, com 23 registros em junho, 24 em julho e 35 em agosto. Este último constituiu o mês com a maior quantidade de pronunciamentos de toda a série analisada no recorte temporal desta pesquisa. Em setembro, foram identificados 30 pronunciamentos, configurando o segundo maior quantitativo do período. Em contrapartida, outubro apresentou uma redução expressiva, com apenas 9 pronunciamentos. Nos dois últimos meses do ano, observa-se nova elevação, alcançando 14 pronunciamentos em novembro e 24 em dezembro.

O gráfico 14 apresenta a distribuição mensal dos pronunciamentos realizados em 2023, bem como a linha de tendência correspondente ao comportamento da série ao longo do período analisado.

Gráfico 14. Número de pronunciamentos sobre transição energética por mês e

a linha de tendência em 2023



Fonte: Elaborado pelo autor

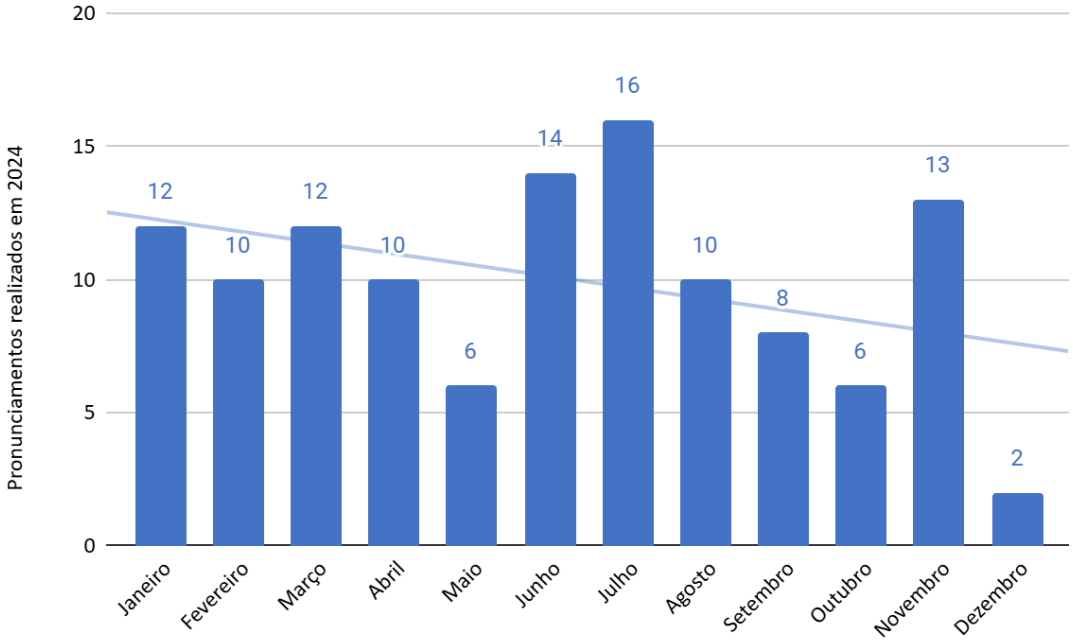
Observa-se, portanto que o ano de 2023, o comportamento crescente da tendência da temática de transição em energética. Essa tendência é invertida em 2024, quando o comportamento apresenta uma queda.

Em 2024, foram identificados 12 pronunciamentos em janeiro e 10 em fevereiro. Nos meses de março e abril, os quantitativos mantiveram-se em patamares semelhantes, com 12 e 10 pronunciamentos, respectivamente. Em maio, foram registrados 6 pronunciamentos.

Assim como observado em 2023, os meses de junho e julho apresentaram um aumento na frequência de pronunciamentos relacionados à temática da transição energética, totalizando 14 e 16 ocorrências, respectivamente. Nos meses subsequentes, verifica-se uma tendência de redução, com 10 pronunciamentos em agosto, 8 em setembro e 6 em outubro. Em novembro, houve nova elevação, alcançando 13 pronunciamentos. Por fim, em dezembro, registraram-se apenas 2 pronunciamentos, encerrando a série histórica analisada conforme gráfico 15.

Gráfico 15. Número de pronunciamentos sobre transição energética por mês e

a linha de tendência em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, expostos o perfil dos pronunciamentos realizados, considerando a relevância dos mecanismos institucionais para o cumprimento da agenda de transição energética, a subseção a seguir apresentará as Leis, Decretos, Programas e outros dispositivos legais relacionados à temática desenvolvidas no Governo Lula III.

3.3 A formulação do arranjo institucional para assegurar a promoção da Transição Energética no Brasil: Leis, Decretos, Programas e outros dispositivos legais relacionados à temática desenvolvidos no Governo Lula III

Em virtude de que Discurso para Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) é a indissociabilidade entre elementos linguísticos e extralinguísticos, é fundamental analisar os documentos e outros dispositivos oficiais instituídos no terceiro governo Lula sobre a agenda de transição energética, uma vez que o conteúdo oriundo presente desses mecanismos podem apresentar entendimentos iniciais de como a transição energética é significa no discurso do terceiro governo Lula da posse até a instituição do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN).

A presente pesquisa tem como recorte de análise temporal o período datado de 1° de janeiro de 2023 até o dia 22 de janeiro de 2025 que corresponde ao período da posse de Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato de Presidente da

República Federativa do Brasil até a instituição do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN).

O primeiro dispositivo burocrático voltado para política energética no Brasil durante o governo Lula é o Decreto n° 11.628, instituído em 4 de agosto de 2023. Esse Decreto retoma o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, popularmente conhecido como Luz Para Todos, cuja finalidade é fornecer acesso à energia elétrica à população rural e população residente em regiões de difícil acesso na localidade denominada Amazônia Legal (Brasil, 2023c)

O Programa Luz Para Todos, nessa nova versão, conforme seu segundo capítulo e artigo 2°, tem como objetivo a democratização e viabilização do acesso e uso de energia elétrica (Brasil, 2023c). No que concerne as especificidades desse programa, a promoção desses objetivos tem como caráter a sustentabilidade, conforme inciso II, além do mais está expresso no inciso V, o incentivo à produção energética de fontes de baixo carbono, sendo as fontes caracterizadas como limpas e renováveis para a geração (Brasil, 2023c).

Além disso, o capítulo II, denominado Dos Objetivos, expõe o caráter social ao expor a necessidade do combate às desigualdades sociais e regionais, de modo que prevê a inclusão social e produtiva de comunidades vulneráveis, apresentando que esse programa visa assegurar a plena cidadania dos grupos atendidos, na qual são classificados em estado de “pobreza energética” (Brasil, 2023c).

O decreto apresenta nos capítulos seguintes o detalhamento do público alvo, sendo esses: famílias que residem no meio rural e/ou na região da Amazônia Legal, além de espaços coletivos, instalações de apoio e de desenvolvimento socioeconômico local, como unidades de saúde e instituições de ensino, (Brasil, 2023c). No que concerne a vigência, o decreto tem como vigência até o dia 31 de dezembro de 2026 para atender a população do meio rural e até a mesma data do ano de 2028 para atendimento da região Amazônia Legal (Brasil, 2023c).

O decreto segue no capítulo IV, apresentando as metas do Programa, contudo expõe que as metas serão elaboradas em conjunto com as concessionárias que atuarão no local. Por sua vez, o capítulo V apresenta que a fonte de recurso para execução do programa será compartilhada entre os agentes do setor elétrico, de fontes autorizadas por lei e pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que é um fundo setorial custeado por todos os consumidores na conta de luz, os demais capítulos abordam sobre questões técnicas (Brasil, 2023c).

Na mesma data de instituição do Decreto 11.628, foi instituído o Decreto n°. 11.629, em que altera o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. O Decreto altera o 1° artigo do Decreto n° 3.520, de 21 de julho de 2000 e expõe a necessidade de o CNPE estabelecer diretrizes para importação e exportação de petróleo e gás natural, para assegurar as necessidades de consumo interno brasileiro e manutenção do Sistema Nacional de Estoque de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis (Brasil, 2023d).

Além do mais, o decreto ainda propõe fixar um percentual de Etanol nos combustíveis de gasolina e definir orientações para estabelecimento de políticas nacionais de integração do sistema elétrico brasileiro e com países limítrofes (Brasil, 2023b). Isso ocorre, para assegurar o objetivo exposto no parágrafo anterior, no que condiz à importação e exportação de energia, além do mais, que o estado de Roraima não é interligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e depende da produção de energia elétrica oriunda da Venezuela (EPE, 2026c).

Em 16 de agosto de 2023, um novo decreto voltado à política energética na região da Amazônia é promulgado pelo Governo Federal, o Decreto de n° 11.648 institui o Programa Energias da Amazônia. O programa é um dispositivo complementar ao Programa Luz Para Todos e a expansão da SIN, em seu artigo 5°, ficam expostos os objetivos do programa que busca interligar regiões consideradas isoladas e promover a instalação de ativos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis ou uso de combustíveis de baixo carbono, inclusive, como biomassa, biocombustíveis líquidos, biogás e aproveitamento energético de resíduos (Brasil, 2023e).

O ano de 2023, embora tenha evidenciado as ambições brasileiras em promover a transição energética, foi marcado pelo anúncio do ingresso do Brasil na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) na condição de membro observador. Conforme veiculado pela imprensa, a diplomacia e o governo federal argumentam que a presença do país nesses fóruns pode qualificar o debate sobre a mudança da matriz global. A estratégia consistiria em defender que os recursos financeiros oriundos dos ganhos com o petróleo sejam canalizados para acelerar o desenvolvimento de fontes limpas (Agência Brasil, 2023).

Por fim, ao final de 2023, em 20 de dezembro foi instituído o Decreto de n° 11.835 que altera a estrutura da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica –

CCEE. Dentre as principais alterações estão a elaboração de estudos relacionados ao mercado de energia elétrica, além de alterações no arranjo institucional do órgão para que possa atuar dentro de suas atribuições para garantir melhores práticas de governança e cumprimento de diretrizes estabelecidas ao organismo (Brasil, 2023f).

Desse modo, expõe-se que o ano de 2023 apresenta um entendimento do Governo Lula III em reformulação do mercado energético, ao promover a expansão do Sistema Interligado Nacional e a interligação do sistema elétrico com países limítrofes. Isso corrobora ainda com o estabelecimento de diretrizes para importação e exportação por parte do CNPE e ampliação da estrutura da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Além do mais, ainda nessa visão comercial, pode-se observar a atuação do Brasil como membro da OPEP+, nessa perspectiva o Brasil se posicionou em 2023, como um sujeito relevante no mercado internacional de energia.

Evidencia-se, assim, um caráter preliminar de ambiguidade: o setor energético é tratado tanto como um garantidor da plena cidadania — vide as diretrizes sociais do Programa Luz Para Todos — quanto como um ativo comercial de forte potencial econômico, dinâmica ilustrada pelo posicionamento do país ao longo de 2023.O entendimento da correlação do setor energético e a agenda econômica é reforçada no primeiro ato institucional brasileiro no ano de 2024, no qual foi apresentado, em janeiro do ano suscitado, o programa Nova Indústria Brasil (NIB). Segundo consta no Brasil (2024b), o programa tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033 e é uma ação coordenada de vários mecanismos institucionais nacionais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), além dos Ministérios da Fazenda, Ministério de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), cabendo ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) a liderança das ações.

O NIB apresenta em seu plano, denominado Plano de Ação para a Neoindustrialização, seis missões principais a serem desenvolvidas, sendo elas: I) Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; II) Forte complexo econômico e industrial da saúde; III) Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis; IV) Transformação digital da indústria; V) Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas; VI) Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais (Brasil, 2024c).

A elaboração do NIB corresponde diretamente à questão de transição energética, não somente pelas missões III e V em que expõe diretamente entendimentos sobre a política energética, mas toda o segmento industrial, uma vez que conforme dados apresentados no capítulo 2 da presente pesquisa o setor industrial é o segundo setor que mais consome energia no país.

O primeiro setor, quanto ao consumo é o setor de transportes, esse é abrangido na meta III do programa de industrialização apresentado no terceiro governo Lula. Para alcançar a meta III, é expresso que o país tem como objetivo, até 2030, ser um "hub global" de desenvolvimento e produção de veículos elétricos e híbridos, com ênfase nos combustíveis alternativos (Brasil, 2024c, p. 65). Para isso, o documento apresenta uma série de medidas a serem adotadas, conforme tabela a seguir:

Tabela 5. Medidas para o setor automotivo no Plano de Ação para a Neoindustrialização

Ação	Descrição de atividade
Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover)	Prevê a redução de R$ 3 bilhões de impostos por ano para o setor de mobilidade, para empresas que se comprometam a investir em pesquisa e desenvolvimento. O programa inclui metas de eficiência energética a uma variedade de veículos, como motos, triciclos, caminhões e ônibus.
Imposto de Importação de Veículos elétricos	Aplicação gradativa de imposto sobre a importação de veículos eletrificados, por tipo de veículo, para as importações que excedam a cota de isenção, mediante contrapartidas em redução de emissões, geração de empregos e produção nacional de veículos elétricos e híbridos.
Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica (PNME)	Iniciativa conjunta de importantes atores nacionais de mais de 30 instituições que envolvem o governo, a indústria, a academia e a sociedade civil para construir metas de longo prazo voltadas ao fomento da mobilidade elétrica no Brasil. Em 2024, a PNME trabalhará na construção de uma Estratégia Nacional de Mobilidade Sustentável.
Caminhos da Escola e frotas Governamentais	O programa Caminhos da Escola oferece ônibus, embarcações e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nessas regiões,

	onde normalmente há dificuldades para se chegar às unidades de ensino, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte escolar. O programa, assim como outras aquisições para frotas governamentais, poderá estabelecer um percentual das aquisições com tecnologia eletrificada com conteúdo local como forma de incentivar o desenvolvimento da cadeia produtiva da mobilidade elétrica no Brasil.
Corredores sustentáveis	Os editais de concessão de rodovias poderão considerar a instalação de corredores sustentáveis, incluindo infraestrutura de recarga elétrica com conteúdo local, ao longo do trecho sob concessão.
Cadeia produtiva da bateria	Programa de nacionalização progressiva para baterias, com adoção de medidas para incentivar investimentos produtivos, P&D e exportação, visando aumentar a competitividade da cadeia produtiva da mobilidade elétrica no Brasil e inserir o país nas cadeias globais de fornecimento.
Cadeia produtiva para ímãs de terras raras	Ímãs usam elementos de terras raras (neodímio, por exemplo). São aplicados em bens finais como motores elétricos de tração e aerogeradores.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2024c, p. 65-66)

Nessa perspectiva, apresentada pelo NIB, no que concerne ao setor de transportes no Brasil, prevê-se uma predominância gradual dos veículos elétricos em detrimento dos veículos movidos a gasolina e outros combustíveis com elevada emissão de carbono. A promoção de modalidades de transporte de baixa emissão de carbono, como os veículos elétricos, decorre tanto de investimentos em infraestrutura, como a instalação de pontos de recarga, quanto da implementação de incentivos fiscais, a exemplo da redução de impostos.

Assim, observa-se que o setor de transportes, um dos segmentos de maior demanda energética do país, possui um plano voltado ao cumprimento dos compromissos de transição energética, por meio da adoção de estímulos e programas destinados à ampliação da inserção de veículos elétricos no Brasil. Dessa forma,

busca-se aumentar a participação de automóveis cuja fonte de energia está associada a uma matriz energética mais limpa e renovável.

Correlacionada diretamente ao objeto dessa pesquisa, a transição energética é abordada na Missão V do NIB, sendo correlacionada à “Bioeconomia”. O documento norteador para o cumprimento dessas missões, expõe que um dos objetivos centrais dessa missão é promover a descarbonização da indústria de base (Brasil, 2024). Para alcançar o objetivo central, foram elaborados cinco objetivos específicos, sendo esses:

> I. Expandir a capacidade produtiva da indústria brasileira por meio da produção e da adoção de insumos, inclusive materiais e minerais críticos, tecnologias e processos de baixo carbono, com eficiência energética; II. Fortalecer as cadeias produtivas baseadas na economia circular e no uso sustentável e inovador da biodiversidade, desenvolver indústrias da bioeconomia e promover a valorização da floresta em pé e o manejo florestal sustentável; III. Adensar cadeias industriais para a transição energética, com vistas à autonomia, à eficiência energética e à diversificação da matriz brasileira; IV. Desenvolver tecnologias estratégicas para a descarbonização, a transição energética e a bioeconomia, catalisando vantagens intrínsecas do país com vistas ao protagonismo de empresas brasileiras no mercado doméstico e internacional; e V. Garantir a segurança energética, estimulando a produção de petróleo e gás de baixo custo e baixa pegada de carbono (Brasil, 2024c, p. 82).

Desse modo, o NIB apresenta um novo modelo de produção industrial brasileiro, considerando que esse é o segundo setor que mais demanda energia no país. Os objetivos específicos da missão V, expõe não somente o desejo em promover a transição energética, mas assegurar eficiência para a realização das demandas internas. Além disso, pode ser observado ainda o comportamento do Brasil em 2023 no que concerne o setor energético enquanto vantagem econômica através do objetivo IV em que apresenta o posicionamento do país enquanto “protagonista” no mercado doméstico e internacional.

No âmbito do setor produtivo, o extrativismo mineral desempenha papel relevante no fornecimento de matérias-primas necessárias à produção de baterias e de outros componentes fundamentais para a transição energética. Nesse contexto, em 21 de fevereiro de 2024, o Ministério de Minas e Energia lançou o Programa Mineração para Energia Limpa.

Segundo o MME (2024), esse programa tem como objetivo promover o

desenvolvimento da indústria de transformação mineral no contexto da transição energética. Além disso, busca fomentar a realização de estudos geológicos voltados à identificação de outros minerais que possam contribuir para o desenvolvimento de novas tecnologias no setor energético. Ainda de acordo com o MME (2024), o Brasil possui elevado potencial nesse segmento em razão da quantidade de reservas minerais presentes em seu território. Nesse sentido, a participação brasileira é significativa quando comparada ao cenário global, aspecto que pode ser observado na figura a seguir, elaborada pelo MME (2024):

Figura 9. Reservas brasileiras de minerais críticos e estratégicos para a transição energética

RESERVAS BRASILEIRAS DE MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS		
MINERAL	% DO TOTAL MUNDIAL	LUGAR NO RANKING MUNDIAL
Nióbio	89,9%	1º
Grafita	25,5%	2º
Terras raras	23,3%	2º
Níquel	12,3%	3º
Manganês	15,7%	4º
Vanádio	0,6%	5º
Bauxita	9,0%	5º
Lítio	4,4%	6º
Cobalto	0,6%	9º
Cobre	1,1%	12º

Fonte: Ministério de Minas e Energia (2024)

Em 27 de junho de 2024, seguindo a primeira ação proposta pelo NIB em sua missão III, foi promulgada a lei n° 14.902 em que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover). O programa está relacionado à mobilidade de veículos com fontes renováveis e de baixa emissão de carbono no Brasil, por intermédio do aumento de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor no país, pela promoção do uso de biocombustíveis e expansão da indústria automotiva instalada no país nesse segmento (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024).

O documento também prevê incentivos destinados à promoção da inserção em

larga escala de veículos elétricos no país, por meio da oferta de linhas de crédito e de mecanismos de financiamento voltados tanto à importação quanto à instalação de montadoras de veículos elétricos e componentes da cadeia de autopeças, em território nacional. Além disso, são abordados os incentivos concedidos às empresas que atuam em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor automotivo, com ênfase na criação e no aprimoramento de tecnologias relacionadas à mobilidade elétrica.

No dia 28 de junho de 2024, outro decreto foi promulgado pelo Executivo Nacional, o Decreto n° 12.084 institui o Programa Energia Limpa aos usuários classificados como baixa renda do programa Minha Casa Minha Vida que tem como objetivo a facilitação à moradia própria no Brasil. O Decreto n° 12.084 tem como objetivo central a redução da conta de energia elétrica dos usuários de baixa renda do programa Minha Casa Minha Vida com a instalação de geradores de energia oriundas de fontes renováveis (Brasil, 2024d).

Desta forma, apresenta-se que foram realizadas melhorias no programa Minha Casa Minha Vida, atrelada ao compromisso brasileiro em realizar a transição energética, ao promover a autogeração energética por fontes renováveis, assim não somente cumprindo os objetivos firmados para a condução da política energética, mas também na questão de acesso à energia por parte de um público vulnerável financeiramente.

Outra lei promulgada pelo terceiro Governo Lula, foi a lei de n° 14.948, de 02 de agosto de 2024. Essa lei dispõe sobre a política da produção de energia de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono seus princípios, objetivos, conceitos, governança, instrumentos e institui incentivos para a indústria dessa fonte energética (Brasil, 2024e).

O artigo 3° em que aborda os objetivos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, apresenta uma série de entendimentos relevantes de análise. O primeiro inciso retrata que o objetivo dessa política é preservar os interesses nacionais, isso expõe o entendimento do seu caráter estratégico na política e soberania nacional (Brasil, 2024e).

Ainda nesse mesmo artigo, observa-se o potencial de ganhos não somente na segurança da promoção da oferta de energia, com baixo potencial de emissão de carbono, mas os ganhos no que concerne à agenda econômica. Isso fica exposto no inciso III do artigo 3° em que apresenta como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável e o interesse em ampliar o mercado de trabalho das cadeias produtivas

do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados (Brasil, 2024e). Além disso, apresenta nos incisos X e XI, o objetivo em incentivar investimentos nacionais e estrangeiros para a produção e também, ampliar a competitividade do Brasil no mercado internacional.

Desse modo, reforça o entendimento do Brasil em compreender que a transição energética apresenta um caráter para além do socioambiental e garantia do atendimento da demanda interna, mas como um ativo importante de ganhos financeiros.

O principal mecanismo voltado à política de transição energética foi uma publicação no Diário Oficial da União em 26 de agosto de 2024. A publicação dispõe sobre a Política Nacional de Transição Energética – PNTE, o Plano Nacional de Transição Energética – PLANTE e o Fórum Nacional de Transição Energética – FONTE (Brasil, 2024f).

A publicação ainda caracteriza o entendimento do Brasil no que concerne à Transição Energética enquanto política. Em seu artigo 2°, expõe-se as definições de Transição Energética; Transição Energética Justa e Inclusiva; Equidade Energética; Pobreza Energética, sendo essas expostas a seguir:

> I - Transição Energética - processo de transformação da infraestrutura, da produção e do consumo de energia pelos diferentes setores, visando contribuir para a neutralidade das emissões líquidas de GEE do País; II - Transição Energética Justa e Inclusiva - transição energética comprometida com a promoção da equidade e da participação social, minimizando impactos negativos para as comunidades, trabalhadores, empresas e segmentos sociais vulneráveis às transformações no sistema energético, maximizando as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, de aumento de competitividade do setor produtivo e de combate às desigualdades e à pobreza, nos níveis internacional, regional e local; III - Equidade Energética - busca ativa pela garantia de acesso universal a serviços energéticos de qualidade, ambientalmente sustentáveis, com segurança de suprimento e a preços acessíveis; e IV - Pobreza Energética - situação em que domicílios ou comunidades não têm acesso a uma cesta básica de serviços energéticos ou não têm plenamente satisfeitas suas necessidades energéticas (Brasil, 2024f).

Portanto, no documento não somente se apresenta a criação de programas voltados à transição energética, mas também o entendimento oficial do Estado brasileiro nos conceitos suscitados. Isso posto, permite identificar e caracterizar as

medidas do Brasil voltadas à agenda energética.

Conforme publicação do Diário Oficial (Brasil,2024f), o principal objetivo da Política Nacional de Transição Energética – PNTE, é coordenar os esforços do Brasil para a transformação da matriz energética com baixa emissão de carbono. Assim, o PNTE consiste em um mecanismo de integração das políticas promovidas pelo Governo Federal, articulando todos os envolvidos na temática.

O artigo 5° aborda sobre o Plano Nacional de Transição Energética – PLANTE, o principal objetivo do PLANTE é apoiar a atração e o aporte de investimentos nacionais e estrangeiros, de modo que a transição energética pretendida seja conjugada com o desenvolvimento tecnológico do Brasil (Brasil, 2024f). Portanto, está relacionado ao planejamento e a assegurar as implementações da transição energética sendo, assim, auxiliar ao PNTE na promoção desses objetivos.

Ainda nesse aspecto de complementariedade das ações para assegurar a Transição Energética, o artigo 10 apresenta o Fórum Nacional de Transição Energética – FONTE, sendo um instrumento permanente e de caráter consultivo, tendo como objetivo ampliar a discussão sobre a transição energética, expondo a ambição de a “democratizar” conforme explicitado no próprio artigo (Brasil, 2024f).

O FONTE engloba tanto os órgãos do Governo Federal, mas também a Sociedade Civil, o setor produtivo da cadeia energética e demais entes subnacionais (Brasil, 2024e). Assim, o FONTE é um mecanismo para assegurar com que as particularidades e também os interesses de todos os envolvidos sejam compartilhados e apresentados para que se formule a política de transição energética.

Desse modo, o FONTE e PLANTE se apresentam como órgãos complementares ao PNTE, assim, mostrando um arranjo complexo de institucionalização para assegurar os compromissos firmados no que concerne à Transição Energética no país.

Por fim, o último dispositivo legal que concerne à agenda de transição energética instituída em 2024 foi a lei n° 14.993, de 8 de outubro, essa lei ficou popularmente conhecida como Lei do Combustível do Futuro. Essa lei dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono, criando três programas voltados para combustíveis demandados pelos setores de transportes – conforme apresentado no capítulo 2, setor de maior demanda energética no país (Brasil, 2024g).

Os programas instituídos são: I) Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV); II) Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV);

e III) Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano. Tais programas atuam de forma complementar a outras iniciativas já vigentes no Brasil, como a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída em 2017; o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), instituído em 2024; o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV); e o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), ambos instituídos em 2022.

O primeiro programa, ProBioQAV tem como objetivos principais o incentivo à pesquisa, à produção, à comercialização e ao uso de SAF (*Sustainable Aviation Fuel*). O SAF é o combustível alternativo ao combustível aeronáutico de origem fóssil, produzido a partir de matérias-primas e processos que atendam a padrões de sustentabilidade. Ele pode ser oriundo de diferentes fontes, como resíduos da agricultura, óleo de cozinha usado, gorduras, cana-de-açúcar e milho (ANAC, 2024). Além do mais, os operadores aéreos ficam obrigados a reduzir as emissões de GEE, gradualmente ano a ano, em suas operações domésticas por meio do uso de SAF, sendo a meta da redução em 10% até o ano de 2037 (Brasil, 2024f).

O ProBioQAV, está relacionada diretamente ao setor de transporte aéreo, o programa apresenta um caráter de se adequar aos regimes internacionais, visto que os incisos IV e V abordam sobre o cumprimento das diretrizes apresentados pelo Brasil na Conferência das Nações Unidos sobre Mudanças Climáticas – COP, no que concerne à neutralidade climática e ao reconhecimento da liderança do país na temática de transição energética nas Nações Unidas (Brasil, 2024g).

O segundo programa é o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV), que tem como objetivo incentivar a pesquisa, a produção, a comercialização e o uso energético do diesel verde, estabelecido em regulamento da ANP, na matriz energética brasileira (Brasil, 2024g). O programa visa a descarbonização dos combustíveis, por intermédio da adição de matérias-primas exclusivamente derivadas de biomassa renovável, em combustíveis brasileiros.

Por fim, o terceiro programa, é Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano, conforme exposto em artigo 12, esse programa tem como objetivo incentivar a pesquisa, a produção, a comercialização e o uso do biometano e do biogás na matriz energética brasileira com vistas à descarbonização do setor de gás natural (Brasil, 2024g).

Portanto, observa-se que a Lei do Combustível do Futuro apresenta metas para

redução da emissão de carbono em combustíveis tanto na aviação quanto de veículos rodoviários. Para cumprir esse objetivo, são adicionados percentuais de fontes renováveis em combustíveis de fontes não renováveis como gasolina e o querosene, hidrocarbonetos derivados da extração de petróleo.

Essa pesquisa, encontrou como documento final o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), instituído em 22 de janeiro de 2025, por intermédio da lei de n° 15.103. O PATEN tem como objetivo fomentar o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável, especialmente aqueles relacionados a infraestrutura, a pesquisa tecnológica e a desenvolvimento de inovação tecnológica, visando assim aproximar as instituições financiadoras das empresas interessadas em desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável (Brasil, 2025).

O artigo 3° do PATEN aborda a prioridade de financiamento de estudos que desenvolvam novas tecnologias para redução de emissão de gases do efeito estufa em combustíveis (Brasil, 2025). Além do mais, nesse mesmo artigo, é previsto ainda na lei o incentivo à expansão e modernização da geração e da transmissão de energia oriundas de fontes renováveis.

A lei do PATEN ainda apresenta a criação do Fundo de Garantias para o Desenvolvimento Sustentável, denominado Fundo Verde, o qual é administrado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o artigo 6º, fica estabelecido de que o Fundo Verde poderá ser constituído por créditos de titularidade de pessoas jurídicas de direito privado perante a União (Brasil, 2024f). Dessa forma, recursos financeiros que seriam devidos pelo governo federal a empresas privadas podem ser direcionados à composição do fundo, ampliando sua capacidade de financiamento de projetos relacionados à transição energética e à sustentabilidade ambiental (Brasil, 2024g).

Assim, o PATEN busca captar recursos destinados ao desenvolvimento de pesquisas e ao financiamento de investimentos relacionados à transição energética, tendo como um de seus instrumentos o sistema de créditos denominado Fundo Verde. Desse modo, o PATEN é mais um dos programas voltados a fortalecer o arranjo institucional da condução da política energética brasileira e seu processo de transição para fontes predominantemente renováveis.

Dado exposto os mecanismos de arranjo institucional e a construção do perfil dos pronunciamentos realizados, o capítulo a seguir pretende realizar a análise construção discursiva, propriamente dita, no que concerne à transição energética

enquanto significante para o terceiro governo Lula, sob a ótica da Teoria do Discurso desenvolvido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

4. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DA PRIMEIRA METADE DO TERCEIRO GOVERNO LULA

Nesse capítulo, busca-se apresentar a construção discursiva da Transição Energética do terceiro governo Lula sob a perspectiva teórica desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Para isso, será apresentada a estrutura do discurso, a articulação entre os elementos que compõem a cadeia discursiva e a suas interações com o intuito de identificar a significação dada no contexto de transição energética.

Para uma visualização completa, em primeiro momento serão apresentados os antagonismos identificados no discurso do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A relevância desse entendimento, conforme suscitado no capítulo teórico desta pesquisa, ocorre em virtude da formação de uma série de elementos antagônicos que propiciam uma estruturação discursiva que busca responder às ameaças de sua plena constituição. Com isso, a posição privilegiada em apresentar primeiramente os elementos antagônicos faz-se necessário, pois a formação discursiva partirá da estruturação desse entendimento.

Em seguida será apresentada a formação discursiva propriamente da cadeia do significante maior denominado transição energética e como seus elementos se articulam para o enfrentamento do antagonismo. Nessa parte, apresenta-se a articulação dos elementos que compõem a cadeia e como esses atuam em prol da transição energética para que tenham suas demandas atendidas.

4.1 As ameaças a serem enfrentadas: a construção do antagonismo

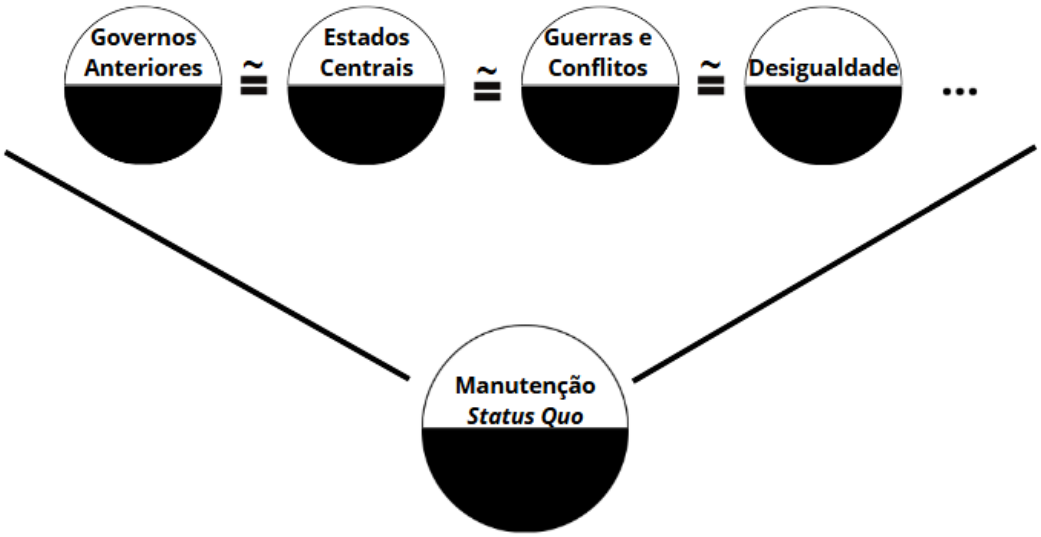
Conforme apresentado anteriormente, a construção do discurso parte do entendimento dos elementos que compõem a cadeia discursiva na existência de um conjunto de ameaças que provocam a impossibilidade de sua plena constituição. Desse modo, torna-se fundamental verificar a estrutura do antagonismo para que se analise a formação discursiva e os elementos que a compõem.

Ao longo da análise do material selecionado, realizada no *software* NVivo,

foram identificados 11 nós que representam oposição à plenitude da identidade Transição energética defendida pelo terceiro governo Lula como sua. Os elementos identificados foram: governos anteriores (59 referências); Estados centrais (39 referências); Guerras e Conflitos (27 referências); Desigualdade (22 referências); Fome (20 referências); Super Ricos (10 referências); Pobreza energética (9 referências); Taxa de juros (7 referências); Elite Brasileira (6 referências); Congresso (2 referências); Agropecuária (1 referência).

A partir das categorias de maior frequência, a estrutura antagônica pode ser representada conforme figura a seguir:

Figura 10. Estrutura antagônica



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Laclau (2005) e material analisado sobre a primeira metade do terceiro governo Lula.

A figura anterior foi inspirada em uma esquematização apresentada por Ernesto Laclau na obra A Razão Populista, publicada originalmente em 2005, e representa a estruturação antagônica identificada após análise do material selecionado do terceiro governo Lula. A figura apresenta a manutenção do *Status Quo* como elemento central, sendo elevado em comparação aos demais elementos, sendo todos representados por círculos com uma parte preenchida e outra vazia, representando o entendimento teórico de que ao se articularem, esses elementos perdem parte de sua identidade e sentido, para formar assim uma nova significação.

Adotou-se o entendimento de manutenção do *Status Quo*, uma vez que esses

elementos embora considerados de natureza distintas, se correlacionam para realizar uma manutenção da estrutura vigente. Isso ocorre em virtude de mecanismos de governança global existentes, mas também no cenário nacional ao realizar a manutenção de um sistema político que privilegia uma certa camada social, sobretudo à elite brasileira.

Os elementos estão ordenados conforme sua frequência, sendo os de maiores recorrências priorizados, de modo que o sinal de reticência ao final da linha representa o entendimento de que existem outros elementos que não foram destacados na figura, mas são atuantes na lógica de antagonismo.

No que concerne propriamente à estrutura apresentada na formação da cadeia antagônica, o elemento de maior recorrência é o elemento significado como *Governos anteriores*. Esses são caracterizados por governos federais posteriores ao segundo governo Dilma, deposto em 31 de agosto de 2016 com o processo de *impeachment,* até a volta de Lula ao cargo de Chefe de Estado do Brasil. Esse entendimento fica explícito nos seguintes enunciados:

> Fiquem certos de que a gente vai fazer nesses dois anos e nove meses aquilo que não foi feito nos últimos seis anos nesse país, depois do *impeachment* da Dilma e depois dessa tranqueira que vocês sabem que é, que eu não pretendo falar (Lula da Silva, 2024e)

> Às vezes, muita gente não se dá conta do que aconteceu nesse país. Esse país passou, desde o golpe contra Dilma, esse país entrou num processo de retrocesso. De retrocesso de conquistas sociais, de coisas que nós tínhamos feito de 2003 até a cassação da companheira Dilma Rousseff (Lula da Silva, 2024f)

Embora o período compreendido, incorpore o governo Michel Temer (2016-2018) que assumiu a presidência após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, críticas do terceiro governo Lula se concentram ao seu antecessor, a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), conforme os enunciados expostos a seguir:

> Eu peguei um país devastado por uma praga de gafanhoto que destruiu quase tudo que a gente tinha feito em treze anos de governo (Lula da Silva, 2024g)

> Nos encontramos este país semidestruído. Praticamente todos os ministérios tiveram que ser reconstruídos. Todos os Ministérios. (Lula da Silva, 2023d)

Para o terceiro governo Lula, os governos anteriores provocaram ainda abandono em setores estratégicos para o Brasil, como os setores de infraestrutura, saúde e educação. O entendimento de que esses foram negligenciados na gestão passada podem ser percebidas no seguinte trecho:

> Ao mesmo tempo que prepara o terreno para as obras de infraestrutura que foram abandonadas ou ignoradas pelo governo anterior, o Brasil voltou a cuidar de saúde, educação, ciência e tecnologia, cultura, habitação e segurança pública (Lula da Silva, 2023e)

Assim, conforme enunciados apresentados, expõe-se que para o terceiro governo Lula os governos anteriores marcaram uma desordem na política brasileira no que concerne à governança e aos aparatos institucionais que precisaram ser reorganizados para a condução da política brasileira. Entretanto, essa desorganização para o terceiro governo não refletiu apenas no ordenamento interno brasileiro, mas também na posição do país no cenário internacional, conforme enunciado a seguir:

> O Brasil virou um pária no mundo político porque ninguém queria ouvir o Brasil e o Brasil também não queria ouvir ninguém, porque quem governou o Brasil era efetivamente uma figura atrasada, apolítica, que não entendia a necessidade da boa política de relações internacionais (Lula da Silva, 2023f)

> Ora, esquecido porque quem estava governando esse país não tinha noção do que é política internacional, não tinha noção do que é geopolítica, não tinha noção do que é importante nas relações diplomáticas dos países. E também porque o mundo lá fora não queria dar trela a alguém que não gostava de democracia (Lula da Silva, 2023g)

A crítica aos governos anteriores não se restringe somente ao comportamento isolacionista brasileiro quanto à interação com os demais Estados, mas também à sua posição de relevância enquanto Estado no cenário internacional, indicando a perda de capacidades na agenda externa em setores em que seus primeiros dois governos haviam se destacado. Nos enunciados seguintes, apresentam-se críticas no setor econômico e ambiental, respectivamente:

> A segunda coisa que eu queria dizer para vocês: é que se esse país tivesse seguido o ritmo de crescimento que ele tinha quando nós terminamos o nosso primeiro mandato, certamente, esse país hoje seria, na pior das hipóteses, a quarta economia do mundo. Nós éramos a sexta e recuamos para 13º economia, numa demonstração de que o país andou para trás, porque o nosso país caiu no mundo obscuro e a gente perdeu a noção da

> grandeza que esse país poderia fazer pelo seu povo. (Lula da Silva, 2023h)
>
> Tenho a satisfação de anunciar hoje que vamos atualizar nossas NDC [Contribuição Nacionalmente Determinada] no âmbito do Acordo de Paris. Vamos retomar o nível de ambição que apresentamos originalmente na COP 21 e que tinha sido alterado pelo governo anterior (Silva, 2023b)

Ao se analisar o âmbito internacional, observa-se que o segundo elemento de ameaça da identidade brasileira é oriundo desse espaço, sendo alguns Estados entendidos como antagonistas pelo terceiro governo Lula. Nomeados como *Estados Centrais*, os membros agrupados nesse elemento podem ser considerados os Estados considerados com alto grau de desenvolvimento, no aspecto econômico, industrializados e também com alta capacidade de influenciar na agenda de governança global.

Esse grupo é apresentado de diversas maneiras, por serem os responsáveis pelo desequilíbrio climático oriundo do processo de industrialização, de modo que cabe a esses Estados uma reparação histórica. Além do mais, parte-se da crítica ainda de que o comportamento desse grupo prejudica as medidas consideradas efetivas para enfrentamento à emergência climática, conforme trecho seguinte:

> O G20 é responsável por três quartos das emissões globais de gases do efeito estufa. Os membros de renda alta do grupo emitem, anualmente, doze toneladas de gás carbônico per capita, enquanto os de renda média emitem metade desse volume. O planeta não suportará um aumento da temperatura global superior a um grau e meio (Lula da Silva, 2023i)

Nesse pressuposto no que concerne à participação desses Estados no desequilíbrio ambiental, o governo Lula III realiza série de cobranças, mas também falas que buscam expor a inação ou ações insuficientes por parte desses Estados, como, por exemplo, as falas seguintes:

> O Brasil ajustou sua NDC e se comprometeu a reduzir 48% das emissões até 2025 e 53% até 2030, além de atingir a neutralidade climática até 2050. Nossa NDC é mais ambiciosa do que a de vários países que poluem a atmosfera desde a Revolução Industrial no Século XIX (Lula da Silva, 2023j)
>
> Não há dúvida de que a maior responsabilidade recai sobre os países ricos, cujo histórico de emissões culminou na crise climática que nos aflige hoje. É preciso ir além dos 100 bilhões anuais prometidos e não cumpridos, e fortalecer medidas de

> monitoramento dos compromissos assumidos. Os dados da ciência exprimem um sentido de urgência sem precedentes. O planeta é um só e seu futuro depende da ação coletiva (Lula da Silva, 2024h)

Ainda nessa perspectiva crítica à atuação desses Estados, conforme a segunda citação anterior, nota-se a questão da responsabilidade desses Estados em arcar com os custos, nesse exemplo como a questão do financiamento de valores a serem repassados para projetos que visam mitigar os efeitos provocados pela alteração climática. Entretanto, são apresentadas ainda outras medidas a serem adotadas por esses Estados, como a questão da transferência tecnológica, alinhando não somente a captação de recursos financeiro, mas também tecnológicos, conforme trecho a seguir:

> Agir para combater a mudança do clima exige vontade política e determinação dos governantes, e também recursos e transferência de tecnologia (Lula da Silva, 2023k)

Essa cobrança de transferência tecnológica e financiamento, juntamente com a responsabilização desses Estados economicamente desenvolvidos é apresentado no seguinte trecho:

> O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas é inegociável. Ameaçá-lo vai na contramão de qualquer noção básica de justiça climática. Essa noção demanda que sejam cumpridas as obrigações de financiamento e de transferência de tecnologia (Lula da Silva, 2023j)

A cobrança quanto à responsabilidade de cada Estado na questão da agenda climática expõe uma desigualdade no que concerne aos promotores das alterações ambientais, mas também nos que sofrem as consequências. Nesse sentido, apresenta-se que os Estados que são mais impactados negativamente são os Estados considerados do Sul Global. Esse é um conceito geopolítico e socioeconômico que agrupa nações em desenvolvimento ou historicamente marginalizadas, caracterizadas pela dependência econômica, desigualdade social e legados de exploração colônia.

Para o terceiro governo Lula, as alterações climáticas e o comportamento dos Estados desenvolvidos impactam duramente os países já vulneráveis nesse processo, como exposto a seguir:

> Barreiras protecionistas e medidas unilaterais impostas por países ricos sob o pretexto da sustentabilidade desnudam a

> hipocrisia da retórica do livre comércio. Os custos das transações do mundo desenvolvido estão sendo transferidos para o Sul Global. Nós, que já somos os mais afetados pela mudança do clima, estamos sendo duplamente punidos. É uma questão de justiça climática que aqueles que mais contribuíram para o aquecimento global arquem com suas responsabilidades (Lula da Silva, 2023l)

Além do mais, o papel dos Estados, denominados como Sul Global, e a sua relevância para a governança global, sobretudo na questão da emergência ambiental, pode ser identificada no seguinte trecho:

> Sem os países em desenvolvimento não será possível a abertura do novo ciclo de expansão mundial, que combine crescimento, redução das desigualdades e preservação ambiental, com ampliação das liberdades. O Sul Global está se constituindo em parte incontornável da solução para as principais crises que afligem o planeta. Crises que decorrem de um modelo concentrador de riquezas, e que afligem sobretudo os mais pobres... só um projeto social inclusivo nos permitirá erigir sociedades prosperas, livres, democráticas e soberanas. Não haverá estabilidade nem democracia com fome e desemprego (Lula da Silva, 2024i)

Desse modo, afirmação anterior apresenta um entendimento da relevância da agenda ambiental para o Brasil, pois reforça que o país é um dos principais afetados pela mudança climática. Como exposto por Lula:

> No Brasil a emergência climática já é uma realidade. A Amazônia está atravessando, neste momento, uma seca inédita. O nível dos rios é o mais baixo em mais de 120 anos. Nunca imaginei que veria isso no lugar onde estão os maiores reservatórios de água doce no mundo (Lula da Silva, 2023m)

A situação de secas enquanto cenário de emergência climática é contrastada com as chuvas intensas que provocaram inundações no país, como a que ocorreu no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. Segundo balanço da Defesa Civil do estado, dos 491 municípios, 478 foram afetados, impactando diretamente 2.398.255 indivíduos. Desses, 806 foram feridos, 23 desaparecidos, 185 óbitos e sendo mais de 7.000 pessoas retiradas de suas residências em virtude do risco (Governo do Rio Grande do Sul, 2024; Agência Brasil, 2025). Segundo o Atlas Digital de Desastres no Brasil, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, de 1991 a 2025 foram mais de 144,46 milhões de pessoas diretamente afetadas pelos desastres climáticos, sendo uma crescente, a partir de 2017, de pessoas diretamente

impactadas (Brasil, 2026). De modo que para o Brasil, a atuação dos Estados desenvolvidos de não enviarem recursos, para ações de mitigação climática, é uma problemática a ser encarada individualmente.

A cobrança pelo financiamento dos Estados às ações de mudança climática se relaciona ainda com o terceiro elemento que compõe o conjunto de antagonismos, o elemento denominado *Guerras e Conflitos*. Esse elemento corresponde aos conflitos bélicos internacionais vigentes, como o conflito que ocorre em território ucraniano, entre a Rússia e o governo da Ucrânia, apoiado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o conflito entre Israel e Hamas, que se concentrou no território de Gaza no Estado da Palestina.

Para o terceiro governo Lula, a emergência desses conflitos propicia a falta de cooperação na agenda ambiental, de modo que o conflito não é apenas representado pela crescente de insegurança humana, mas também pela paralisação de demandas relevantes. Os conflitos armados entre os Estados provocam um redirecionamento do orçamento para questões de segurança, sendo esses priorizados em detrimento da agenda ambiental, como afirmado por Lula:

> É inaceitável que a promessa de 100 bilhões de dólares por ano assumida pelos países desenvolvidos não saia do papel enquanto, só em 2021, os gastos militares chegaram a 2 trilhões e 200 bilhões de dólares (Lula da Silva, 2023m)

> A guerra no coração da Europa lança sobre o mundo o manto da incerteza e canaliza para fins bélicos recursos até então essenciais para a economia e programas sociais. A corrida armamentista dificulta ainda mais o enfrentamento da mudança do clima (Lula da Silva, 2023n)

Segundo a análise realizada, nota-se que a continuidade dos conflitos é ocasionada pelo aparato burocrático do Conselho de Segurança das Nações Unidas, expondo assim a fragilidade da organização em atuar para solucionar conflitos, conforme enunciado por Lula:

> Se o Conselho funcionasse como deveria funcionar, possivelmente não tivesse acontecido a guerra da Ucrânia. Possível o Conselho de Segurança tivesse força para negociar. O dado concreto é que não tem. Ontem, não sei se vocês viram, o discurso do próprio Secretário-Geral da ONU dizendo que, lamentavelmente, não tem força. Em 1948, a ONU teve força para criar o Estado de Israel. Hoje, a ONU não tem força para manter a paz entre Israel e palestinos, nem consegue fazer com que a terra demarcada fique intacta por que Israel, de vez em

> quando, ocupa uma parte das terras que são dos palestinos (Lula da Silva, 2023o)

Nesse sentido, expõe-se que os mecanismos de contenção das guerras estão sendo ineficazes em assegurar a estabilidade internacional. Em outro enunciado sobre os conflitos, Lula da Silva (2024j) diz que “A guerra só traz malefício. Ela não constrói, ela só destrói. Ela não ajuda, ela só deforma”.

O elemento de Guerras e Conflitos está correlacionado com o último elemento antagônico a ser analisado nessa pesquisa, que é denominado *Desigualdade*. Em pronunciamento durante um dos eventos preparatórios da cúpula do G20, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicitou que:

> O Brasil continuará trabalhando por um cessar-fogo permanente que permita a entrada da ajuda humanitária em Gaza e pela libertação imediata de todos os reféns pelo Hamas. É fundamental que a comunidade internacional trabalhe para a solução de dois Estados, vivendo lado a lado em segurança. Sem ação coletiva, essas múltiplas crises podem multiplicar-se e aprofundar-se. As desigualdades estão na raiz dos problemas que enfrentamos, ou contribuem para agravá-los. Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades (Lula da Silva, 2023i).

A lógica da desigualdade é vista enquanto elemento que ameaça a plenitude da transição energética do terceiro governo Lula, pois a desigualdade representa uma exclusão de oportunidades e impacta inclusive na questão climática, conforme trecho a seguir:

> Ontem quando eu coloquei a questão da luta contra a desigualdade junto com a luta do clima, é porque a desigualdade, hoje, é mais forte do que era há 30 anos. Hoje a desigualdade é múltipla. Você tem a desigualdade de renda, você tem a desigualdade social, você tem a desigualdade na saúde, você tem a desigualdade de gênero, você tem desigualdade racial, você tem a desigualdade de oportunidade. Ou seja, o mundo está mais cheio de desigualdade do que de igualdade. E o que nós precisamos é indignar a sociedade contra a desigualdade. (Lula da Silva, 2024k)

Conforme analisado, a desigualdade representa um risco tanto na questão ambiental quanto na questão da segurança. Contudo, o pensamento da lógica da desigualdade enquanto elemento que forma o antagonismo pode ser correlacionado com os outros já apresentados. Ao apresentarmos os Estados Centrais, enquanto elemento, nota-se que a inação ou as ações consideradas insuficientes apresenta

uma crítica à assimetria de atuação no campo econômico ao abordar a falta de financiamento acordado para os Estados mais suscetíveis aos efeitos provocados pela emergência climática, conforme enunciado a seguir:

> Não podemos fugir do debate sobre a falta de representatividade e a necessidade de reforma do Banco Mundial e do FMI. Os mecanismos de financiamento climático e ambiental não podem reproduzir a lógica excludente dessas instituições (Lula da Silva, 2023l)

Esse trecho apresenta não somente uma crítica aos mecanismos de financiamento climático que não estão sendo cumpridos aos Estados periféricos, mas também reforça a crítica às instituições financeiras internacionais. A lógica de uma desigualdade promovida por essas organizações é compreendida dentro do discurso como uma forma de pressionar economicamente os Estados mais vulneráveis.

> Como é que a gente vai resolver uma dívida de 870 bilhões de dólares que tem o continente africano? Se os bancos de financiamento do mundo não derem uma colher de chá e transformarem essa dívida em investimento, como é que vai ser? Um continente que era autossuficiente na produção de alimentos antes da colonização, foi colonizado, apreenderam a falar inglês, francês e hoje não consegue ser autossuficiente na comida por que são dependentes dos colonizadores (Lula da Silva, 2023l)

A questão da desigualdade, conforme trecho, apresenta dois elementos. O primeiro, as consequências do processo de colonização dos Estados Centrais sob os Estados Periféricos. O segundo, a questão da fome que representa uma demanda a ser combatida, nessa perspectiva, a pobreza alimentar também é um fator a ser coibido pelo terceiro governo Lula ~~à~~ em nível doméstico. Com isso, o elemento *Desigualdade* também é um elemento que se relaciona com o elemento *Governos Anteriores,* no que concerne à problemática da fome enquanto culpa das antigas gestões. Para exemplificar, expõe-se o trecho a seguir:

> A minha guerra é contra a fome no meu país. E outra vez eu quero te dizer que a minha luta é contra a fome no país. Porque depois que a gente acabou com a fome em 2012, a fome voltou e nós temos 33 milhões de pessoas passando fome neste momento no Brasil (Lula da Silva, 2023o)

Portanto, infere-se que a questão da desigualdade é um elemento que compõe a cadeia antagônica, e que assim como os demais ocorre uma interação. Assim, expõe-se ainda que há uma articulação entre esses elementos que inicialmente

podem ser considerados díspares de entendimento, mas que apresentam correlações formando assim uma cadeia antagônica que impede a plena manifestação da transição energética defendida pelo terceiro governo Lula, formação discursiva a qual veremos na seção seguinte.

4.2 A formação discursiva do terceiro governo Lula: a transição energética enquanto centralidade das demandas

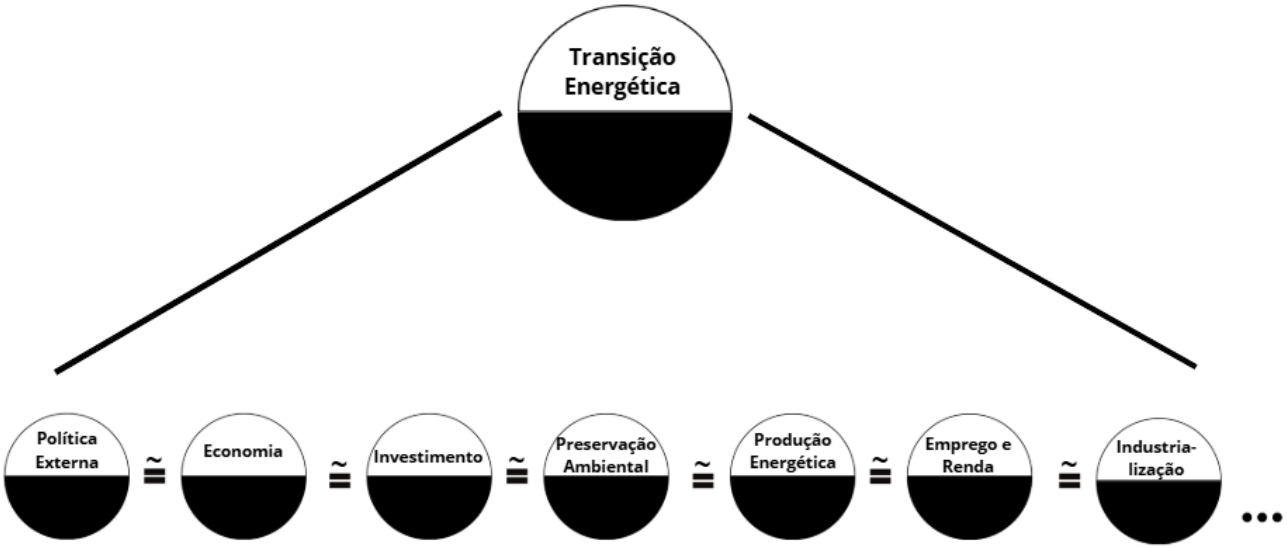
À luz da Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, os antagonismos propiciam a formação da cadeia discursiva. Esse fenômeno ocorre por intermédio de um processo articulatório entre elementos, que inicialmente podem ser compreendidos como distintos entre si, em prol de um significante maior, a esse é atribuído uma posição de destaque em relação aos demais (Laclau e Mouffe, 2015).

Conforme destacado ao longo desta pesquisa, a questão da transição energética tem ocupado uma centralidade de destaque na primeira metade do governo Lula III. De modo que foi superado o entendimento de que a produção e o consumo de energia servem apenas para assegurar as condições básicas da humanidade - a agenda de transição energética tornou-se recorrente nos pronunciamentos do governo, dadas as condições de emergência que permitiram alcançar esse status privilegiado nas discussões políticas.

Nessa perspectiva, após análise dos pronunciamentos no software NVivo, seguindo as etapas metodológicas indicadas no capítulo 1, foram classificados 44 nós (incluindo o nó Transição Energética) e 25 subnós advindos desses materiais. Esses nós e subnós representam os elementos discursivos que se articulam em torno do elemento Transição Energética que é elevado a uma posição de destaque dentro da cadeia discursiva em virtude de ser o elemento em que se articulam os elementos considerados inicialmente distintos.

Desse modo, a transição energética ocupa uma posição de destaque em relação aos demais elementos, conforme representação a seguir:

Figura 11. Cadeia discursiva



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Laclau (2005) e material analisado sobre a primeira metade do terceiro governo Lula.

A representação da cadeia discursiva, pela imagem anterior, destaca os elementos de maior recorrência nos pronunciamentos analisados sobre a primeira metade do governo Lula III. Nessa perspectiva, desenvolve-se a seguir, como esses elementos são entendidos e suas correlações com o elemento de transição energética.

O elemento de maior frequência, foi o denominado como *Política Externa*. Para a classificação desse elemento utilizou-se os conceitos desenvolvidos por Manfred Wilhelmy (1988), Roberto Russel (1990) e Ariane Figueira (2011), articulando seus entendimentos com o intuito de delimitar e classificar o elemento.

A política externa, enquanto conceito, é caracterizada por Wilhelmy (1988) como conjunto de práticas políticas que os Estados adotam, objetivando seus interesses nacionais. Por sua vez, Russel (1990) compreende que as ações de política externa projetam ainda uma variedade de sujeitos e instituições, sejam elas governamentais ou não. Já o conceito de política externa proposto por Figueira (2011) delimita o processo como uma ação empreendida pelos Estados no sistema internacional, dotada de estratégias conforme as dinâmicas conjunturais vigentes.

Nessa perspectiva, compreende-se o elemento *Dimensão Externa* como as

interações empreendidas pelos sujeitos delimitados pela pesquisa que buscam os interesses nacionais do Brasil dentro do Sistema Internacional.

A relevância da política internacional para Lula III é evidenciada em pronunciamento realizado no dia 03 de julho de 2023 pelo presidente Lula em que expõe seu ideal de como projeta o Brasil, em comparação crítica ao governo anterior, expondo que o recrudescimento das relações internacionais impacta negativamente o país, conforme trecho a seguir:

> O Brasil será do tamanho que a gente quiser que ele seja. Se a gente pensar pequeno, se a gente pensar de forma medíocre, se a gente pensar muito, muito, muito pra baixo, esse país será o que foi nos últimos anos: um país que não tinha relação internacional; um presidente que não conversava com ninguém, porque ninguém queria recebê-lo lá e também ninguém queria vir aqui. Esse país ficou praticamente isolado do planeta Terra (Lula da Silva, 2023h).

No trecho anterior, Lula expõe seu entendimento da capacidade do Brasil em se projetar internacionalmente e do seu potencial em se expandir no cenário internacional. Esse potencial não é marcado somente pela crítica ao governo Bolsonaro, mas também por rememorar sua atuação na política externa durante seus dois primeiros mandatos, exposto pelo seguinte trecho:

> Porque por todas as crises que nós passamos, a gente percebe é que o Brasil sai da crise, que o Brasil pode crescer. A gente deu demonstrações de que o Brasil chegou a ser a 6ª economia do mundo. O Brasil chegou a ser protagonista internacional, em que pouca coisa se discutia na questão do clima. Nada se discutia sem ouvir o Brasil, embora muitas vezes não levasse a sério aquilo que o Brasil falava. (Lula da Silva, 2023p).

Na afirmação anterior, Lula se apresenta como um sujeito que conduziu o Brasil ao papel de protagonista internacional, expondo sua relevância perante a outros Estados na condução da política externa. Contudo, apresenta que “embora muitas vezes” os demais Estados não adotassem o pensamento brasileiro.

Isso posto, apresenta uma correlação enquanto papel protagonista brasileiro, e afirma que mesmo possuindo um protagonismo no cenário internacional, o país era negligenciado pelos Estados, denominado na seção anterior como *Estados Centrais*. Portanto, esse entendimento exime o Brasil da condução negativa que os Estados com status de protagonistas adotaram no que concerne às ações relacionadas às temáticas de governança global, sobretudo na emergência climática, esse

pensamento crítico fica evidenciado através do seguinte enunciado:

> Uma coisa muito importante que eu acho que precisa acontecer, é que a gente tem que ter uma governança global com mais autoridade, que outros países possam participar do conselho de segurança para que algumas decisões de ordem climática sejam tomadas ao nível internacional (Lula da Silva, 2023q)

Lula ainda apresenta o entendimento de que a governança global exige a discussão de temáticas que aflige todos os Estados e as medidas adotadas sejam cumpridas por todos, destacando a emergência climática, conforme exposto:

> Olha, nós temos uma questão básica que precisa ser discutida. Em algumas ocasiões, é preciso que tenha uma governança global capaz de tomar uma decisão e essa decisão ser cumprida por todos os países, sobretudo na questão climática (Lula da Silva, 2023r)

Ademais, ainda na percepção quanto ao nó *Dimensão Externa,* identificou-se um entendimento de que o Brasil ocupa papel relevante no que concerne à agenda ambiental, apontando uma posição privilegiada dentro da cadeia discursiva, vide trecho a seguir:

> E quando a natureza se revolta, é difícil controlar. E nós precisamos, a partir do Brasil, que é uma referência mundial hoje na questão do meio ambiente, na questão ecológica, na questão da transição energética, nós precisamos fazer disso uma coisa extremamente importante para que a gente atraia investimentos para que a gente ajude a desenvolver esses estados, porque o povo do Norte tem o direito de ter acesso às coisas materiais que tem os companheiros do Sul e tem os companheiros do Sudeste (Lula da Silva, 2024l).

Esse trecho expõe uma concentração de entendimentos que serão discutidos e elaborados ao longo deste capítulo, como a questão da transição energética, propriamente dita, mas também a questão da atração de investimentos e a noção de que o Brasil possui um protagonismo na agenda externa sobre a temática ambiental. Esta última ideia ficou denominada como Protagonismo Brasileiro - subnó de *Dimensão Externa.*

Esse pensamento de protagonismo do Brasil quanto à agenda ambiental pode ser percebido através do seguinte trecho, em que o Lula expõe o entendimento da posição brasileira:

> A Cúpula da Amazônia serviu para consolidar a integração do Brasil com a América do Sul e marcar o papel do país na

> liderança mundial de grandes discussões, como a preservação da Amazônia. E a transição energética passa pelo centro dos debates em todo o mundo, então tivemos a oportunidade de mostrar o protagonismo brasileiro na geração de energia limpa e renovável (Lula da Silva, 2023s)

Observa-se que no trecho, Lula apresenta não somente o protagonismo brasileiro na agenda ambiental, mas realiza um processo de expansão para a temática de produção energética, destacando a geração de energia limpa e renovável e correlaciona com a discussão global de transição energética.

O protagonismo brasileiro e a questão da produção energética caracterizada pela baixa emissão de carbono à atmosfera, são correlacionadas frequentemente, indicando ao Brasil uma posição privilegiada aos demais, conforme os enunciados:

> Quando vejo esse pessoal falar de hidrogênio verde, de energia solar, eólica, biomassa, hidrogênio verde, eu fico pensando: qual o país do mundo que pode competir com o Brasil? Qual é o país no mundo que tem condições de competir com o nosso país nesta questão da transição energética? (Lula da Silva, 2024m)

> Olha, eu não vim aos Estados Unidos para discutir a ajuda de 50, de 100, de 200, de 10 milhões de dólares. A discussão não é essa. A discussão é a seguinte: o Brasil é o maior potencial de transição ecológica que pode acontecer no Brasil. O Brasil tem energia limpa, mais do que qualquer país do mundo. O Brasil tem uma floresta extraordinária a preservar. O Brasil tem cinco biomas que nós queremos cuidar bem e, sobretudo, a questão da Amazônia, que todo mundo fala, é que a Amazônia é um território soberano no Brasil (Lula da Silva, 2023r).

Ao longo da análise pode ser verificado como o Brasil atua na questão da dimensão externa. Em momentos é perceptível como a questão da transição energética é oriunda de cooperação e em outros momentos como plataforma para criticar o arranjo internacional. Portanto, outras duas subclassificações foram realizadas no nó Política Externa, denominadas de *Cooperação* e *Reformulação do Sistema Internacional*.

A Cooperação apresenta um comportamento distinto quando abordado perante Estados Centrais e Estados Periféricos no Sistema Internacional, uma vez que os primeiros são parte de um entendimento antagônico pelo governo Lula III. Entretanto, o governo brasileiro dialoga com esse grupo e ainda apresenta qual comportamento esses devem ter com o Brasil, indicando sobretudo o dever de se investir no Brasil. Por sua vez, os Estados Periféricos são apresentados enquanto parceiros e devem

incorporar a questão ambiental e a transição energética como agenda comum. Essa tônica ditada pelo governo Lula quanto aos Estados Periféricos, pode ser compreendida através do seguinte trecho durante a cúpula do Mercosul:

> Não temos alternativa que não seja a união. Frente à crise climática, é preciso atuar coordenadamente na proteção de nossos biomas e na transição ecológica justa. Diante das guerras que trazem destruição, sofrimento e empobrecimento, cumpre falar da paz. Em um mundo cada vez mais pautado pela competição geopolítica, nossa opção regional deve ser a cooperação e a solidariedade. Face ao aumento do ódio, da intolerância e da mentira na política, é urgente renovar o compromisso histórico do Mercosul com o estado de direito (Lula da Silva, 2023t)

O comportamento ainda é reforçado após visita oficial de Lula à Bolívia, juntamente com o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

> Trouxe o ministro das Minas e Energia para discutir a questão dos minerais da Bolívia, do lítio, e também a questão da transição energética tão falada e propalada no mundo. Nunca se falou tanto em
> energia renovável no mundo, nunca se falou tanto em transição energética, nunca se falou tanto em hidrogênio verde como se fala agora (Lula da Silva, 2024n)

Por sua vez, a lógica empregada aos Estados que apresentam bons índices econômicos ou de caráter expansionista, como os produtores de petróleo do Golfo pérsico, o terceiro governo Lula compreende que esses devem contribuir com o financiamento de projetos voltados para a transição energética. Isso pode ser percebido pelo seguinte trecho:

> É por isso que nós fomos agora para Dubai. Fomos para a Arabia Saudita, fomos para o Catar. Cheio de projetos, cheio de amor para dar. Fomos para a Alemanha. Eu fiz a melhor reunião com a Alemanha desde que eu conheço a Alemanha, em 1980. E, depois de dois mandatos presidenciais, eu nunca vi tanto amor para dar ao Brasil. E nós temos que aproveitar essa possibilidade da transição energética e fazer desse país a maior potência de produção de energia renovável do planeta Terra (Lula da Silva, 2023u).

A compreensão de que a transição energética pode ser um caminho para as demandas do governo Lula III de *Reformulação do Sistema Internacional*, pode ser compreendida através de suas críticas, apontando que existe uma exclusão ou limitação da participação dos Estados aos mecanismos vigentes na política

internacional, como indicado:

> É inexplicável que mecanismos de financiamento, como o Fundo Global para o Meio Ambiente, que nasceu no Banco Mundial, reproduzam a lógica excludente das instituições de Bretton Woods (Lula da Silva, 2023q)

> Eu tenho dito: nós precisamos ter uma governança global muito forte. É por isso que eu reivindico a necessidade de mudar o Conselho de Segurança da ONU, colocando mais países e ao mesmo tempo tirar o direito de veto, para que você possa decidir uma coisa numa COP e cumprir aquela coisa (Lula da Silva, 2023o)

O segundo elemento que compõe a cadeia discursiva em prol da Transição Energética foi denominado Economia. A este, atribuiu-se o comportamento de utilização de recursos, não somente monetários, mas também voltados à construção de um pensamento de alocação estratégica desses recursos no terceiro governo Lula. A correlação entre a Transição Energética e o campo econômico pode ser observada ao ser considerada por Silveira (2024) como mutuamente benéfica: “A transição Energética não só traz benefícios ambientais, mas também econômicos”.

A questão econômica ainda é abordada ao se expor um pensamento de produção alinhada com a questão da natureza, o trecho a seguir representa esse entendimento, mas correlacionando com o contexto de COP 30 que foi realizada em 2025 em Belém, no estado do Pará:

> Gente que mostra que é possível conciliar a prosperidade econômica, bem-estar social e preservação ambiental. Gente que busca uma vida digna e que tem orgulho de sua identidade amazônida. E que vocês conhecerão daqui a dois anos, em Belém (Lula da Silva, 2023j).

O pensamento de um novo modelo de produção que preserve as capacidades ambientais e, ao mesmo tempo, prospecte o crescimento econômico pode ser compreendido no alinhamento das ações adotadas pelos ministros Marina Silva e Fernando Haddad ao elaborarem o Plano de Transformação Ecológica, que une esses dois objetivos. Esse entendimento fica exposto pelos seguintes trechos enunciados pela Ministra Marina Silva:

> Agora em seu terceiro mandato, em que sou ministra pela terceira vez, esses três eixos foram acrescidos a partir da sua diretriz de criar instrumentos econômicos para incentivar à bioeconomia e ao desenvolvimento sustentável. Com esse esforço de Vossa Excelência, já que conseguimos nos dez

> primeiros meses do seu governo reduzir 49,5% o desmatamento que estava em tendência de alta assustadora, evitando lançar na atmosfera 250 milhões de toneladas de CO^2. Se não fossem as suas medidas, teríamos um aumento do desmatamento de 54% e não uma queda de 49% no governo, nesses 10 meses (Silva, 2023c).
>
> Por último, Vossa Excelência tem no ministro da Fazenda o coordenador do Plano de Transformação Ecológica. Ou seja, a sua diretriz para proteger a floresta é mais do que comando e controle, é uma matriz de desenvolvimento sustentável em suas quatro dimensões: na dimensão ambiental, na dimensão social, na dimensão econômica e na dimensão cultural. O desenvolvimento sustentável que protege florestas está protegendo biodiversidade, está protegendo água, está protegendo cultura, está protegendo uma cosmovisão, está protegendo sobretudo o equilíbrio do planeta (Silva, 2023c).

O último enunciado de Marina Silva apresenta um caráter de preservação ambiental alinhado à questão do desenvolvimento econômico, porém traz um elemento precioso no que concerne a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Mouffe, a preservação da identidade. Portanto, a formulação desse pensamento econômico, pautado na preservação da plena identidade dos indivíduos afetados pelos desequilíbrios ambientais em prol do progresso, fica evidente no pronunciamento da ministra Marina Silva.

Dentre os programas desenvolvidos durante a primeira metade do terceiro governo Lula, destaca-se o Programa Mover, que visa reduzir a emissão de carbono do setor de transportes, o principal emissor desse gás no país. Esse programa operacionaliza a visão de desenvolvimento sustentável mencionada anteriormente, configurando uma proposta que também pode trazer ganhos econômicos ao Brasil, conforme exposto por Alckmin:

> O Mover vai ajudar o Brasil a cumprir seus compromissos com a descarbonização do planeta e com o enfrentamento às mudanças climáticas. Ele está alinhado ao nosso projeto de neoindustrialização, inovador, sustentável e exportador, e a outras medidas importantes do governo na direção de uma economia mais verde (Alckmin, 2023a).

Como exposto no trecho anterior, nota-se uma visão de rumo econômico que vai além dos pilares internos, expandindo-se para o comércio internacional. A perspectiva apresentada por Alckmin sobre o potencial das trocas comerciais entre os Estados, como potencial de ganho por intermédio de uma cadeia que visa à redução

das emissões de CO^2, pode ser observada em outra fala do vice-presidente ao expor a oportunidade de ampliação do comércio exterior e de atração de investimentos, conforme trecho:

> O Etanol, nós colocamos 27,5% na gasolina, podemos chegar a 30% de etanol na gasolina. E a neoindustrialização, uma indústria verde, uma indústria limpa, com inovação. O governo tá colocando juros de 2% ao ano para pesquisa, desenvolvimento, inovação e digitalização. Uma possibilidade grande na neoindustrialização. Enfim, inúmeras oportunidades de investimento, parceria e comércio exterior (Alckmin, 2023b).

Portanto, nota-se que esse modelo de desenvolvimento econômico reflete um processo de neoindustrialização, conciliando o crescimento do país com a baixa emissão de carbono por meio de uma matriz energética menos poluente.

Por sua vez, expõe-se ainda que um dos pilares de desenvolvimento econômico é a atração de investimentos, podendo ser correlacionado inclusive com o elemento de *Política Externa* ao apresentar projetos para a transição energética aos países de melhores índices econômicos.

Devido a sua recorrência, o elemento *Investimentos* também representa um importante ponto na formação da cadeia discursiva na questão de transição energética pela primeira metade do governo Lula III. Compreende-se como investimento a aplicação de recursos monetários com o objetivo de ter ganhos maiores futuramente.

A questão dos investimentos como elemento central para assegurar a transição energética fica evidente em fala promovida por Alexandre Silveira em evento destinado a prefeitos brasileiros ao expor o potencial do país no cenário internacional, indicando que os municípios podem se beneficiar e devem aproveitar essa oportunidade, conforme trecho:

> O Brasil possui recursos renováveis de alta qualidade, como o etanol, energia solar e eólica, que já são competitivos e impulsionam a oferta de energia limpa. E é nos municípios que temos o verdadeiro potencial para avançar nessa agenda e nos tornarmos exemplo para o mundo em geração de energia limpa e sustentável. Como gestores públicos, devemos buscar investimentos para impulsionar a transição energética e promover o desenvolvimento sustentável. A transição energética não só traz benefícios ambientais, mas também econômicos. Devemos aproveitar as oportunidades de crescimento e emprego que surgem dessa transformação (Silveira, 2023b).

O trecho anterior apresenta o investimento como caminho para impulsionar a transição energética. Portanto, ao analisar a origem desses investimentos, nota-se que uma predominância pela atração de Investimento Externo Direto (IED).

Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ApexBrasil (2026), a importância do IED vai além do financiamento externo, pois ele contribui para toda a cadeia econômica nacional ao promover melhores índices na balança de pagamentos, impulsionar a transferência tecnológica e gerar resultados a longo prazo. Assim, esse fluxo não atua somente na geração de emprego e renda, mas permite também o aumento da capacitação dos sujeitos envolvidos diretamente no processo (ApexBrasil, 2026).

A atração de investimentos para impulsionar a transição energética no Brasil pode ser constatada nos trechos a seguir, os quais apresentam acordos e parcerias firmados entre o governo brasileiro e outros Estados para promover o aporte de capital na infraestrutura nacional, conforme se observa pelos seguintes enunciados:

> Estamos criando um ambiente ainda mais propício para investimentos nos setores Mineral e Energético. Por isso, contamos com a experiência e parceria do Governo Americano. Desse diálogo, contem com nosso empenho e espero reciprocidade de efetivas parcerias entre nossas empresas para que possamos avançarmos na contribuição mútua mais uma vez digo na economia verde, onde o pilar principal é a transição energética justa e inclusiva que promoverá a proteção dos povos e a dignidade da nossa gente (Silveira, 2023c).

> Foi uma reunião muito produtiva em que pudemos confirmar esse importante investimento de R$ 500 bilhões até 2026. Isso mostra que as empresas estão voltando a investir no nosso país, confiando na política do presidente Lula, de priorizar a geração de emprego e renda por meio das potencialidades nacionais, sempre com frutos sociais para nossa população (Silveira, 2023d)

> A grande força motriz da economia do setor energético nacional é a sua pluralidade, com grande potencial na geração de energia limpa e renovável. Estamos trabalhando para fortalecer esta pluralidade para que se torne ainda mais vigorosa para atrair investimentos e equilibrar o desenvolvimento econômico com frutos sociais. É importante destacar a sinergia e diálogo permanente com o setor privado, para que a gente possa gerar emprego e renda para a nossa população e combater a desigualdade, que é o grande objetivo do nosso governo (Silveira, 2023d)

Esse último trecho apresenta um relevante objetivo do terceiro governo Lula: a geração de emprego e renda tem o intuito de combater a desigualdade. Além disso, o trecho ainda apresenta como a transição energética pode ser um caminho econômico para assegurar esse objetivo. Posto isso, esse entendimento pode ser percebido pela fala de Alexandre Silveira, durante evento do G20, ao anunciar que:

> A transição energética pode apresentar numerosos benefícios sociais, econômicos e ambientais, desde a mitigação das emissões de gases de efeito estufa até a melhoria do acesso à energia e das condições de vida da população (Silveira, 2024a)

Embora os primeiros elementos que sustentem a posição privilegiada da transição energética no discurso da primeira metade do terceiro governo Lula sejam assegurados na política externa, economia e atração de investimentos, a questão da preservação ambiental também é relevante na articulação entre esses elementos.

O Elemento *Preservação Ambiental*, compreende a manutenção dos ecossistemas a partir de sua proteção, estando alinhado a interesses de produção que não gerem um desequilíbrio ecológico. Uma vez que essa medida é considerada relevante devido ao compromisso firmado pelo Brasil, sob gestão do governo Lula III, de alcançar a meta de desmatamento zero até 2030.

A meta estipulada pelo Estado do Brasil perante a comunidade internacional estabelece a questão da preservação ambiental, mas correlaciona com o pilar econômico, indicando de que não há necessidade em abrir mão da preservação ambiental em detrimento de produção ou de se assegurar bons índices econômicos, conforme exposto:

> Mantemos o firme compromisso de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030. Já conseguimos reduzi-lo em quase 50% nos 10 primeiros meses deste ano, o que evitou a emissão de 250 milhões de toneladas de carbono na atmosfera. Mas muitos países do Sul Global não terão condições de implementar suas NDCs, nem de assumir metas mais ambiciosas. Os mais vulneráveis não podem ter que escolher entre combater a mudança do clima e combater a pobreza. Terão que fazer ambos (Lula da Silva, 2023m)

O prazo estabelecido para se atingir o marco zero de desmatamento está atrelado ainda com a finalização de outro plano a ser cumprido pelo terceiro governo Lula, o programa Rota 2030, em que se estabeleceram metas para se cumprir esse objetivo. Um dos principais compromissos assumidos está a questão da eletrificação

dos veículos, buscando a redução no setor de transportes do índice de emissão de gás carbônico, conforme exposto pelo MDIC:

> O Rota 2030 estabeleceu que todos os veículos comercializados no país deveriam participar do programa de Rotulagem Veicular, com requisitos de segurança e de eficiência energética que levam em consideração as emissões "do tanque à roda". Agora, a eficiência energética será medida também pelo sistema "do poço à roda" e haverá exigência de material reciclado na fabricação dos veículos, com índice mínimo ainda não definido, mas que deverá ficar acima de 50%. Outra novidade é que a partir de 2027 haverá medição da pegada completa de carbono dos veículos vendidos no Brasil, numa classificação conhecida como "do berço ao túmulo" (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, 2024)

A preservação ambiental alinhada com o desenvolvimento econômico de modo que não haja entendimento de competitividade entre ambas, fica exposta no seguinte trecho:

> Nós somos um país em que nós não precisamos derrubar mais uma árvore para aumentar nossa produção até pra ser dobrada. Eu acho que aqui vocês vão ter que algum momento discutir como é que a gente vai recuperar as terras degradadas deste país, para que a gente possa preservar o que tem que ser preservado e produzir o que a gente tem que produzir. Não é necessário nem queimada (Lula da Silva, 2023p).

Além disso, ainda na correlação econômica, pode ser verificado o entendimento que assegurar a preservação ambiental agregar maior valor aos produtos brasileiros no comércio internacional, conforme fala Lula:

> E, hoje, o PT é um partido que tem essa questão do clima como uma das suas prioridades, sabe, porque o Brasil não só pela quantidade de floresta que tem, pela sua capacidade de produção agrícola, nós temos que ter mais ter uma produção agrícola de baixo carbono. É rentável, não é para o presidente Lula, é rentável para o produtor, é rentável para aquele que plantou, colheu e quer exportar. Porque isso agora passa a ser um valor agregado na relação comercial de Brasil com o mundo (Lula da Silva, 2023j)

Outro fator relevante nessa análise é a questão de que Lula aponta que seu partido, o Partido dos Trabalhadores tem como prioridade a questão ambiental. Isso pode ser compreendido como um elemento de identidade peculiar a seu partido. Além do mais, no mesmo trecho Lula expõe que esse entendimento de preservação não é

um benefício a si próprio, mas ao produtor rural.

O entendimento de que a preservação ambiental é uma fonte de riqueza pode ser percebido em outros enunciados, como exposto por Lula:

> Ou seja, nós no Brasil não queremos que a floresta seja transformada num santuário da humanidade. O que nós queremos é explorar a riqueza da biodiversidade da floresta para ver se a gente pode fazer com crescimento na indústria de fármacos, na indústria de cosméticos, para gerar empregos mais qualificados para as pessoas que moram nessa região. E vale pra toda a Amazônia, mas nós temos mais biomas. Nós temos o Pantanal, que nós temos que cuidar; nós temos o Cerrado, nós temos a Caatinga, nós temos a Mata Atlântica. Tudo são áreas importantes que a gente vai ter que criar e cuidar com muito carinho porque disso depende o bom equilíbrio da temperatura da Terra. (Lula da Silva, 2023v)

Nesse trecho do pronunciamento do presidente Lula, fica evidente o seu posicionamento no que concerne às florestas, ao argumentar que não busca a preservação enquanto santuário ambiental, mas sim como uma fonte de geração de riqueza. Além do mais, Lula ainda aponta que os setores industriais podem ganhar com esse modelo e, consequentemente, gerar emprego e renda para os sujeitos que residem nessas localidades.

Portanto, a preservação ambiental representa um indicativo de que a sua continuidade não somente garante a sobrevivência humana, mas também se alinha ao entendimento de que a natureza pode contribuir para o desenvolvimento econômico, gerando maiores ganhos.

Outro elemento que compõe ainda a cadeia discursiva em torno do significante de transição energética é o elemento denominado *Produção Energética*. Compreende-se o elemento como a cadeia de transmissão de energia da matriz até sua distribuição ao consumidor.

Ao observarmos a frequência quanto à matriz energética, identifica-se uma leve predominância do hidrogênio verde durante a primeira metade do terceiro governo Lula, mas mantendo-se uma dinâmica diversificada no que concerne à produção de energia por fontes renováveis. Esse entendimento da pluralidade contrapõe-se ao cenário do início dos anos 2000, quando a concentração em uma única fonte gerou a Crise do Apagão. Nos materiais analisados, a multiplicidade de fontes é apresentada como o verdadeiro potencial brasileiro para produzir energia de qualidade e com baixa emissão de carbono.

A diversidade da produção energética por meio de fontes renováveis também está atrelada ao potencial de desenvolvimento brasileiro no campo econômico. A recorrência maior do hidrogênio verde, pode ser compreendida em virtude da sua comercialização, como exposto por Lula em trecho a seguir:

> Não é uma, são várias! Desde o etanol, do biodiesel, da energia hídrica, da (energia) solar, da biomassa, da eólica. Nós temos muita, mas muita possibilidade. Agora surge o hidrogênio verde, que só se fala nisso no Nordeste, ou seja, Deus queira que a gente consiga colocar em prática logo, para que a gente possa mais uma vez, se a gente puder, vender energia. Porque aí o hidrogênio a gente pode exportar, se a gente quiser. E tem muito mercado! (Lula da Silva, 2023p)

Sobre a percepção da produção energética enquanto uma perspectiva de mercado, em outro enunciado o vice-presidente, Geraldo Alckmin, expõe os subprodutos que surgem na cadeia de produção do Biodiesel:

> O biodiesel agrega valor, gera emprego, produz ração, produto médico, glicerina. Uma série de produtos dessa grande indústria. Além de tornar o diesel menos poluente, salvar o meio ambiente e a saúde (Alckmin, 2023c)

Para Alckmin, as possibilidades estão para além da emergência climática e os impactos na saúde, mas relacionada também ao aumento da renda da população ao gerar emprego e fortalecer a indústria nacional.

Outrossim, apresenta-se ainda a questão da produção energética como recurso estratégico para além das atividades domésticas e civis, compreendendo a sua relevância para o setor industrial que demanda uma alta quantidade de energia para a realização de suas atividades. A relevância da questão energética para o setor produtivo pode ser identificada pelo seguinte trecho:

> Com energia limpa, e pensando estrategicamente na sustentabilidade, daremos impulso a uma nova fase de industrialização do país, que irá reverter a crise vivida por este setor, tão negligenciado nos últimos anos (Lula da Silva, 2023w).

Nessa perspectiva, aborda-se a questão de produção energética por uma matriz de baixa emissão de carbono como um elemento que propicia o desenvolvimento da política industrial do país. Ainda nesse trecho, expõe-se que esse setor foi negligenciado nos últimos anos, de modo que para reverter esse cenário, a transição energética atua como ferramenta estratégica.

O aumento da oferta de energia no Brasil, especialmente com o hidrogênio

verde, atende a dois grandes objetivos: impulsionar as exportações no comércio internacional e atrair novas indústrias para o país, uma vez que essa fonte é passível de ser comercializada pelos Estados, conforme exposto:

> E mais ainda, esse país vai ser o maior polo produtor de hidrogênio verde do mundo. E nós não queremos produzir hidrogênio para vender só. Nós queremos ser o grande produtor de hidrogênio para que as indústrias venham produzir aqui no Brasil os seus produtos verdes (Lula da Silva, 2024g)

No que concerne à Petrobras enquanto uma empresa estratégica para o Estado no setor energético, fica evidente a sua relevância ao financiar pesquisas voltadas à transição energética, sobretudo a sua capacidade de atuar na produção de hidrogênio verde:

> Então eu queria dizer para vocês que eu fico muito gratificado de ver que a Petrobras não voltou apenas a produzir mais petróleo, a refinar mais petróleo. A Petrobras não voltou a fazer investimento apenas em energia elétrica, energia eólica, biodiesel verde, hidrogênio verde, amarelo, azul, qualquer coisa. Ela voltou a investir em uma energia que é, possivelmente, uma energia revolucionária, que é uma energia formadora de consciência política da sociedade brasileira. Ela voltou a investir em cultura. Esse é o dado extraordinário que eu estou vivendo hoje aqui (Lula da Silva, 2024o).

Ainda convém expor, sobre a produção energética, em prol da transição energética, o seu potencial em gerar empregos e aumentar a renda da população, conforme seguinte trecho:

> A estimativa de injeção é de R$ 3,2 trilhões em nossas áreas de atuação, em petróleo, gás e biocombustíveis, nas linhas de transmissão, na geração de energia, na produção de combustíveis e na nova indústria verde. É isso que torna a nossa transição energética mais justa e mais inclusiva. Isso é criação de emprego e renda, é ênfase numa indústria competitiva, é incentivo às novas tecnologias energéticas, isso é combate à pobreza energética (Silveira, 2024b).

Esse trecho torna-se bastante elucidativo ao correlacionar a produção de energia, tanto quanto fornecimento de uma política pública para a sociedade quanto a cadeia produtiva, além de correlacionar com o elemento de investimento e economia.

A correlação da produção energética com a garantia de geração de emprego e renda, sobretudo por intermédio de um processo de revitalização industrial do país,

propicia a discussão dos dois elementos de maior recorrência nesta pesquisa, denominados *Emprego e Renda* e *Industrialização*. Nessa perspectiva, considerando esses eixos e sua correlação com a política de transição energética adotada durante a primeira metade do terceiro governo Lula, faz-se necessário compreender como esses dois elementos são concebidos dentro do discurso.

A importância da geração de empregos para o terceiro governo Lula está atrelada para além das questões econômicas, sendo o emprego e a renda uma forma de preservação da identidade dos sujeitos. A relevância do emprego enquanto identidade dos indivíduos, pode ser verificada através do seguinte trecho:

> Esse país precisa gerar empregos, porque a coisa mais dignificante para um ser humano, homem ou mulher, é ele ter um emprego. E com esse emprego, ele todo dia levantar e trabalhar e voltar pra casa todo dia pra cuidar da sua família; e no final do mês, com o seu salário, ele poder sair com a sua família, ou se ela for mulher, que seja chefe da família, sair com a sua família também e comprar aquilo que ela quer comprar pros seus filhos, aquilo que ela dar para seu marido ou o seu marido dar pra sua mulher (Lula da Silva, 2023h)

Além disso, observa-se no trecho anterior que a questão do emprego e, por conseguinte, o aumento da renda suprem uma demanda interna de cada sujeito em adquirir os bens que deseja. Portanto, assegurar o emprego também é apresentado como uma necessidade de garantir ao indivíduo que seus desejos sejam atendidos. Essa relação vai além de cumprir um anseio interno, estabelece uma relação familiar de cuidado e afeto ao expor a compra de itens para os membros da família.

A correlação entre a geração de emprego e renda e uma política que visa um menor impacto ambiental, é compreendida no seguinte trecho:

> Outra defesa que fazemos na visão do desenvolvimento, inclusive o sustentável, é a de gerar oportunidades de trabalho decentes. Então, o Ministério da Fazenda vem gerando condições para uma economia mais favorável, sustentável e próspera. E é nesse sentido que a transformação ecológica emerge (Haddad, 2024)

Nesse trecho fica apresentado que a preservação ambiental irá assegurar empregos e oportunidades melhores de trabalho, de modo que propicia um desenvolvimento econômico. A afirmação enunciada por Haddad é corroborada com que vocaliza Lula da Silva (2023) no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), afirmando que "não há como pensar em qualquer forma de

crescimento econômico e em qualquer forma de geração de riqueza que não seja de forma verde e sustentável".

Ao promover o entendimento de que a renda da população deve aumentar por meio de empregos de qualidade, gerados por um crescimento econômico pautado na sustentabilidade ambiental, Lula indica que isso é benéfico ao Brasil por garantir uma economia circular e o combate à desigualdade. Essa disparidade, conforme exposto, desencadeia uma série de ações que violam a dignidade humana e, por conseguinte, a identidade do indivíduo, como se observa no trecho a seguir:

> Eu digo sempre o seguinte: o dinheiro de uma nação, ele tem que circular na mão de todos. Dinheiro não pode ficar centrado num banco ou na mão de meia dúzia. Quanto mais o dinheiro circular, mais a economia vai crescer, mais emprego vai gerar, mais consumo vai ter. Na última reunião do ministério eu disse aos meus ministros: "Vamos gravar uma coisa na nossa cabeça. Muito dinheiro na mão de poucos é concentração de riqueza, é miséria espalhada na rua, é desemprego, é prostituição, é desnutrição, é mortalidade infantil. Agora, pouco dinheiro na mão de muitos é o inverso. Significa progresso, significa distribuição de riqueza, significa consumo, significa geração de emprego, significa melhorar a vida de todo mundo". Nós já provamos isso uma vez (Lula da Silva, 2023x)

Portanto, expõe-se o entendimento do terceiro governo Lula de que emprego e renda propiciam o consumo e a circulação monetária, o que, por conseguinte, combate à desigualdade, representando a sua visão de progresso.

Para assegurar o consumo, visto como o entendimento de progresso para o país, e garante o atendimento às demandas internas dos indivíduos, a indústria desempenha um papel relevante, pois possui alta capacidade de gerar empregos e de produzir bens de consumo, como exposto por Lula:

> Precisamos, enfim, voltar a crescer. A gerar empregos em massa e distribuir riqueza entre a população. E isso passa, sem dúvida alguma, por uma retomada de nossa indústria, mas em novas bases: uma indústria mais limpa, mais intensiva em tecnologia e com baixa emissão de carbono (Lula da Silva, 2023y)

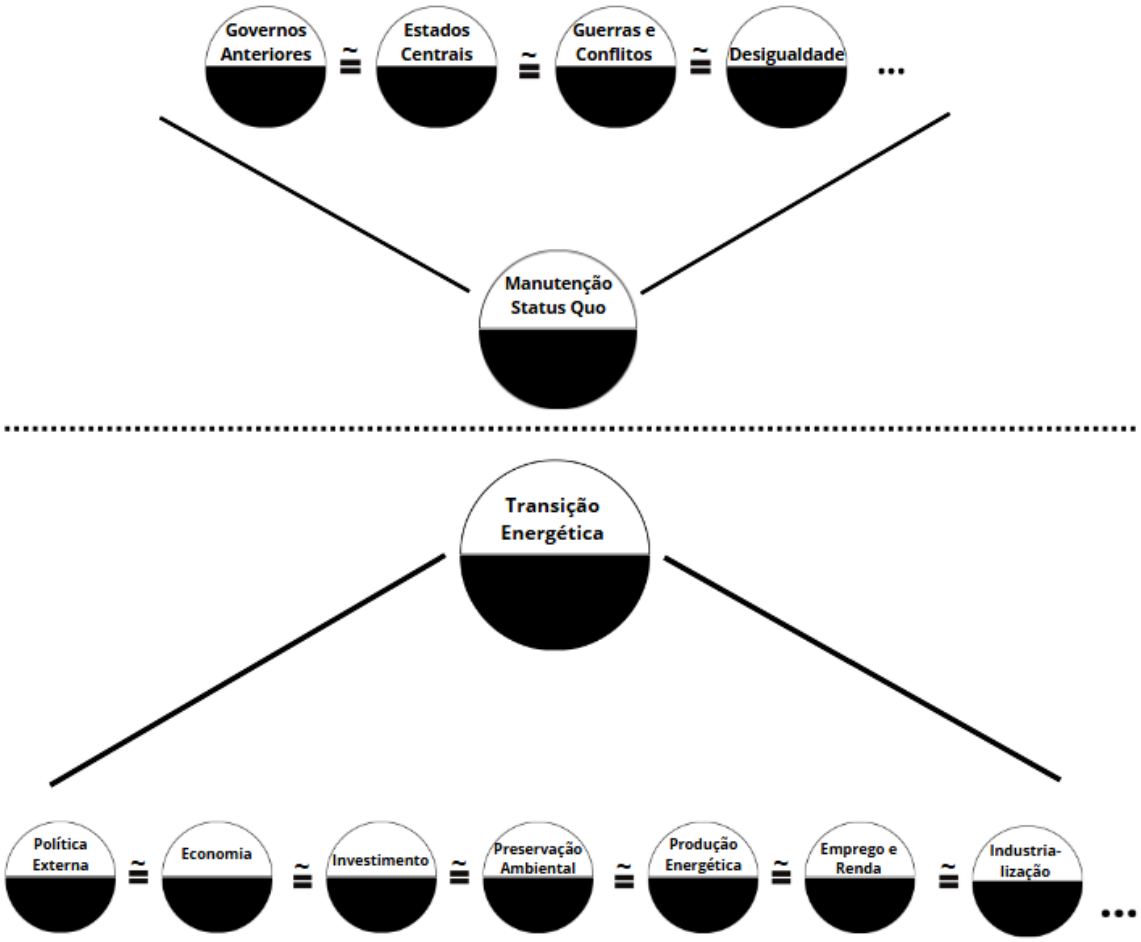
Ao promover a transição energética, compreende-se de que as indústrias seriam beneficiadas pois propiciaria um desenvolvimento desse setor, classificado pelo presidente Lula como "revolução" para o país, conforme seguinte enunciado:

> O Brasil tem tudo para que a gente tire proveito do momento histórico que estamos vivendo. Para que a gente possa,

> definitivamente, nessa transição energética, a gente fazer a nossa revolução industrial e oferecer oportunidades aos outros que queiram investir aqui (Lula da Silva, 2023z)

Assim, apresentada a cadeia discursiva em torno do significante 'transição energética' e dos elementos que a compõem, compreende-se, por meio da seguinte representação, como se estruturam a formação discursiva e os seus elementos de antagonismo, conforme figura a seguir:

Figura 12. Representação da transição energética no discurso da primeira metade do terceiro governo Lula



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Laclau (2005) e material analisado sobre a primeira metade do terceiro governo Lula.

Nesse sentido, infere-se que os elementos constituintes da cadeia em prol da transição energética atuam para combater o antagonismo proposto, visto que a existência desse fenômeno gera uma ameaça direta à identidade. Portanto, para o

terceiro governo Lula, o combate ao chamado *Status Quo*, enquanto fenômeno antagônico, e a articulação dos elementos dessa cadeia pressupõem uma ação coordenada entre *política externa, economia, investimentos, preservação ambiental, produção energética, emprego, renda e indústria*.

Desse modo, ao atuar no campo da política externa, o governo promove uma mobilização dos Estados centrais na arena internacional. Essa atuação expõe críticas ao direcionamento de recursos para conflitos e guerras, indicando que a prioridade ideal deveria ser a preservação ambiental, por se tratar de uma temática de interesse comum a todos os atores do Sistema Internacional.

Sob essa perspectiva, os Estados devem se mobilizar para alocar recursos e garantir investimentos em projetos de proteção ambiental. Esses empreendimentos correlacionam-se diretamente à cadeia produtiva dos setores energético e industrial, o que assegura emprego e renda aos indivíduos, mitigando a desigualdade histórica perpetuada por governos anteriores.

Por fim, indica-se que a transição energética não representa somente uma oportunidade de enfrentamento à emergência climática contemporânea, mas também um investimento tecnológico na cadeia produtiva nacional ao garantir a expansão do projeto industrial, defendido veementemente durante a primeira metade do terceiro governo Lula. Essa proposta política de reindustrialização alinha a preservação ambiental ao fortalecimento do consumo, consolidando a economia interna e o posicionamento do Brasil na comunidade internacional como uma potência econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado posto, essa dissertação teve como objetivo compreender o discurso do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a transição energética no Brasil. Em virtude da recorrência de enunciados apresentados pelo terceiro governo Lula, nota-se que essa temática ocupa uma posição de destaque dentro da primeira metade do terceiro governo Lula.

Desse modo, considerando os compromissos anunciados por Lula, ao expor que o Brasil seria líder mundial na transição energética, e a recorrência dessa afirmação em face de ações iniciais que se apresentam como contraditórias ao compromisso firmado, a pesquisa buscou compreender como o terceiro governo Lula estruturam o discurso sobre a condução da política energética no país, a nível ontológico.

A pesquisa analisou o discurso do terceiro governo Lula sob a perspectiva teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com recorte temporal compreendido entre a posse e a promulgação do Programa de Aceleração de Transição Energética (PATEN). Para isso, foram examinados os pronunciamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

No primeiro capítulo, foram apresentados as bases teóricas e norteadoras da pesquisa, bem como a apresentação das etapas metodológicas adotadas que propiciaram alcançar os resultados obtidos pela análise. Além do mais, neste capítulo ocorre o detalhamento dos materiais utilizados, assim como as ferramentas que permitiram a análise.

No segundo capítulo, expõe-se a evolução da matriz energética brasileira, demonstrando como as ações políticas adotadas permitiram a consolidação do seu perfil atual. Identificou-se que as fontes energéticas nacionais foram desenvolvidas, frequentemente, em momentos de parceria e cooperação com outros Estados, a exemplo do acordo de produção nuclear firmado entre Brasil e Alemanha. Por outro lado, verifica-se que a influência internacional impulsionou inclusive o desenvolvimento de fontes associadas à soberania nacional, como no caso da criação da Petrobras; após intensos debates entre os chamados 'nacionalistas' e 'entreguistas', a estatal foi fundada com o intuito de garantir a autonomia do país.

Ainda neste capítulo, analisou-se o panorama da produção energética

brasileira, que apresenta um relativo equilíbrio entre fontes renováveis e não renováveis, com uma leve predominância das últimas. A matriz não renovável é marcada sobretudo pelo peso do petróleo, ao contrário da renovável, que se caracteriza por uma maior diversidade de fontes. Ademais, evidencia-se um crescimento constante da demanda no país, o que permite inferir uma tendência de alta no consumo e, consequentemente, a necessidade de expansão da capacidade produtiva. No que concerne ainda ao consumo, o panorama indica que os setores de transportes e de indústria são os maiores consumidores.

O capítulo dois, na última seção, reforça a relevância da conjuntura internacional para o desenvolvimento da matriz energética ao apresentar a discussão sobre a necessidade de uma produção energética com baixa emissão de carbono. Desse modo, propicia o desenvolvimento da discussão sobre a temática da transição energética, em virtude da emergência climática que demanda maiores coordenações entre os Estados sobre essa crise.

No terceiro capítulo, desenvolve-se a análise de como a temática da transição energética foi incorporada por Lula, desde a campanha eleitoral até a promulgação do PATEN. Inicialmente, reconstrói-se o contexto da campanha e a forma como o governo de Jair Bolsonaro compreendia o tema. Para Bolsonaro, a produção energética por meio de fontes não renováveis deveria ser expandida sem modificações na estrutura vigente, indicando a manutenção do perfil energético do país. Por sua vez, enquanto candidato, Lula apresentou a transição energética não apenas como um pilar para a preservação ambiental, mas também como ferramenta de fomento à cadeia produtiva nacional, posicionando a questão energética como um fator determinante para o futuro do Brasil.

O capítulo também traça o perfil dos pronunciamentos realizados desde a posse até a promulgação do PATEN. A pesquisa permitiu identificar que a agenda externa foi a ênfase temática de maior recorrência, o que é corroborado pelo perfil do público-alvo majoritário: as autoridades internacionais. Além disso, constatou-se que o presidente Lula é o principal vocalizador dos discursos sobre transição energética. Outra evidência encontrada aponta que a agenda energética apresentou um crescimento no ano de 2023, seguido por uma retração em 2024. Por fim, são apresentados os principais dispositivos legais promulgados para a política energética do país, observando-se uma produção prioritariamente voltada para fontes renováveis.

O capítulo quatro, por sua vez, concentra os principais resultados obtidos pela pesquisa. Nele, evidenciam-se os objetivos centrais do terceiro governo Lula, bem como as equivalências e os antagonismos que compõem a cadeia da transição energética, detalhando os elementos que se articulam em torno do seu significante maior.

No que concerne a cadeia antagônica sobre a transição energética foram identificados os elementos antagônicos Governos Anteriores, Estados Centrais, Guerras e Conflitos, e Desigualdade. Inicialmente, compreendido como distintos, para o terceiro governo Lula, durante a primeira metade, esses elementos são articulados ao se compreender que os governos anteriores, sobretudo o governo Bolsonaro, provocaram um retrocesso ao país, tanto nos aspectos econômicos, ambientais e na política externa. Adota-se o entendimento de que esses elementos se articulam em prol de um denominado *Status Quo*, que consiste no sistema imperialista clássico, mas que os mecanismos de dominação ocorrem por mecanismos sutis, como a dependência financeira.

Nesse campo internacional, os Estados considerados de maiores índices de desenvolvimento e também com posições privilegiadas no Sistema Internacional, são sujeitos que promovem desequilíbrios, uma vez que são apresentados pelo terceiro governo Lula como impeditivos para o desenvolvimento de uma agenda climática que atue nas necessidades do planeta, além de fomentar ainda os conflitos bélicos existentes e o agravamento da desigualdade.

Além do mais, expõe-se que esses Estados são os maiores causadores da crise climática vivenciada nos tempos atuais, uma vez que esses foram os pioneiros no processo de industrialização e assim responsáveis pela alta quantidade de gás carbônico emitido na atmosfera, provocando assim o aumento da temperatura média global.

Por sua vez, compreende-se que os conflitos beligerantes presentes no contexto atual, como a guerra no território ucraniano, impedem que os esforços dos Estados sejam direcionados à questão climática. De modo que os Estados alocam recursos para a manutenção desses conflitos ao invés de priorizar as medidas que visam a mitigação da crise climática.

Ainda na cadeia antagônica, as desigualdades são identificadas ao privar os Estados que sofreram com processo de colonização e tiveram suas riquezas expropriadas são os principais impactados pela emergência climática. De modo que

esses têm maior parte do seu orçamento comprometido, além de serem os mais vulneráveis às catástrofes climáticas, assim agravando a desigualdade econômica.

No que concerne à cadeia discursiva, expõe-se que a transição energética é um significante de maior destaque ao articular os elementos denominados Política Externa, Economia, Investimentos, Preservação Ambiental, Emprego e Renda, e Industrialização.

A política externa no terceiro mandato de Lula é apresentada como um instrumento de cobrança do Brasil aos países desenvolvidos, exigindo o financiamento de mecanismos de mitigação climática, incluindo a transição energética, sob o argumento de que estes devem ser responsabilizados historicamente. Além disso, a inserção internacional do país é retratada como uma oportunidade de protagonismo na agenda climática, posicionando o Brasil como um garantidor da preservação ambiental global.

Outrossim, o discurso do governo Lula III resgata os avanços alcançados durante os seus dois primeiros mandatos, apontando que o país ostentava melhores indicadores socioambientais no passado. Ao mesmo passo, argumenta-se que as potências que historicamente lideraram o cenário internacional negligenciaram os alertas brasileiros sobre as mudanças climáticas. Desse modo, embora o discurso reforce que o Brasil ocupou uma posição de destaque, ele exime o país da responsabilidade pelas crises e falhas na condução da governança global.

Por sua vez, a dimensão econômica indica como a transição energética pode ser representada como um fator de grande vantagem para o país, não apenas no que concerne aos recursos financeiros, mas também à lógica de alocação desses investimentos. A economia é retratada como um elemento que deve estar intrinsecamente alinhado à preservação ambiental.

O investimento, por sua vez, é apresentado como uma estratégia central de captação de recursos para a viabilização da transição energética e de projetos voltados à redução de carbono na atmosfera. Identifica-se uma clara priorização na busca pelo Investimento Externo Direto (IED), com a finalidade de direcionar esses aportes para a modernização e melhoria da infraestrutura brasileira.

Destaca-se também o componente da preservação ambiental, a partir do entendimento de que é possível garantir a sustentabilidade ecológica sem abdicar do desenvolvimento econômico. Desse modo, defende-se um modelo de progresso que seja pautado pelo respeito à natureza. Ademais, o discurso aponta que a conservação

ambiental é capaz de gerar retornos ainda maiores por meio da exploração sustentável dos próprios recursos naturais.

Os elementos Emprego e Renda, Industrialização e Produção Energética são expostos de modo correlacionado, uma vez que, para o terceiro governo Lula, a superação da dependência econômica em relação aos países historicamente desenvolvidos ocorre por meio do fortalecimento da cadeia produtiva, sobretudo no setor industrial.

A indústria, que figura como um dos principais consumidores de energia no Brasil, demandará maior insumo energético ao se expandir; logo, o desenvolvimento de novas fontes, majoritariamente renováveis, surge da necessidade de assegurar esse crescimento. Para o governo, a expansão industrial promove a geração de empregos de qualidade e assegura a renda dos cidadãos, ampliando o poder de compra da população e, consequentemente, movimentando a economia nacional, mas também reduzindo a desigualdade.

Como um dos pilares do processo de reindustrialização brasileira, destacam-se as indústrias voltadas à produção de veículos elétricos, viabilizando a transição energética no setor de transportes que, somado ao industrial, lidera o consumo de energia no país.

Ademais, expõe-se que a produção energética é apresentada não apenas como um vetor privilegiado para garantir o desenvolvimento da indústria e da infraestrutura brasileiras, mas também como um produto comercializável. É o caso do hidrogênio verde, apontado como um mecanismo estratégico para fortalecer a inserção do Brasil no comércio internacional.

Portanto, a pesquisa comprova a hipótese suscitada ao expor que a transição energética é um elemento que atua na promoção dos interesses do terceiro governo Lula, uma vez que por intermédio desta serão alcançados o aumento nos índices econômicos brasileiros, assegura a preservação ambiental, além de ser um mecanismo para o Brasil ocupar novamente as posições de privilégio no cenário internacional, uma vez que os governos anteriores, fizeram um processo de retração do país a nível internacional.

A presente pesquisa possibilitou identificar os objetivos do terceiro governo Lula, bem como as estratégias mobilizadas para alcançá-los. Por fim, cabe destacar as oportunidades para trabalhos futuros que podem ser desenvolvidos a partir deste estudo, especialmente devido ao expressivo volume de dados reunidos sobre essa

conjuntura recente. Indica-se a possibilidade de realizar uma análise incremental do terceiro governo Lula, expandindo a investigação para além do recorte temporal do PATEN. Além disso, sugerem-se pesquisas aprofundadas sobre as dimensões específicas aqui identificadas, tais como as articulações de interesses na Política Externa ou os impactos na cadeia produtiva brasileira, a exemplo da agenda de reindustrialização. Desse modo, este trabalho pretende colaborar com o avanço de novos estudos, contribuindo para o fortalecimento do campo científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil poderá integrar grupo de produtores e exportadores de petróleo**. Agência Brasil, Brasília, DF, 30 nov. 2023. Economia. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/brasil-podera-integrar-grupo-de-produtores-e-exportadores-de-petroleo. Acesso em: 5 jul. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Chuvas obrigam quase 8 mil pessoas a deixarem suas casas no RS**. Agência Brasil, Brasília, DF, 2025. Geral. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-06/chuvas-obrigam-quase-8-mil-pessoas-deixarem-suas-casas-no-rs. Acesso em: 5 jul. 2026.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (ApexBrasil). **O que é IED?** Brasília, DF: ApexBrasil, 2026. Disponível em: https://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied. Acesso em: 1 jul. 2026.

ALCKMIN, Geraldo. **Mover: novo programa amplia ações para mobilidade verde e descarbonização**. Brasília, DF: Presidência da República, 30 dez. 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/mover-novo-programa-amplia-acoes-para-mobilidade-verde-e-descarbonizacao. Acesso em: 5 jul. 2026.

ALCKMIN, Geraldo. **Pronunciamento do Presidente em exercício, Geraldo Alckmin, em cerimônia de apresentação do Novo PAC ao corpo diplomático**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-em-exercicio-geraldo-alckmin-em-cerimonia-de-apresentacao-do-novo-pac-ao-corpo-diplomatico. Acesso em: 5 jul. 2026.

ALCKMIN, Geraldo. **No RS, Alckmin celebra avanços no uso de combustíveis limpos no Brasil**. Brasília, DF: MDIC, 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/alexandre-silveira-anuncia-plano-de-investimentos-em-transmissao-de-energia-1. Acesso em: 5 jul. 2026.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de et al. Energia e Sustentabilidade. 2022. In: PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa; SANTOS, Reinaldo Pacheco (org.). **Sociedade, tecnologia e meio ambiente: avanços, retrocessos e novas perspectivas**. Guarujá: Editora Científica Digital, 2022. v. 2, cap. 15, p. 201 - 210. DOI: 10.37885/978-65-5360-053-9. Disponível em: https://www.editoracientifica.org. Acesso em: 10 abr. 2026.

ANAC. Agência Nacional de Aviação Civil. Produção e uso de combustível sustentável de aviação (SAF) vai a sanção presidencial. **Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)**, Brasília, DF, 11 set. 2024. Notícias. Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2024/producao-e-uso-de-combustivel-sustentavel-de-aviacao-saf-vai-a-sancao-presidencial. Acesso em: 5 jul. 2026.

ANP. AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. **Boletins ANP,** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletins/arquivos-bmppgn/2022/encarte-e-boletim-dezembro-2022.pdf. Acesso em 09 de março de 2025.

AXIA ENERGIA. **A Empresa**: história, missão e valores. Rio de Janeiro, c2025. Disponível em: https://axia.com.br/sobre/a-empresa. Acesso em: 5 jul. 2026.

BARBETTA, Pedro Alberto. ***Estatística aplicada às ciências sociais***. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

BRASIL. Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. **Dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1953. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=2004&ano=1953&ato=5dfMTRE1kMFRVT5e6. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. **Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS"**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004**. Autoriza o Poder Executivo a promover a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.847.htm.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 e biodiversidade**. Brasília: MMA, 2006. 12 p. (Caderno de Debates, 9). Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. decreto n° 10.087, de 5 de novembro de 2019. **Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10087.htm#art1. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. decreto n° 11.628, de 04 de novembro de 2019. **Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm. Acesso em: 14 maio 2024.

Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Transição energética**: a mudança de energia que o planeta precisa. Brasília: MME, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/transicao-energetica-a-mudanca-de-energia-que-o-planeta-precisa. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Alexandre Silveira assume Ministério de Minas e Energia e anuncia Secretaria Nacional de Transição Energética**. Brasília: MME, 2 jan. 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/alexandre-silveira-assume-ministerio-de-minas-e-energia-e-anuncia-secretaria-nacional-de-transicao-energetica. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. Brasília, DF: Presidência da República, 2023c. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.629, de 4 de agosto de 2023**. Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, o Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, e o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010. Brasília, DF: Presidência da República, 2023d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11629.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. Brasília, DF: Presidência da República, 2023e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.835, de 20 de dezembro de 2023**. Altera o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o Decreto nº 10.707, de 28 de maio de 2021, para dispor sobre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Brasília, DF: Presidência da República, 2023f. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11835.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia; EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2034**. Brasília: MME/EPE, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/brasil-lider-mundial-na-transicao-energetica/gestao/plano-decenal-de-energia-2034. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Nova Indústria Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/nova-industria-brasil. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). **Nova Indústria Brasil: plano de ação 2024-2026**. Brasília, DF: MDIC/CNDI, 2024c. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao-2024-2026-1.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.084, de 28 de junho de 2024**. Institui o Programa Energia Limpa no Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2024d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12084.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024**. Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono [...]; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2024e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14948.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Despacho do Presidente da República [nº 498, de 8 de outubro de 2024]**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 2024f. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-580836599. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024**. Institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e

de Incentivo ao Biometano; dispõe sobre a atividade de captura e estocagem geológica de dióxido de carbono [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2024g. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14993.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.103, de 22 de janeiro de 2025. Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.991, de 24 de julho de 2000, e 9.478, de 6 de agosto de 1997. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15103.htm >. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Atlas Digital dos Desastres no Brasil**: dados e gráficos informacionais. Brasília, DF: MIDR/SEDEC, 2026. Disponível em: https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/graficos.xhtml. Acesso em: 5 jul. 2026.

BIATO, Márcia Fortuna. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 42, n. 166, p. 233-247, abr./jun. 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril_v42_n166_p233.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.

CABRAL, Anya. História das usinas nucleoelétricas no Brasil. **Revista Eletrônica de Energia**, v. 1, n. 1, 2012.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991. p. 49.

DIAS, Edson dos Santos. Os (des) encontros internacionais sobre meio ambiente: Da conferência de Estocolmo à Rio+ 20-expectativas e Contradições. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 39, p. 06-33, 2017.

DOS SANTOS, Rodrigo Miguel; DE SÁ RODRIGUES, Marilsa; CARNIELLO, Monica Franchi. Energia e sustentabilidade: panorama da matriz energética brasileira. Scientia: **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 13-33, 2021.

DUARTE, Wander de Jesus Barboza. Tratados e conferências climáticas: uma cronologia geral e da participação do Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 8, p. 110-132, 2022.

EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanço energético nacional 2023,** 2024. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2023. Acesso em 09 de março de 2025.

EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. BEN - **Séries Históricas Completas**. 2026. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/BEN-Series-Historicas-Completas. Acesso em: 19 abr. 2026.

EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Quem somos**. Rio de Janeiro: EPE, 2026b. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/quem-somos. Acesso em: 5 jul. 2026.

EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Roraima - Planejamento Energético**. Rio de Janeiro: EPE, 2026c. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/roraima-

planejamento-energetico. Acesso em: 5 jul. 2026.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a teoria do discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 12-18, 2011.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

G1. Leia e veja a íntegra dos discursos de Lula após vitória nas eleições. **G1**, 2022. Politica. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integra-dos-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml. Acesso em: 5 jul. 2026.

HADDAD, Fernando. **Discurso de posse do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2 jan. 2023. 11 p. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/01/discurso-haddad-posse-2jan2023.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.

HADDAD. Fernando. **Transformação ecológica promove mudança no paradigma econômico nacional e no bem-estar da população**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/transformacao-ecologica-promove-mudanca-no-paradigma-economico-nacional-e-no-bem-estar-da-populacao. Acesso em: 5 jul. 2026.

ITAIPU BINACIONAL. **Nossa história**. Foz do Iguaçu, 2026. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/institucional/sobre-itaipu/nossa-historia. Acesso em: 5 jul. 2026.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **About the IPCC**. Geneva: IPCC, 2026. Disponível em: https://www.ipcc.ch/about/. Acesso em: 5 jul. 2026.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Ediciones Nueva Visión, 1993.

LACLAU, Ernesto. Antagonismo, subjetividad y política. *In*: LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: FCE, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LETCHER, Trevor M.; WILLIAMSON, Arthur. **Forms and Measurement of Energy**. 2004.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **27ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU)**, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/16/veja-integra-do-discurso-de-lula-na-cop-27.ghtml. Acesso em 15 de junho de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Mesa Redonda Brasil-Arábia Saudita em Riade,** 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-mesa-redonda-com-empresarios-na-arabia-saudita. Acesso em 10 de novembro de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU**, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu. Acesso em 10 de novembro de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do presidente Lula na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e Governo da COP 28,** 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-primeira-sessao-do-segmento-de-alto-nivel-para-chefes-de-estado-e-governo-da-cop-28. Acesso em: 21 de junho de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de assinatura da ordem de serviço de duplicação da BR-423/PE**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023d. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-na-cerimonia-de-assinatura-da-ordem-de-servico-de-duplicacao-da-br-423-pe. Acesso em: 5 jul. 2026

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República em evento alusivo aos 100 dias de gestão do Governo Federal***.* Brasília, DF: Presidência da República, 2023e. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-evento-alusivo-aos-100-dias-de-gestao-do-governo-federal-em-brasilia-df. Acesso em: 5 jul. 2026

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Entrevista do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ocasião da Cúpula do G7**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023f. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-ocasiao-da-cupula-do-g7. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente Lula durante assinatura de contratos de captação de recursos entre BNDES e o Banco do BRICS***.* Brasília, DF: Presidência da República, 2023g. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-assinatura-de-contratos-de-captacao-de-recursos-entre-bndes-e-o-banco-do-brics. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de início de obras na FIOL***.* Brasília, DF: Presidência da República, 2023h. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inicio-de-obras-na-fiol. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Lula durante a reunião de sherpas, vice-ministros de Finanças e representantes de Bancos Centrais do G20.** Brasília, DF: Presidência da República, 2023i. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-durante-a-reuniao-de-sherpas-

vice-ministros-de-financas-e-representantes-de-bancos-centrais-do-g20. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SIVA. Luiz Inácio. ***Palavras do Presidente Lula na abertura do jantar "Amazônia: uma experiência imersiva", em Dubai***. Brasília, DF: Presidência da República, 2023j. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/palavras-do-presidente-lula-na-abertura-do-jantar-201camazonia-uma-experiencia-imersiva201d-em-dubai. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula do G20**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023k. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-cupula-do-g20. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Lula na Cúpula do G77 na COP 28**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023l. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-na-cupula-do-g77-na-cop-28. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e Governo da COP 28**. Brasília, DF: Presidência da República,2023m. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-primeira-sessao-do-segmento-de-alto-nivel-para-chefes-de-estado-e-governo-da-cop-28. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de abertura do Fórum Empresarial União Europeia–América Latina, em Bruxelas, na Bélgica, em 17 de julho de 2023**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023n. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-sessao-de-abertura-do-forum-empresarial-uniao-europeia-america-latina-em-bruxelas-na-belgica-em-17-de-julho-de-2023. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Entrevista do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ocasião da Cúpula do G7**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023o. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-ocasiao-da-cupula-do-g7. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023p. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-recriacao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-social-sustentavel. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Entrevista do Presidente Lula após encontro com o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden**. Brasília, DF: Presidência da

República, 2023q. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-lula-apos-encontro-com-o-presidente-dos-estados-unidos-joe-biden. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Entrevista do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à correspondente Raquel Krähenbühl (TV Globo).** Brasília, DF: Presidência da República, 2023r. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-a-correspondente-raquel-krahenbuhl-tv-globo. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Transição energética é destaque nas reuniões bilaterais durante Cúpula da Amazônia***.* Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2023s. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/transicao-energetica-e-destaque-nas-reunioes-bilaterais-durante-cupula-da-amazonia. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 62ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL***.* Brasília, DF: Presidência da República, 2023t. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-62a-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul. Acesso em: 5 jul. 2026

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente Lula durante anúncios de investimentos de bancos públicos em estados e municípios***.* Brasília, DF: Presidência da República, 2023u. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-anuncios-de-investimentos-de-bancos-publicos-em-estados-e-municipios. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Conversa com o Presidente: live do dia 4 jul. 2023**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023v. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/conversa-com-o-presidente-live-do-dia-4-jul.23. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento do Novo PAC no Rio de Janeiro (RJ)***.* Brasília, DF: Presidência da República, 2023w. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-no-lancamento-do-novo-pac-no-rio-de-janeiro-rj. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas celebrações alusivas ao Dia da Ciência e do Pesquisador**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023x. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-nas-celebracoes-alusivas-ao-dia-da-ciencia-e-do-pesquisador. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso lido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante entrega da Ordem do Mérito Científico e retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023y. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-lido-pelo-presidente-da-

republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-entrega-da-ordem-do-merito-cientifico-e-retomada-do-conselho-nacional-de-ciencia-e-tecnologia. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do 6º Brasil Investment Forum**. Brasília, DF: Presidência da República, 7 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-na-abertura-do-6o-brasil-investment-forum. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Presidente Lula se reúne com primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer,** 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/09/presidente-lula-se-reune-com-primeiro-ministro-do-reino-unido-keir-starmer. Acesso em 10 de novembro de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Lula se reúne com presidenta da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em Nova York**, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/09/lula-se-reune-com-presidenta-da-comissao-europeia-ursula-von-der-leyen-em-nova-york. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do presidente Lula no Fórum de Investimentos Prioridade 2024, no Rio de Janeiro,** 2024c. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/06/Pronunciamento-do-presidente-lula-no-forum-de-investimentos-prioridade-2024-no-rio-de-janeiro. Acesso em 10 de novembro de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do presidente Lula na abertura da 79ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York,** 2024d. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-79a-assembleia-geral-da-onu-em-nova-york. Acesso em 10 de novembro de 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do presidente Lula durante inauguração de fábrica de medicamentos da Hemobrás, em Goiana (PE), 2024e**. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/04/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-inauguracao-de-fabrica-de-medicamentos-da-hemobras-em-goiana-pe. Acesso em 06 de maio de 2025.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de anúncios de investimentos do Governo Federal para a Bahia.** 2024f. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/07/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-cerimonia-de-anuncios-de-investimentos-do-governo-federal-para-a-bahia. Acesso em 06 de maio de 2025.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente Lula em cerimônia de assinatura do acordo para implantação do Parque Tecnológico Aeroespacial**. Brasília, DF: Presidência da República, 18 jan. 2024g. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/01/pronunciamento-do-presidente-lula-em-cerimonia-de-assinatura-do-acordo-para-implantacao-do-parque-tecnologico-aeroespacial. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, na Rússia**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024h. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/10/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-plenaria-aberta-da-xvi-cupula-do-brics-na-russia. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024i. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/02/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-37a-cupula-da-uniao-africana. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente Lula durante formatura do Instituto Rio Branco, em 16 de setembro de 2024**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024j. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-formatura-do-instituto-rio-branco-em-16-de-setembro-de-2024. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Entrevista coletiva do Presidente Lula em Paris, durante visita de Estado à França**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024k. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-coletiva-do-presidente-lula-em-paris-durante-visita-de-estado-a-franca. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente Lula durante apresentação de ações do Ministério do Meio Ambiente por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024l. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/06/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-apresentacao-de-acoes-do-mma-por-ocasiao-do-dia-mundial-do-meio-ambiente. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Alexandre Silveira afirma que PL do hidrogênio de baixo carbono inaugura uma nova indústria para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2024m. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/alexandre-silveira-afirma-que-pl-do-hidrogenio-de-baixo-carbono-inaugura-uma-nova-industria-para-o-brasil. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Lula durante o Fórum Empresarial Bolívia–Brasil, em Santa Cruz de la Sierra**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024n. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/07/discurso-do-presidente-lula-durante-o-forum-empresarial-bolivia-brasil-em-santa-cruz-de-la-sierra. Acesso em: 5 jul. 2026.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Presidente Lula participa da cerimônia de anúncio do maior investimento em cultura da história da Petrobras no Rio de Janeiro (RJ).** Brasília, DF: Presidência da República, 2024o. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/presidente-lula-participa-da-cerimonia-de-anuncio-do-maior-investimento-em-cultura-da-historia-da-petrobras-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 5 jul. 2026.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHLIPPI JR, Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 7-20, 2008.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Petróleo e “nacionalismo” no segundo Governo Vargas: o debate em torno da criação da Petrobras. **Historiæ**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 401–425, 2016. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5581. Acesso em: 12 abr. 2026.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política** (Impresso), v. 1, p. 147-164, 2009.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, EdiPUCRS. 2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC). **Programa Mover (Mobilidade Verde e Inovação)**. Brasília, DF: MDIC/SDIC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/sdic/setor-automotivo/programa-mover. Acesso em: 5 jul. 2026.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA, 2024. **Em Davos, Marina propõe debate sobre valor da natureza.** Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/em-davos-marina-propoe-debate-sobre-valor-da-natureza. Acesso em 09 de março de 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **CNPE determina atualização dos estudos para viabilizar a conclusão das obras de Angra 3**. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/cnpe-determina-atualizacao-dos-estudos-para-a-viabilizar-a-conclusao-das-obras-de-angra-3. Acesso em 20 de abr. 2026

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Mineração para Energia Limpa**. Brasília, DF: MME, 2024. Caderno Brasil Líder Mundial da Transição Energética. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/brasil-lider-mundial-na-transicao-energetica/transicao-energetica/minerais-estrategicos-para-transicao-energetica/BrasilLderMundialdaTransioEnergticaMineraisestratgicosparatransioenergtica.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. 2013.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **O Brasil que queremos.** 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/08/diretrizes_simone_tebet.pdf. Acesso em 10 de maio de 2026.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. [Nova York]: Nações Unidas, 1945. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**: Stockholm, 5-16 June 1972. [New York]: UN, 1973. (A/CONF.48/14/Rev.1). Disponível em: https://docs.un.org/en/A/CONF.48/14/Rev.1.

Acesso em: 5 jul. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. **ODS 7**: Energia limpa e acessível. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/7. Acesso em: 5 jul. 2026.

OGlobo. **Criação da Petrobrás 1953.** Rio de Janeiro, 2 out. 2013. Fotogalerias. 2013. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/petrobras-criacao-do-governo-vargas-9678287. Acesso em: 5 jul. 2026.

O Globo. *Em atos comemorativos, presidentes Vargas e Lula sujam as mãos de petróleo.* Rio de Janeiro: O Globo, 2010. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-atos-comemorativos-presidentes-vargas-lula-sujam-as-maos-de-petroleo-19136875. Acesso em: 5 jul. 2026.

OLIVEIRA, Leandro Dias. Da Eco-92 à Rio+ 20: uma breve avaliação de duas décadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 479-499, 2012.

ONU. **Goal 7**: Ensure access to affordable, reliable, sustainable and modern energy for all. United Nations, 2026. Disponível em: https://www.un.org/sustainabledevelopment/energy/. Acesso em: 14 maio 2026.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Projeto Nacional de Desenvolvimento.** 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-ciro-tse-compactado_1.pdf. Acesso em 07 de maio de 2026

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil**, 2022. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/documento-diretrizes-programaticas-vamos-juntos-pelo-brasil-20.06.22.pdf. Acesso em 19 de junho de 2024.

PARTIDO LIBERAL. **Pelo bem do Brasil.** 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf. Acesso em 11 de maio de 2026.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

PETROBRAS. **Trajetória**. Rio de Janeiro, 2026a. Disponível em: https://petrobras.com.br/quem-somos/trajetoria. Acesso em: 10 abr. 2026.

PETROBRAS. **Pré-sal**: mergulhe nessa jornada ultraprofunda. Rio de Janeiro, 2026b. Disponível em: https://petrobras.com.br/pre-sal#500m. Acesso em: 14 maio 2026.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói: revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia**. Santa Cruz do Sul, n. 24 (jan./jun. 2006), p. 78-109, 2006.

QUESTIONPRO. 2026. ***Calculadora de amostra de pesquisa***. Disponível em: https://www.questionpro.com/pt-br/calculadora-de-amostra/. Acesso em: 11 jun. 2026.

RIBEIRO, Maria de Fatima Bento; SANTOS, José Carlos dos. ITAIPU: TRATADO 50 ANOS. **REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**, *[S. l.]*, v. 7, n. 3, p. 01–18, 2025. DOI: 10.56579/rei.v7i3.1896. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1896. Acesso em: 19 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Portal SOS Enchentes. **Situação nos Municípios**. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação do Estado do RS, [2024]. Disponível em: https://sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municipios. Acesso em: 5 jul. 2026.

RUSSEL,Roberto.**Política exterior y toma de decisiones en América Latina**. Buenos Aires: 1990 . Disponível em :<https://www.redalyc.org/pdf/115/11502203.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2024

SANTOS, Caio Menezes dos. A teoria do discurso de Ernesto Laclau na agenda de transição energética no governo Lula: da vitória nas urnas ao Paten (2022-2025), 2025. **49º Encontro Anual da ANPOCS.** Disponível em: https://www.encontro2025.anpocs.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVElWSURBREVcIjpcIjM1NVwifSIsImgiOiI3NjNjNGVmYjA0YWUwYTkyNjdmYjRmNzI3NjY4ZTNjNSJ9&ID_ATIVIDADE=355. Acesso em 18 de novembro de 2025.

SANTOS, Caio Menezes dos. HAHN, Paula Geordana. A Política Externa e Transição Energética durante o primeiro ano do governo Lula III: Uma análise discursiva à luz de Ernesto Laclau. **Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais (SEPERI)**, 2025. Disponível em: https://seperi.paginas.ufsc.br/files/2025/11/CADERNO-DE-RESUMOS-V-SEPERI.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2025.

SANTOS, Caio Menezes dos. HAHN, Paula Geordana. 2026 *no prelo*. A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau sobre a Governança Global: uma análise do primeiro ano do terceiro. In: **Seminário Discente de Ciência Política/UFRGS**. Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2026, no prelo.

SANTOS, Caio Menezes dos. LINHARES, Bianca de Freitas. A transição energética no discurso do terceiro governo Lula: uma análise exploratória do primeiro semestre. **XXVII Encontro de Pós-Graduação**, 2025. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siiepe/arquivos/2025/CH_04599.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2025.

SAUER, Ildo Luís; VIEIRA, José Paulo; KIRCHNER, Carlos Augusto Ramos. **O racionamento de energia elétrica decretado em 2001**: um estudo sobre as causas e as responsabilidades. Primeira versão. São Paulo: USP/IEE, 15 dez. 2001. 61 p. Disponível em: https://www.iee.usp.br/sites/default/files/biblioteca/producao/2001/Monografias/ILDO-Estudo%20sobre%20o%20Racionamento%2015-12-2001.PDF. Acesso em: 5 jul. 2026.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Panorama do pré-sal: desafios e oportunidades. 2012. **IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA.** Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91219/1/776421271.pdf. Acesso em 14 de maio de 2025.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da nação**. 2018.

SILVA, Marina. **Marina Silva diz que parecer do Ibama sobre Foz do Amazonas é técnico,** 2023a. Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/marina-silva-diz-que-parecer-do-ibama-sobre-foz-do-amazonas-e-tecnico. Acesso em 09 de março de 2025.

SILVA, Marina. **Marina anuncia na ONU correção da meta climática brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/marina-anuncia-na-onu-correcao-da-meta-climatica-brasileira. Acesso em: 5 jul. 2026

SILVA, Marina. **Discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Ministra Marina Silva em evento sobre florestas: protegendo a natureza para o clima, vidas e subsistência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discursos-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-e-da-ministra-marina-silva-em-evento-sobre-florestas-protegendo-a-natureza-para-o-clima-vidas-e-subsistencia. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVEIRA, Alexandre. **Governo quer rapidez em licença para perfuração na foz do Amazonas,** 2023a. Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/governo-quer-rapidez-em-licenca-para-perfuracao-na-foz-do-amazonas. Acesso em 09 de março de 2025.

SILVEIRA, Alexandre*.* **Alexandre Silveira anuncia plano de investimentos em transmissão de energia**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/alexandre-silveira-anuncia-plano-de-investimentos-em-transmissao-de-energia-1. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVEIRA, Alexandre. **Alexandre Silveira apresenta oportunidades de investimento em transição energética no Brasil para empresários e autoridades americanas**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/alexandre-silveira-apresenta-oportunidades-de-investimento-em-transicao-energetica-no-brasil-para-empresarios-e-autoridades-americanas. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVEIRA, Alexandre. **Alexandre Silveira anuncia plano de investimentos em transmissão de energia**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2023d. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/alexandre-silveira-anuncia-plano-de-investimentos-em-transmissao-de-energia-1. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVEIRA, Alexandre. **G20: primeiro dia de reunião é marcado pelo debate sobre a redução dos riscos de financiamento para a transição energética.** Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/g20-primeiro-dia-de-reuniao-e-marcado-pelo-debate-sobre-a-reducao-dos-riscos-de-financiamento-para-a-transicao-energetica. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVEIRA, Alexandre. **Alexandre Silveira destaca retomada do planejamento energético no país, que vai injetar R$ 3,2 trilhões nos próximos dez anos.** 2024b. Disponível em: PDE 2034: Relatório da Consulta Pública (Plano Decenal de Expansão de Energia 2034). Brasília, DF: MME, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/sntep/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia/pde-2034/relatorio_cp/PDE2034_Relatorio_CP.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026. Acesso em 04 de dez. 2025

TOLMASQUIM, Mauricio T.; GUERREIRO, Amilcar; GORINI, Ricardo. Matriz energética brasileira: uma prospectiva. **Novos estudos CEBRAP**, p. 47-69, 2007.

TSE. **Resolução nº 23.674, de 16 de dezembro de 2021**. 2021. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2021/resolucao-no-23-674-de-16-de-dezembro-de-2021?texto=original. Acesso em: 30 abril 2026.

TSE. **Calendário Eleitoral de 2022**. 2022a. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral/calendario-eleitoral. Acesso em: 30 abril 2026.

TSE. **Dados Eleitorado de 2022.** 2022b. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/wwv_flow.accept?p_context=sig-eleicao-eleitorado/filtros/204581906975791. Acesso em 05 de maio de 2026.

TSE. **Estatísticas de comparecimento e abstenção em 2022.** 2022c. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-comp-abst/home?session=204581906975791. Acesso 05 de maio de 2026.

TSE. **Estatísticas da votação.** 2022d. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home-estatisticas-de-votacao?p0_ano=2022&session=204581906975791. Acesso em 10 de maio de 2026.

TSE. **Estatísticas da votação.** 2022e. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home-estatisticas-de-votacao?p0_ano=2022&session=204581906975791. Acesso em 10 de maio de 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 8**. Bonn: UNFCCC, 2002. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-8. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 24**. Bonn: UNFCCC, 2018. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-24. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 25**. Bonn: UNFCCC, 2019. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-25. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 26**. Bonn: UNFCCC, 2021. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-26. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 27**. Bonn: UNFCCC, 2022. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-27. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 28**. Bonn: UNFCCC, 2023. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-28. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 29**. Bonn: UNFCCC, 2024. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-29. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **COP 30**. Bonn: UNFCCC, 2025. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-30. Acesso em: 5 jul. 2026.

WILHELMY, Manfred. **Política internacional**: enfoques y realidades. Buenos Aires: Argentina, 1988. Disponível em:<https://www.worldcat.org/pt/title/politica-internacional-enfoques-y-realidades/oclc /22953447>. Acesso em: 11 de mar. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PRONUNCIAMENTOS E ENTREVISTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Título do documento	Data da publicação
Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional.	06/01/2023
Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto	06/01/2023

Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da primeira reunião ministerial.	06/01/2023
Entrevista do presidente da República à Globonews em 18 de janeiro de 2023	18/01/2023
Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da VII reunião de Cúpula da Celac.	25/01/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com presidente do Uruguai, Lacalle Pou.	25/01/2023
Entrevista do presidente daRepública, Luiz Inácio Lula da Silva,após encontro com chanceler alemão,Olaf Scholz	30/01/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de decretos de Participação Social.	31/01/2023
Entrevista do presidente Lula após encontro com o presidente dos EUA, Joe Biden, em 10 de fevereiro	10/02/2023
Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita a Washington (EUA), no momento da chegada à Casa Branca.	11/02/2023
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à correspondente Raquel Krähenbühl, da TV Globo	11/02/2023
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Portal Brasil247	30/03/2023
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Reinaldo Azevedo, da BandNews	30/03/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em café da manhã com jornalistas	09/04/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Bacabal, no Maranhão	09/04/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento alusivo aos 100 dias de gestão do Governo Federal.	10/04/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento	13/04/2023
Entrevista concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a TV Chinesa CCTV	13/04/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento alusivo aos 100 dias de gestão do Governo Federal.	13/04/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse de Dilma Rousseff na Presidência do NBD.[3]	14/04/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na despedida da China após agenda bilateral.	15/04/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com o presidente da Romênia, Klaus Iohannis.	19/04/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima.	20/04/2023
Discurso do presidente da República no Fórum Empresarial Brasil - Portugal em Matosinhos, na região do Porto (Portugal).	24/04/2023
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à	24/04/2023

[3] Pronunciamento previsto, mas alterado durante a realização da fala.

emissora RTP, em 24 de abril de 2023	
Discurso do presidente da República na Assembleia da República Portuguesa.	25/04/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante evento com empresários em Madri, na Espanha.	25/04/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante almoço com o Rei Felipe VI, da Espanha.	26/04/2023
Discurso do presidente da República durante almoço em homenagem ao primeiro-ministro de Cabo Verde.	02/05/2023
Discurso do presidente da República durante o evento de recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável.	04/05/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável.[1]	04/05/2023
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ocasião da Cúpula do G7	21/05/2023
Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos)	26/05/2023
Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, após visita do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro	31/05/2023
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ocasião da reunião com presidentes dos países da América do Sul	31/05/2023
Conversa com o Presidente - Live do dia19 jun 23	19/06/2023
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o jornal italiano Corriere della Sera	21/06/2023
Entrevista coletiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Roma após série de agendas na Itália	22/06/2023
Entrevista coletiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Paris, na França	24/06/2023
Conversa com o Presidente - Live do dia 4 jul 23	04/07/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento do Novo PAC, no Rio de Janeiro (RJ).	11/08/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante visita às obras do novo IMPA Tech (RJ).	11/08/2023
Discurso do presidente da República durante o encerramento da Marcha das Margaridas.	16/08/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento do Novo PAC, no Rio de Janeiro (RJ).	18/08/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o Fórum Empresarial do BRICS, em Joanesburgo, na África do Sul.	22/08/2023
Conversa com o Presidente - Live do dia 22.ago 23	22/08/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS.	23/08/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a declaração à imprensa dos líderes do BRICS na África do Sul.	24/08/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Diálogo	24/08/2023

de Amigos do BRICS, na África do Sul.	
Discurso do presidente Lula por ocasião do conselho de ministros, em Luanda (Angola).	25/08/2023
Discurso do presidente Lula em Sessão Solene da Assembleia Nacional de Angola.	25/08/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Econômico em Angola.	25/08/2023
Pronunciamento do presidente Lula no lançamento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde	26/08/2023
Discurso do Presidente Lula por ocasião da XIV Cúpula da CPLP, em São Tomé e Príncipe	27/08/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante evento de assinatura do Plano Plurianual 2024 – 2027	30/08/2023
Íntegra do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante evento de assinatura do Plano Plurianual 2024 -2027	30/08/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de aniversário de dois programas de microcrédito do BNB	01/09/2023
Pronunciamento do presidente Lula em cerimônia após visita às obras do Ramal do Apodi (RN)	02/09/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazônia[1]	05/09/2023
Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento do Dia da Amazônia	05/09/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da Cúpula do G20	09/09/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão 2 - Uma Família, da Cúpula doG20, na Índia	09/09/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula do G20	10/09/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de assinatura do projeto de lei do Programa Combustível do Futuro	14/09/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G77 + China, em Cuba	16/09/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU	19/09/2023
Pronunciamento do presidente Lula no lançamento da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras.	20/09/2023
Pronunciamento do presidente Lula após reunião bilateral com primeiro-ministro do Vietnã, Pham Minh Chính.	25/09/2023
Transcrição do pronunciamento do presidente Lula após reunião bilateral com primeiro-ministro do Vietnã, Pham Minh Chính.	25/09/2023
Conversa com o Presidente - Live do dia 26 set 23	26/09/2023
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de assinatura de contratos de concessão decorrentes do 1º Leilão de Transmissão de 2023.	27/09/2023
Reunião bilateral do presidente Lula com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em Nova York.	03/10/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante	03/11/2023

reunião ministerial	
Pronunciamento do presidente Lula durante visita à sede do Inep	05/11/2023
Pronunciamento do presidente Lula na abertura do 6º Brasil Investment Forum	07/11/2023
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de assinatura da ordem de serviço de duplicação da BR-423/PE	08/11/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global	17/11/2023
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula Virtual do G20	22/11/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião da instalação da Comissão Nacional do G20	23/11/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante a sanção da lei que institui pensão a filhos de vítimas da hanseníase	24/11/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Mesa Redonda Brasil-Arábia Saudita em Riade	29/11/2023
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do Seminário da Embraer na Arábia Saudita	29/11/2023
Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum Empresarial Brasil-Catar, em Doha	30/11/2023
Discurso do presidente Lula na sessão de abertura da Presidência da COP28	01/12/2023
Discurso do presidente Lula na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e Governo da COP 28	01/12/2023
Palavras do presidente Lula na aberturado jantar “Amazônia: uma experiência imersiva” em Dubai	01/12/2023
Discursos do presidente Lula e da ministra Marina Silva em Evento sobre Florestas	02/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante participação em evento de diálogo com a sociedade civil	02/12/2023
Discurso do presidente Lula na Cúpula do G77 na COP 28	02/12/2023
Declaração à Imprensa do presidente Lula durante visita à Alemanha	04/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante visita à Alemanha	05/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante assinatura de contratos de captação de recursos entre BNDES e o Banco do BRICS.	07/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula na abertura da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul	07/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante anúncios de investimentos de bancos públicos em estados e municípios	12/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável	12/12/2023
Discurso do presidente Lula durante a Reunião de Sherpas, vice-ministros de Finanças e representantes de Bancos Centrais do G20	13/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante a celebração de Natal dos catadores e população em situação de rua	22/12/2023
Pronunciamento de fim de ano do presidente Luiz Inácio Lula da Silva	24/12/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante visita do presidente do	15/01/2024

Paraguai, Santiago Peña	
Pronunciamento do presidente Lula em cerimônia de assinatura do acordo para implantação do Parque Tecnológico Aeroespacial	18/01/2024
Pronunciamento do presidente Lula em anúncio de investimentos na refinaria Abreu e Lima	23/01/2024
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia que marca o início das comemorações pelos 90 anos da USP	25/01/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante anúncio de investimentos e comemoração dos 132 anos do Porto de Santos	02/02/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante anúncio do Novo Ciclo de Investimentos da Volkswagen do Brasil	05/02/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante jantar com representantes de países árabes e muçulmanos	09/02/2024
Discurso do presidente Lula durante sessão extraordinária da Liga dos Estados Árabes, no Cairo (Egito)	15/02/2024
Discurso do presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana	17/02/2024
Pronunciamento do presidente Lula no lançamento da Seleção Petrobras Cultural – Novos Eixos	23/02/2024
Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da 46ª Conferência da Comunidade do Caribe	28/02/2024
Pronunciamento do presidente Lula após reunião bilateral com o presidente da Guiana, Irfaan Ali, em Georgetown, na Guiana	29/02/2024
Discurso do presidente Lula durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)	01/03/2024
Declaração à imprensa após visita do presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez	06/03/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante almoço em homenagem ao presidente do Governo da Espanha	06/03/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de divulgação dos resultados do Novo PAC Seleções	07/03/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)	08/03/2024
Pronunciamento do presidente Lula na inauguração do Complexo Mineroindustrial da EuroChem	13/03/2024
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de entrega do Prêmio Mulheres das Águas	19/03/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante lançamento ao mar do submarino Tonelero	27/03/2024
Declaração à imprensa por ocasião visita do presidente da França, Emmanuel Macron	28/03/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante inauguração de fábrica de medicamentos da Hemobrás, em Goiana (PE)	04/04/2023
Pronunciamento do presidente Lula durante lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais	09/04/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de inauguração da nova sede da Anfavea	12/04/2024
Discurso do presidente Lula no encerramento do Fórum	17/04/2024

Empresarial Brasil-Colômbia	
Declaração do presidente Lula à imprensa após reunião bilateral com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro	17/04/2024
Declaração do presidente Lula à imprensa durante visita do primeiro-ministro do Japão	03/05/2024
Discurso por ocasião do Dia da África na presença do presidente do Benim, Patrice Talon	23/05/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante inauguração de planta de etanol de segunda geração do Parque de Bioenergia Bonfim	27/05/2024
Discurso do presidente Lula por ocasião da visita oficial do presidente da Croácia, Zoran Milanović	03/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante apresentação de ações do MMA por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente	06/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante evento para assinatura de acordo para solução dos "prédios-caixão" em Pernambuco	11/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante reunião com reitores das universidades e institutos federais	12/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula no Fórum de Investimentos Prioridade 2024, no Rio de Janeiro	12/06/2024
Discurso do presidente Lula durante lançamento da Coalizão Global para Justiça Social no âmbito da 112ªConferência Internacional do Trabalho	13/06/2024
Discurso do presidente Lula no segmento externo da Cúpula do G7, na Itália	14/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante assinatura de contrato para destinação de recursos ao Plano Amazônia	20/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante a posse da presidenta da Petrobras	20/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante anúncio de investimentos em instituições de educação e saúde no Ceará	20/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante encerramento da Caravana Federativa e anúncio de investimentos no Piauí	21/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável	27/06/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de anúncios de investimentos do Governo Federal para a Bahia	02/07/2024
Discurso do presidente Lula durante o lançamento do Plano Safra 2024/2025	03/07/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante visita a obras do Quarteirão da Educação, em Diadema (SP)	05/07/2024
Discurso do presidente Lula na 64ªCúpula de chefes de Estado do Mercosul e de Estados Associados	08/07/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante lançamento da pedra fundamental do Projeto Orion em Campinas (SP)	08/07/2024
Discurso do presidente Lula durante o Fórum Empresarial Bolívia - Brasil em Santa Cruz de La Sierra	09/07/2024
Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião bilateral com o presidente da Bolívia, Luis Arce	09/07/2024
Declaração Conjunta dos Presidentes do Estado Plurinacional da	10/07/2024

Bolívia e da República Federativa do Brasil – Santa Cruz, 9 de julho de 2024	
Declaração à imprensa do presidente Lula por ocasião da visita de Estado do presidente da Itália, Sergio Mattarella	15/07/2024
Pronunciamento do presidente Lula na celebração dos 10 anos do campus Lagoa do Sino da UFSCar	24/07/2024
Discurso do presidente Lula no pré-lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	24/07/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante anúncio de investimentos em Contagem (MG)	27/07/2024
Pronunciamento do presidente Lula no marco de um ano e meio de gestão à frente do Governo Federal	28/07/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante sanção de projetos de lei em São Gonçalo do Amarante (CE)	03/08/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante o Fórum Empresarial Brasil-Chile	05/08/2024
Declaração à imprensa do presidente Lula por ocasião da visita de Estado ao Chile	05/08/2024
Discurso do presidente Lula no lançamento da pedra fundamental do Centro Espacial Nacional do Chile	06/08/2024
Discurso do presidente Lula durante cerimônia de abertura do fórum Um Projeto de Brasil	14/08/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de retomada das operações da Fábrica de Fertilizantes Araucária Nitrogenados	15/08/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante assinatura do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes	21/08/2024
Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de lançamento da Política Nacional de Transição Energética, em 26 de agosto de 2024	27/08/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante visita ao Centro de Operações Espaciais Principal da Telebras, em 27 de agosto de 2024	27/08/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante visita à comunidade de São Sebastião do Curumitá, no município de Tefé (AM)	10/09/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante entrega de novo bloco do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia	13/09/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante formatura do Instituto Rio Branco, em 16 de setembro de 2024	16/09/2024
Pronunciamento do presidente Lula durante inauguração do Complexo de Energias Boaventura	16/09/2024
Discurso do presidente Lula na aberturada 79ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York	24/09/2024
Discurso do presidente Lula na Sessão de Abertura da Reunião Ministerial do G20	25/09/2024
Transcrição do pronunciamento do presidente Lula durante sanção da Lei do Combustível do Futuro	08/10/2024
Discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, na Rússia	23/10/2024
Discurso do presidente Lula por ocasião do encerramento do G20 Social	16/11/2024

Discurso do presidente Lula na sessão de abertura do Urban 20	17/11/2024
Discurso do presidente Lula na 2ªSessão da Reunião de Líderes do G20:Reforma das Instituições de Governança Global	18/11/2024
Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da Cúpula do G20 e transmissão da presidência para a África do Sul	19/11/2024
Discurso do presidente Lula na 3ªSessão da Reunião de Líderes do G20	20/11/2024
Declaração à imprensa do presidente Lula por ocasião da visita de Estado do presidente chinês, Xi Jinping	20/11/2024
Pronunciamento do presidente Lula na abertura do Encontro Nacional da Indústria	27/11/2024
Discurso do presidente Lula durante a65ª Cúpula do Mercosul, em Montevidéu	06/12/2024
Declaração do presidente Lula em reunião de confraternização com ministros no Palácio da Alvorada	21/12/2024

APÊNDICE B – PRONUNCIAMENTOS E ENTREVISTAS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTRO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERALDO ALCKIMIN

Título do documento	Data da publicação
“O Brasil está de volta à cena como parceiro e como líder global”, comemora representante da UE	17/03/2023
Alckmin exalta parceria do Brasil com Suíça e agradece contribuição para Fundo Amazônia	05/07/2023
Alckmin: "Vamos ter o diesel mais limpo do mundo"	14/07/2023
No RS, Alckmin celebra avanços no uso de combustíveis limpos no Brasil	04/08/2023
Pronunciamento do presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, em conferência sobre neoindustrialização verde	15/08/2023
Alckmin exalta oportunidades para Brasil “fazer a diferença” no mercado de energia limpa	15/08/2023
Pronunciamento do presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, em fórum sobre desenvolvimento sustentável em Mauá (SP)	22/08/2023
Pronunciamento do presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, em cerimônia de emissão do certificado de renovação de frota	23/08/2023
Pronunciamento do presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, na reunião do Comitê Gestor do Fundo Clima	25/08/2023
Pronunciamento do presidente em exercício, Geraldo Alckmin, em cerimônia de apresentação do Novo PAC ao corpo diplomático	18/09/2023
Alckmin: Brasil vive bom momento e tem grandes oportunidades para atrair investimentos com o novo PAC	18/09/2023
MDIC e BID anunciam parceria para fortalecer e agilizar o comércio internacional no Brasil	06/11/2023
Alckmin inaugura megausina de energia solar em MG	09/11/2023
Discurso do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, representando o presidente Lula no segmento de alto nível da COP29	12/11/2024

APÊNDICE C – DOCUMENTOS COLETADOS DO PALÁCIO DO PLANALTO

Título do documento	Data da publicação
Portugal reafirma interesse de empresários em investir no Brasil	24/04/2023
Notícia: Brasil e Japão assinam acordo de cooperação industrial, com ênfase para a área de economia verde	03/05/2023
Aviso de pauta: Após 7 anos desativado, Conselho que vai elaborar a nova política industrial brasileira retoma os trabalhos nesta quinta-feira	05/07/2023
Notícia: “Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades”, defende Lula	13/12/2023
Nota de apoio: Nova Indústria Brasil é marco para a retomada do setor	25/01/2024
Notícia: Alemanha doa R$ 136 milhões para projetos de descarbonização da indústria no Brasil	11/03/2024
Notícia: Honda anuncia novo ciclo de investimentos de R$ 4,2 bilhões no Brasil	19/04/2024
Notícia: Alckmin: Brasil vai liderar a transição energética no mundo	24/05/2024
Notícia: Alckmin encontra Xi Jinping e conclui missão oficial à China que resultou em mais de R$ 24 bilhões em créditos para o Brasil	07/06/2024
Notícia: Agência de rating Moody’s eleva a nota de crédito soberano do Brasil e mantém a perspectiva positiva	01/10/2024
Notícia: Brasil e Singapura debatem parcerias em inovação e sustentabilidade	23/10/2024
Notícia: Brasil e Índia discutem cooperação em biocombustíveis e setores estratégicos em reunião bilateral	25/10/2024

APÊNDICE D – DOCUMENTOS COLETADOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Título do documento	Data da publicação
Marina Silva debate cooperação com Comissão Europeia	23/01/2023
Brasil e China terão ampla cooperação em proteção de florestas, transição energética e rastreabilidade, diz Marina Silva	14/04/2023
Declaração Conjunta Brasil-Reino Unido sobre Crescimento Verde e Inclusivo	29/05/2023
Governo Federal lança Novo PAC e Plano de Transição Ecológica	11/08/2023
MMA e BNDES relançam Fundo Clima com aporte de R$ 10 bilhões	24/08/2023
Brasil pode liderar transição verde do planeta, diz Marina em NY	19/09/2023
Marina anuncia na ONU correção da meta climática brasileira	21/09/2023
Marina e Haddad apresentam Plano de Transformação Ecológica a movimentos sociais	20/11/2023
Em Davos, Marina defende desmatamento zero e transição Dos combustíveis fósseis	11/01/2024
Em Davos, Marina propõe debate sobrevalor da natureza	19/01/2024
Marina Silva e secretária do Tesouro dos EUA debatem transição ecológica e combate à mudança do clima	27/02/2024
Declarações Brasil-França na área ambiental	26/03/2024
'Queremos 100% de energia limpa', afirma Lula	31/03/2024
Na Itália, Marina destaca potencial de liderança do Brasil na produção e uso de biocombustíveis sustentáveis	28/04/2024
Governo Federal e parceiros lançam Plataforma Brasil de Investimento Climático e para a Transformação Ecológica	23/10/2024
Em Baku, Alckmin reforça compromisso do Brasil com maior ambição climática	12/11/2024
Declaração final do G20 reforça compromisso com a sustentabilidade ambiental e climática	29/11/2024

APÊNDICE E – DOCUMENTOS COLETADOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Título do documento	Data da publicação
Fazenda vai apresentar plano para Brasil liderar corrida global na Transição energética	19/05/2023
Haddad apresenta o Plano de Transformação Ecológica para acelerar crescimento econômico	14/08/2023
Plano de Transformação Ecológica trará desenvolvimento econômico e social, aponta Ministério da Fazenda	05/09/2023
Brasil está pronto para avançar em um ciclo longo de crescimento da economia, aponta ministro da Fazenda	14/09/2023
Haddad viaja a Nova Iorque, onde se reunirá com investidores e apresentará Plano de Transformação Ecológica	15/09/2023
Haddad viaja para o Marrocos onde participa de reunião anual do FMI	10/10/2023
Fazenda mostra potencial da transformação ecológica para redirecionar a estrutura produtiva brasileira	05/12/2023
Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica	07/12/2023
Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica – Transição Energética	07/12/2023
Fernando Haddad participa de plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	12/12/2023
Haddad reforça prioridade da Aliança Global contra a Fome e Mudança do Clima	14/12/2023
Mover: Programa de Mobilidade Verde é lançado	30/12/2023
Brasil pode assumir a liderança na economia verde com aposta em energias renováveis	07/05/2024
Transformação ecológica promove mudança no paradigma econômico nacional e no bem-estar da população	05/06/2024

APÊNDICE F – DOCUMENTOS COLETADOS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Título do documento	Data da publicação
Alexandre Silveira assume Ministério de Minas e Energia e anuncia Secretaria Nacional de Transição Energética	02/01/2023
Ministro Alexandre Silveira apresenta prioridades do MME ao presidente Lula	13/01/2023
Alexandre Silveira participa de lançamento de planta de hidrogênio verde do Complexo Pecém, no Ceará, e reforça compromisso com a transição energética no país	19/01/2023
Alexandre Silveira busca avançar na descarbonização do transporte público no país	26/01/2023
“Mais próximos, Brasil e Argentina fortalecerão integração e transição energética”, afirma Silveira	09/02/2023
Investimento alemão poderá alavancar projetos de hidrogênio de baixo carbono no Brasil	13/03/2023
Alexandre Silveira destaca que Brasil pode ser protagonista na produção de hidrogênio de baixo carbono no mundo	15/03/2023
“Brasil está à disposição para ajudar América Latina em políticas públicas de biocombustíveis”, destaca ministro Alexandre Silveira	31/03/2023
Alexandre Silveira se reúne com estatal chinesa e alinha investimentos de US$ 10 bilhões no Brasil	28/04/2023
Alexandre Silveira anuncia proposta para aumentar teor de etanol na gasolina para 30%	28/04/2023
Brasil se prepara para assumir protagonismo da energia limpa mundial	11/05/2023
Alexandre Silveira destaca protagonismo do etanol na transição energética em agenda com vice-presidente Geraldo Alckmin	12/05/2023
Alexandre Silveira destaca os desafios e oportunidades do Brasil nos setores de energia, petróleo e gás	15/05/2023
Alexandre Silveira diz que investimentos em energia limpa e renovável poderão ser indutores para o desenvolvimento dos municípios	01/06/2023
Alexandre Silveira avança na reaproximação com a França e propõe grupo de trabalho para investimentos no Brasil em transição energética	05/06/2023
Ministro Alexandre Silveira se reúne com Conselheiro da Huawei Brasil para debater parcerias em energia e transição energética	13/06/2023
Alexandre Silveira afirma que Brasil terá maior programa de descarbonização do mundo e será protagonista na transição energética	26/06/2023
Alexandre Silveira avança em acordos nas áreas de energia e minerais críticos durante reunião com ministro português	27/06/2023
MME e BNDES vão estabelecer grupo de trabalho para tratar de investimentos em transição energética	05/07/2023
Alexandre Silveira defende parcerias e investimentos entre Brasil e Japão na descarbonização do setor industrial	05/07/2023
Alexandre Silveira discute projetos de descarbonização da frota nacional com ministro dos Transportes	12/07/2023
Alexandre Silveira destaca importância do Programa de Transição	12/07/2023

Energética no PPA	
Alexandre Silveira recebe representantes de empresa chinesa para tratar de transição energética	14/07/2023
Alexandre Silveira recebe Vice-Ministro japonês para debater investimentos no Brasil	14/07/2023
Cooperação para a transição energética é tema de reunião entre o ministro de Minas e Energia do Brasil e a secretaria de energia dos EUA	20/07/2023
Ministro de Minas e Energia leva mensagem sobre liderança do Brasil nas questões do clima e da transição energética em reunião com delegações do G20	21/07/2023
Ministro Alexandre Silveira anuncia adesão a iniciativas globais para descarbonização e energias limpas	21/07/2023
Acordo de aquisição de plantas de energias renováveis atrai investimentos para o Brasil	21/07/2023
Alexandre Silveira destaca importância do biodiesel no projeto Combustível do Futuro	03/08/2023
Gás natural e transição energética são temas de reunião entre Emirados Árabes Unidos e o ministro Alexandre Silveira	08/08/2023
Transição energética é destaque nas reuniões bilaterais durante Cúpula da Amazônia	09/08/2023
Alexandre Silveira destaca protagonismo da transição energética e geração de renda para a população no Novo PAC	11/08/2023
Brasil reafirma no BRICS que está empenhado em buscar matriz energética mais limpa, segura e sustentável	18/08/2023
"Transição energética é prioridade do Brasil", afirma Alexandre Silveira em fórum no Paraná	31/08/2023
Alexandre Silveira comemora Aliança Global para Biocombustíveis e destaca sua importância para uma mobilidade sustentável e Transição Energética	10/09/2023
Alexandre Silveira trabalha para aprovação de marco legal para energia eólica offshore até dezembro	12/09/2023
Alexandre Silveira apresenta ações do Brasil para a transição energética em Nova York	15/09/2023
Alexandre Silveira lança Plano Nacional de Transição Energética justa e inclusiva na ONU	17/09/2023
Políticas nacionais de universalização da energia e gás serão referência para o mundo, diz Alexandre Silveira em reunião na ONU	18/09/2023
Nos EUA, Alexandre Silveira apresenta projeções de crescimento a partir do projeto do Combustível do Futuro	18/09/2023
Com PL do Combustível do futuro, mercado automobilístico deve gerar mais de 1 milhão de empregos	27/09/2023
Ao lado de Lula, Alexandre Silveira destaca investimentos em transmissão de energia e oportunidades para o país	27/09/2023
Alexandre Silveira diz que transição energética é caminho para investimentos no país	05/10/2023
Alexandre Silveira apresenta oportunidades de investimento em transição energética no Brasil para empresários e autoridades americanas	10/10/2023

Em reunião na França, Alexandre Silveira anuncia investimentos de R$ 500 bi nos campos que a TotalEnergies tem participação no Brasil	13/10/2023
Alexandre Silveira destaca solo fértil do Brasil para investimentos em renováveis e importância do desenvolvimento econômico com frutos sociais	13/10/2023
Alexandre Silveira apresenta potencial brasileiro na produção de biocombustíveis para Agência Internacional de Energia	13/10/2023
Alexandre Silveira e Aloizio Mercadante reforçam parceria em Paris para promover reindustrialização do Brasil baseada na transição energética	14/10/2023
Alexandre Silveira destaca parceria com o BNDES para investimentos na transição energética	25/10/2023
COP 28: Alexandre Silveira formaliza parceria para criação do Hub de Hidrogênio Brasil-Reino Unido	03/12/2023
COP 28: Ministro Alexandre Silveira destaca o papel da indústria de baixo carbono para criação de oportunidades no Brasil	03/12/2023
COP 28: Alexandre Silveira dialoga com BID e IEA sobre estratégias para acelerar a transição energética global	03/12/2023
Lançado em 2023, “Energias da Amazônia” promove transição energética e descarbonização em sistemas isolados	28/12/2023
Relatório da AIE reforça o protagonismo do Brasil no cenário internacional	12/01/2024
Alexandre Silveira destaca o papel da transição energética como vetor de inclusão social no mundo	16/01/2024
G20: Primeiro dia de reunião é marcado pelo debate sobre a redução dos riscos de financiamento para a transição energética	16/04/2024
Alexandre Silveira apresenta a ministro suíço potencialidades brasileiras para ampliar parceria e investimentos	17/01/2024
Ministro Alexandre Silveira destaca em Davos o desenvolvimento do Brasil na transição energética	17/01/2024
Diretor da Agência Internacional de Energia reconhece em Davos trabalho e protagonismo brasileiro na transição energética	17/01/2024
Alexandre Silveira assina Plano de Trabalho para a Aceleração da Transição Energética no Brasil com a Agência Internacional de Energia	31/01/2024
“O Brasil está liderando a transição energética global”, afirma ministro Alexandre Silveira em Davos	18/02/2024
Alexandre Silveira cobra comprometimento dos países no financiamento da transição energética mundial	19/03/2024
MME e BNDES lançam fundo de R$ 1 bi para investimentos em projetos de minerais estratégicos para a transição energética	22/07/2024
MME participa de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Margem Equatorial	17/04/2024
Alexandre Silveira destaca Brasil como seguro para investimentos, durante seminário em São Paulo	22/04/2024
Política Nacional de Transição Energética irá contribuir para maior articulação entre outras políticas de Governo	22/05/2024
Alexandre Silveira reforça importância da indústria verde na	23/05/2024

transição energética	
Alexandre Silveira reforça papel do Brasil na integração com a América Latina para o desenvolvimento energético	09/07/2024
Alexandre Silveira destaca potencial mineral do Brasil e projeta investimentos durante reunião com comitiva da Arábia Saudita	25/07/2024
Silveira defende uso dos recursos do petróleo para reduzir a conta de energia	31/07/2024
Alexandre Silveira afirma que PL do Hidrogênio de baixo carbono inaugura uma nova indústria para o Brasil	02/08/2024
Alexandre Silveira recebe ministro de energia do Reino Unido para discutirem o setor elétrico, de petróleo e gás e de mineração	21/08/2024
CNPE estabelece diretrizes que promovem a descarbonização na exploração e produção de petróleo e gás natural	26/08/2024
Alexandre Silveira comemora aprovação do Combustível do Futuro, projeto do MME que cria novas indústrias verdes no Brasil	11/09/2024
Brasil e Índia publicam declaração conjunta para estimular cooperação no setor de energia e mineração	21/09/2024
G20: Alexandre Silveira reforça parceria do Brasil e Estados Unidos para a transição energética	02/10/2024
“Não existe transição energética justa e inclusiva enquanto houver pessoas em situação de pobreza energética”, afirma Alexandre Silveira	04/10/2024
Brasil constrói consenso no G20 de energia e garante esforços para triplicar fontes renováveis	04/10/2024
Alexandre Silveira destaca retomada do planejamento energético no país, que vai injetar R$ 3,2 trilhões nos próximos dez anos	08/11/2024
COP 29: MME lança plataforma para atrair investimentos estrangeiros e nacionais com foco na transição energética	13/11/2024

APÊNDICE G – DECRETOS E LEIS INSTITUÍDOS PELO GOVERNO FEDERAL SOBRE A TEMÁTICA ENERGÉTICA

Título do documento	Data da publicação
DECRETO Nº 11.492	17/04/2023
DECRETO Nº 11.628	04/08/2023
DECRETO Nº 11.629	04/08/2023
DECRETO Nº 11.648	16/08/2023
DECRETO Nº 11.835	20/12/2023
DECRETO Nº 12.068	20/06/2024
LEI Nº 14.902	27/06/2024
DECRETO Nº 12.084	28/06/2024
LEI Nº 14.948	02/08/2024
DECRETO Nº 12.212	08/10/2024
LEI Nº 14.993	08/10/2024
LEI Nº 15.103	22/01/2025